



VII Semana Nacional de Museus na UNIFAL-MG
XIII Semana Nacional de Museus

Universidade Federal de Alfenas, de 11 a 15 de maio de 2015.

Museus e Patrimônios para uma sociedade sustentável

REALIZAÇÃO



Museu da Memória e Patrimônio
da Universidade Federal de Alfenas

PROMOÇÃO



APOIO





VII Semana Nacional de Museus na UNIFAL-MG
XIII Semana Nacional de Museus

Universidade Federal de Alfenas, de 11 a 15 de maio de 2015.

Museus e Patrimônios para uma sociedade sustentável

ORGANIZAÇÃO

Coordenação:

Claudio Umpierre Carlan & Luciana Menezes de Carvalho

Comissão Avaliadora dos anais da VII Semana Nacional de Museus na UNIFAL-MG:

Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro

Bruno César Brulon Soares

Cláudio Umpierre Carlan

Fernanda Magalhães Pinto

Arte gráfica do CD-ROM:

Luciana Menezes de Carvalho

Maria Regina Fernandes da Silva

Diagramação:

Bárbara Pereira Mançanares

Luciana Menezes de Carvalho

Equipe:

Agueda Bueno Almeida Novais

Ana Carolina Dutra de Paula

Bárbara Pereira Mançanares

Carlos Antônio da Silva

Gilmara Aparecida de Carvalho

Jorge Eduardo Araújo Lima

Lárame Silva Carvalho

Lucas Matthiesen

Carolina Prinholato Ricciopo
Eloíse Iara Braghini David
Evandro Cassimiro de Moraes
Gabriel Barreto Lopes

Mariana Loureiro
Marly Teodora Nogueira
Nathany Guimarães Barbosa
Suzana Eda Hikichi

Local (do evento):

Universidade Federal de Alfenas, Auditório Leão de Faria e salas R 101 e 102.
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700. Centro, Alfenas, MG, Brasil.



VII Semana Nacional de Museus na UNIFAL-MG XIII Semana Nacional de Museus

Universidade Federal de Alfenas, de 11 a 15 de maio de 2015.

Museus e Patrimônios para uma sociedade sustentável

APRESENTAÇÃO

A Semana Nacional de Museus é uma das ações da Política Nacional de Museus do Ibram, construída e proposta de forma articulada, que tem como propósito mobilizar os museus brasileiros a partir de um esforço de concertação de suas programações em torno de um mesmo tema.

A escolha do tema é feita pelo Conselho Internacional de Museus - ICOM para o Dia Internacional dos Museus, dia 18 de maio, para que suas instituições possam utilizá-lo com o objetivo de valorizar sua posição perante a sociedade. Segundo o ICOM, o tema para este ano, "Museus para uma sociedade sustentável", visa reconhecer o papel dos museus no despertar, ao seu público, da necessidade de uma "sociedade menos consumista, mais solidária e que aproveite os recursos de uma maneira mais respeitosa" (ICOM, 2015). Ainda, como

"promotores do desenvolvimento sustentável e autênticos laboratórios de práticas exemplares, os museus atuais desempenham um papel essencial nesta transição, devendo consolidar sua posição e fazer sua voz ser ouvida" (ICOM, 2015).

Seguindo esse desafio, o Museu da Memória e Patrimônio organiza a **VII Semana Nacional de Museus na UNIFAL-MG / "Museus e Patrimônios para uma sociedade sustentável"**, entre os dias **11 e 15 de maio de 2015**. Este ano também abrimos espaços para apresentação de Comunicações. Os documentos de trabalho, além de textos dos nossos convidados, estão aqui publicados nos Anais da Semana, que possuem ISSN desde 2011.

Elaborado por Luciana Menezes de Carvalho.
Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas.



VII Semana Nacional de Museus na UNIFAL-MG XIII Semana Nacional de Museus

Universidade Federal de Alfenas, de 11 a 15 de maio de 2015.

Museus e Patrimônios para uma sociedade sustentável

PROGRAMAÇÃO

11 de maio

18h - Credenciamento

19h - Solenidade de Abertura

20h - Conferência de Abertura: "Museus e Patrimônios para uma sociedade sustentável", Prof. Dr. Bruno César Brulon Soares (Professor do Curso de Museologia - UNIRIO; Vice-Presidente do Comitê Internacional de Museologia do ICOM).

21h30min - Congraçamento

12 de maio

09h - Mesa Redonda: Museus para uma sociedade sustentável

(coordenação: Fernanda Magalhães Pinto - Museóloga, Museu Histórico Nacional).

- "Novas sociedades, novas tecnologias: aplicativos para museus", Prof^a. Monique Magaldi (UnB);

- "Museus e Educação: a sustentabilidade como princípio para a constituição de um museu inclusivo", Silvilene Barros Ribeiro Morais (Doutoranda - UNIRIO);

- "Essencialidade e necessidade da sustentabilidade no universo museal e museístico", Prof. Analdo Baraçal (Curso de Museologia - UNIRIO).

10h40min - Palestra: "Patrimônio e sustentabilidade em Cuba", Prof^a. Dr^a. Lourdes Domínguez.

12h - Intervalo.

14h - Oficinas:

- "Museus da Indústria na Europa: modelos, práxis e casos", Dr. Juan Manuel Cano Sanchiz (Bolsista PD - Unesp/Fapesp);

- "Arqueologia Pré-Colonial: tipos de artefatos líticos e seus modos de produção", Anderson Garcia (Doutorando - UFRJ).

13 de maio

09h - Mesa Redonda: Patrimônio e Arqueologia para uma sociedade sustentável

(coordenação Prof. Dr. Claudio Umpierre Carlan, UNIFAL-MG)

- "A locomotiva do progresso': vestígios materiais e memória da ferrovia paulista", Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira (Unesp);
- "O Complexo FEPASA em Jundiá-SP: desde a Arqueologia para a rentabilização social", Dr. Juan Manuel Cano Sanchiz ;
- "Relações de gênero em Pelotas e Havana: contribuições para uma sociedade sustentável e igualitária", Dr^a. Karla Fredel.

10h40min - Palestra: "Sustentabilidade e Arqueologia: uma perspectiva histórica", Prof. Dr. Pedro Paulo Funari (Unicamp).

12h - Intervalo.

14h - Oficinas:

- "Desenvolvimento de maquetes eletrônicas de espaços expositivos", Prof^a. Monique Magaldi;
- "Patrimônio edificado e diversidades culturais e sociais", Dr^a. Karla Fredel.

14 de maio

09h - Oficinas:

- "Métodos de pesquisa histórica: fontes documentais em patrimônio material", Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira;
- "Inclusão: revendo conceitos e práticas", Silvilene Barros Ribeiro Moraes.

12h - Intervalo.

14h - Apresentações dos documentos de trabalho enviados para os Anais da VII Semana Nacional de Museus na UNIFAL-MG.

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Rodrigues Sarkis (Instituto de Ciência e Tecnologia - ICT / Campus Avançado de Poços de Caldas - UNIFAL-MG).

14h10min - "*Patrimônio e sustentabilidade a partir dos valores locais: uma metodologia de trabalho*", por Rita Juliana Poloni.

14h30min - "*Cidadania no mundo globalizado: o papel do patrimônio cultural*", por Fernanda Camargo Penteadó e Erivelto Luciano Alves.

14h50min - "*Representações no pós-morte: o caso de Alexandre o Grande*", por Estela de Melo Faria.

15h10min - Momento para Perguntas

15h30min - Intervalo

15h50min - "*Legitimar o passado: os museus e a formação da memória*", por Carlos Tadeu Siepierski, Eloíse Iara Braghini David e Malu Margazão.

16h10min - "*Eu, Museu?! O Museu e sua relevância na vida do homem*", por Pedro Hermes de

Oliveira.

16h30min - Momento para Perguntas

15 de maio

05h - Saída para visita técnica à Inhotim.

23h - Chegada prevista à Alfenas.



VII Semana Nacional de Museus na UNIFAL-MG
XIII Semana Nacional de Museus

Universidade Federal de Alfenas, de 11 a 15 de maio de 2015.

Museus e Patrimônios para uma sociedade sustentável

CONVIDADOS

	P.
Anderson Marques Garcia - <i>Arqueologia Pré-Colonial: tipos de artefatos líticos e seus modos de produção</i>	I
Juan Manuel Cano Sanchiz - <i>El Complejo en Jundiá (São Paulo, Brasil): de la Arqueología a la rentabilización social</i>	VIII
Karla Maria Fredel - <i>Relações de gênero em Pelotas e Habana Vieja: Contribuições para uma sociedade sustentável e igualitária</i>	XX
Karla Maria Fredel - <i>Patrimônio Edificado</i>	XXXI
Lourdes Domínguez - <i>Sustentabilidad y museos en Cuba: el caso de las excavaciones en monumentos patrimoniales</i>	XXXVI
Monique Magaldi - <i>Novas Sociedades, Novas Tecnologias: Aplicativos para Museus</i>	XLIII
Pedro Paulo Funari - <i>Museus, Destruição e Sustentabilidade</i>	LXIII
Silvilene de Barros Ribeiro Morais - <i>Museus e Educação: A sustentabilidade como princípio para a constituição de um museu inclusivo</i>	LXXIII



ARQUEOLOGIA PRÉ-COLONIAL: TIPOS DE ARTEFATOS LÍTICOS E SEUS MODOS DE PRODUÇÃO

Anderson Marques Garcia¹

Resumo:

Esse trabalho configura-se como um conjunto de breves informações teóricas a respeito de metodologias de análises líticas, bem como de algumas tipologias de artefatos polidos e lascados presentes em diferentes regiões do Brasil. O texto ainda apresenta informações sobre os diferentes tipos de rochas, pois essas foram as matérias-primas de tais categorias de instrumentos. Contudo, todas as informações presentes aqui são expostas de maneira sintetizada, pois o mesmo é dedicado para o público geral ou não necessariamente familiarizado com a Arqueologia e os artefatos líticos.

Palavras-chave: Arqueologia, pedra lascada, pedra polida.

Abstract:

This paper represents a set of brief theoretical information regarding methodologies of lithic analysis, as well as some polished and knapped artifact types present in different regions of Brazil. The text also provides information on the different types of rocks, since these raw materials were of such types of instruments. However, all information presented herein is exposed in a synthesized way, because it is dedicated to the general public or not necessarily familiar with the Archaeology and lithic artifacts.

Keywords: Archaeology, knapped stone, polished stone.

¹ Doutorando em Arqueologia pelo Museu Nacional da UFRJ, mestre em Patrimônio Cultural pela UFSM, licenciado em Geografia pela UFPEL e pesquisador associado ao LEPAARQ/UFPEL e ao LEPA/UFSM.



1. Métodos de análise lítica

O trabalho desenvolvido nessa oportunidade visa tratar de aspectos da Arqueologia Pré-colonial brasileira através de princípios básicos referentes à análise de artefatos líticos e seus possíveis usos pretéritos, de modo a propiciar uma maior intimidade do público geral com essa categoria de objetos de nosso passado. Distinguem-se a partir da literatura arqueológica pelo menos dois métodos gerais para a realização de estudos sobre indústrias líticas. O primeiro e mais tradicional é o método tipológico, que a partir da análise das características morfológicas dos objetos propõe funcionalidades. O segundo é o método tecnológico, que busca compreender por meio de cadeias operatórias processos como obtenção, produção, uso e formação dos registros arqueológicos.

Assim, a análise tecnológica apresenta-se diferenciada da tipológica, pois tem como premissa analisar uma indústria a partir do conjunto lítico desta, sem exclusão de etapas, preenchendo então as lacunas da primeira. Desta maneira, vê-se que a principal diferença entre estes dois métodos de análise torna-se explícita, no momento em que o método tipológico tem como foco pesquisar os objetos em si, enquanto que o método tecnológico tem como foco principal os processos lógicos e sequenciais de produção e uso dos objetos (SIMONDON, 2007).

Por ser mais completo para o tratamento desta categoria, atualmente o uso do método tecnológico têm ganhado mais adeptos interessados no estudo de materiais líticos. A partir deste método de análise, partes das ações humanas no passado podem ser inferidas através dos vestígios materiais, que possibilitam a percepção de estágios da exploração do espaço pelas pessoas no intuito de suprir suas necessidades. Desta apropriação do espaço surgem as cadeias operatórias, possibilitando visões sequenciadas de uma série de ações exploratórias resultantes de operações mentais e gestos técnicos.

A cadeia operatória dos artefatos líticos, de um modo geral, pode ser dividida em quatro estágios: o primeiro refere-se ao momento em que a matéria-prima dispersa no ambiente torna-se massa inicial com a aquisição humana do bem mineral; o segundo estágio é o de manufatura, momento em que o homem desempenha uma série de gestos com a finalidade de obter um instrumento usual; o terceiro é o momento em que o homem faz uso do instrumento produzido; e o quarto é o abandono deste devido a fatores como quebra e desgaste, tornando-se refugio e parte de um registro arqueológico.

Estes quatro estágios da cadeia operatória (aquisição, manufatura, uso e abandono) ainda podem ser acrescidos pelo de reuso. Quando ocorre a quebra ou desgaste de um



instrumento, ao invés deste ser diretamente abandonado, ele pode ser retocado pelo artesão – é o caso das pontas de projéteis (lança, flecha ou dardo) – de modo que lhe possa ser útil novamente, cumprindo as mesmas funções anteriores ou adequando-se a novas, como o uso desses objetos para atividades como corte, raspagem e perfuração, ou como no caso de alguns fragmentos cerâmicos que são moídos para serem utilizados como antiplástico de novos potes cerâmicos. Assim as etapas de manufatura e uso são desenvolvidas novamente.

São inúmeras as formas e situações que rochas e minerais são coletados e utilizados pelas pessoas, estas formas naturais podem ser afloramentos rochosos, seixos, blocos e ainda outros, conforme a imaginação humana julgou adequado e útil para alguma atividade prática. Desta forma, a partir do momento que o homem passa a apropriar-se de tais formas rochosas, de acordo com Laming-Emperaire (1967), denominam-se estes produtos como massas iniciais, as quais desempenham o papel de matéria-prima para a confecção artefactual.

2. Tipos de rochas

Antes de falar sobre os tipos artefatos líticos encontrados no Brasil, cabe citar primeiros sobre os tipos de rocha e suas origens. Existem três grupos diferentes de rochas, o primeiro é o das rochas ígneas extrusivas e plutônicas, o qual as rochas extrusivas são oriundas da cristalização de lava em superfície (ex.: basalto e diabásio), e as rochas plutônicas pela cristalização do magma em profundidade (ex.: granito e gabro). O segundo grupo é o das rochas sedimentares, que se originam devido a pressão e temperatura em sedimentos de origem orgânica e inorgânica (ex.: calcário e arenito), e o terceiro grupo é o das rochas metamórficas, decorrente da recristalizadas em pressões e temperaturas ainda mais elevadas em rochas ígneas ou sedimentares (ex.: gnaisse e quartzito).

3. Artefatos polidos e picoteados

As técnicas de polimento e picoteado no trabalho da pedra possuem datas entorno de 10000 BP (anos antes do presente – AP) em Minas Gerais e no Piauí, até datas contemporâneas ao contato por todo o Brasil (PROUS, 2004). Muitos dos artefatos que se produziu podiam ser obtidos por ambas as técnicas, mas geralmente estiveram associadas, primeiramente picoteando para formatizar o objeto e concluindo com o polimento para terminá-lo. No entanto o inverso também ocorria, como em exemplares de lâminas de



machado polidas (figura 01a) que tiveram sua porção preensiva picoteada, para torná-la rugosa e dar maior aderência.

O picoteamento consiste em golpear de maneira intensa a superfície da massa inicial que se deseja esculpir com uma rocha preferencialmente mais dura do que a que será moldada, evitando-se golpes excessivamente fortes em superfícies de pouca espessura a fim de evitar fraturas indesejadas. Na sequência dessa técnica, usualmente foi aplicada a técnica de polimento para concluir o acabamento dos artefatos, que foram feitos genericamente de duas maneiras, utilizando polidor fixo ou manual.

Os polidores fixos (figura 01b) geralmente estão associados à oficinas líticas de polimento, que consistem em grandes blocos ou lajes naturais no leito de rios ou praias marinhas, onde com o uso de areia e água atritava-se os suportes a serem moldados contra essas rochas, deixando como registro arqueológico nas oficinas, marcas geralmente alongadas ou circulares em formas de bacias. Os polidores manuais foram seixo ou bloco de rochas de superfícies ásperas e ricas em sílica como granito e arenito, utilizados para causar fricção no suporte selecionado de modo a deixá-lo com a forma desejada.

Entre essa classe de artefatos estão os de uso passivo e ativo, os primeiros foram àqueles recipientes produzidos para que corantes e grãos cereais pudessem ser processados em suas concavidades, como pilões e mós, Como ativos tem-se uma série de artefatos, como as mãos de pilão ou mó, utilizadas em conjunto com os instrumentos citados anteriormente no processamento de materiais, e artefatos como lâminas de machado e bolas de boleadeira (figura 02a). Além dos instrumentos polidos passivos e ativos, há também alguns a que são atribuídos funções ritualísticas, como os zoólitos (figura 02b): representações de animais em blocos de pedra polida relacionados principalmente aos Sambaquis de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul.

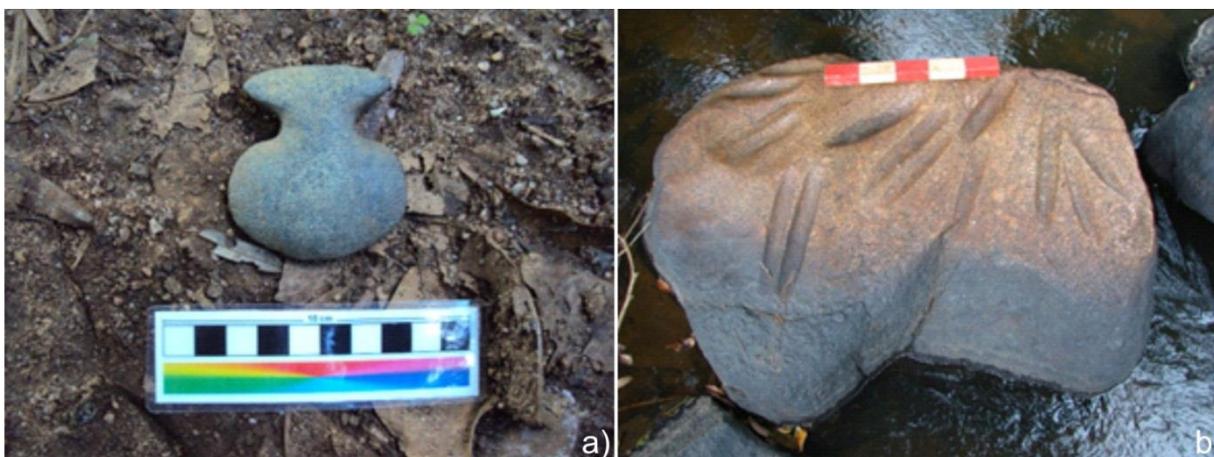


Figura 01: a) lâmina de machado polida (escala de 10cm); b) oficina lítica com polidores alongados em matacão de granito (escala de 50cm). Exemplares provenientes da região Leste de Rondônia.

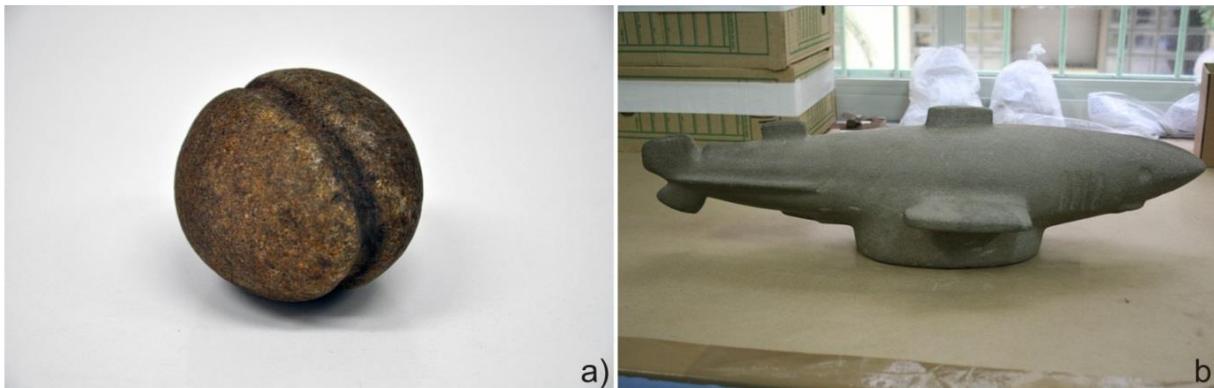


Figura 02: a) bola de boleadeira com diâmetro entre 20cm e 25cm (acervo do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul); zoólito em forma de tubarão com 57,2cm de comprimento (acervo do LEPAARQ/UFPEL).

4. Artefatos lascados

Os artefatos de pedra lascada são os primeiros registros da humanidade que possuímos, com datas por volta de 2 milhões BP na África (MITHEN, 2002) e datas que ultrapassariam 40 mil BP no Boqueirão da Pedra Furada, no Piauí (PARENTI, 2001). Contudo, a maior parte das datas recuadas para o Brasil estão por volta de 10 mil BP.

Entre as formas de trabalhar as rochas e minerais por lascamento, podemos de forma genérica dividi-las em duas, uma denominada técnica bipolar e outra técnica unipolar ou de percussão direta. A técnica bipolar (figura 03a) consiste em romper uma massa inicial golpeando-a com um seixo (percutor) contra uma pedra geralmente de maior proporção apoiada no chão, funcionando como bigorna. Essa técnica foi utilizada de maneira bastante ampla na exploração de materiais de pequenas dimensões, geralmente do quartzo, de modo a gerar lascas que pudessem ser utilizadas diretamente como objetos úteis para cortar, raspar ou perfurar superfícies, ou mesmo em casos de massas iniciais maiores, para abrir a rocha e possibilitar a exploração da matéria-prima por percussão direta.

A percussão direta consiste em golpear de forma livre uma massa inicial com um percutor, sempre em superfícies em que o ângulo do plano de percussão e a superfície de talha sejam menores que 90° , pois ângulos maiores impossibilitam a retirada de lascas. Os percutores foram seixos de diferentes matérias-primas, classificados como duros quando foram rochas consistentes como basalto e granito, e mole quando foram de madeira, osso ou chifre.

A percussão direta pode ser chamada de *debitage*, técnica que consiste em remover lascas de uma massa inicial (nesse caso um núcleo), para que essas possam desempenhar papéis tais os quais citados para as lascas bipolares. Outra técnica onde o planejamento era distinto é a de *façonage*, onde lascas previamente removidas por *debitage* ou técnica bipolar foram moldadas, retirando-se novas lascas menores do volume



desta e lhe dando uma morfologia preconcebida, como exemplo temos as pontas de projéteis (figura 03b).

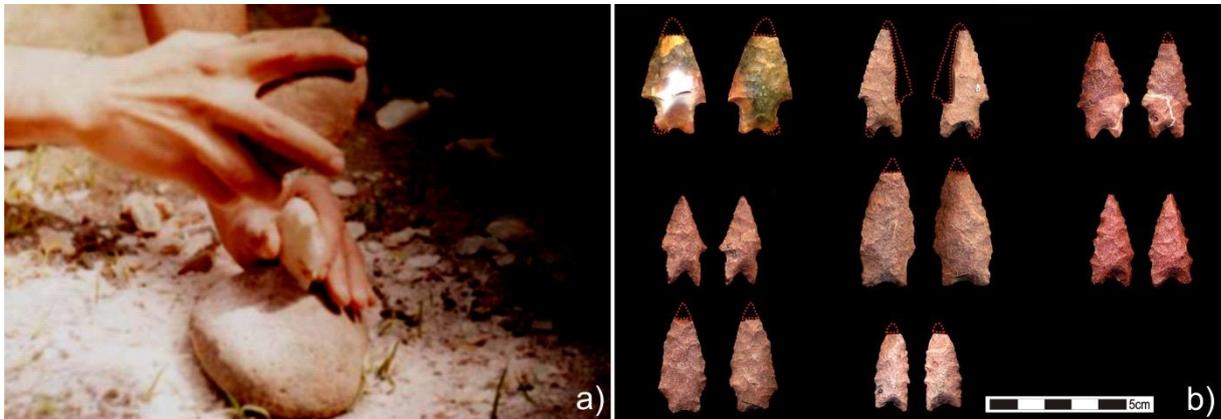


Figura 03: a) demonstração da técnica bipolar (MAROZZI, 2003); b) exemplares de pontas de projéteis da região central do Rio Grande do Sul (escala de 5cm).

Na *façonagge* além de retiradas com diferentes percutores para moldar o objeto em constru o, também podia ser utilizada a técnica de pressão, a qual era desempenhada com o uso de um chifre de cervídeo ou uma haste de madeira significativamente dura. Com esse artefato ósseo, ou de madeira, era aplicada pressão nas arestas das pré-formas de instrumentos como as pontas de projéteis, possibilitando um maior controle e precisão na finaliza o das morfologias desejadas. Os processos lógicos e sequenciais da constru o dos objetos podem então ser por nós visualizados por meio da análise diacrítica (FOGAÇA, 2010), que através da sobreposi o de negativos de retiradas de lascas permite que sejam visualizadas estratégias e solu es que permearam a constru o ou reciclagem de um artefato.

Conclusão

Como colocado inicialmente, esse trabalho foi direcionado para um público geral ou que não seja necessariamente familiarizado com a Arqueologia e os modos de produ o dos diferentes tipos de artefatos l ticos presentes no Brasil. Desse modo, muitas generaliza es foram aqui feitas de modo a tornar mais didática a aprecia o das técnicas apresentadas, sendo suprimidas algumas varia es das técnicas de trabalho em pedra apresentadas acima.

Por fim, cabe colocar que este pequeno ensaio não almejou dar conta da grande diversidade de tipos de artefatos l ticos presentes no Brasil, sendo pontuados aqui apenas aqueles mais recorrentes em publica es e exposi es de museus, objetivando instruir o público alvo a respeito dos processos que envolvem a g nese desses materiais.



Referências

FOGAÇA, Emílio. A análise diacrítica dos objetos líticos. In: **Clio Arqueológica**. v.25. n2. 2010, p. 155-173.

LAMING-EMPERAIRE, Annette. **Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul**. Manuais de Arqueologia N.º 2. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Curitiba. 1967.

MAROZZI, Óscar. **Tecnología lítica en cuarzo**: experiencias de talla y comportamientos tecnológicos relacionados con la Región Sur de la Cuenca de la Laguna Merín. 2003. Monografía (Graduação em Arqueologia) – Universidad de la República – UDELAR, Montevideu, 2003.

MITHEN, Steven. **A pré-história da mente**: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2002.

PARENTI, Fábio. **Le gisement quaternaire de Pedra Furada (Piauí, Brésil), Stratigraphie, chronologie, évolution culturelle**. Paris: Editions Recherche sur les Civilisations, 2001.

PROUS, André. **Apuntes para análisis de industrias líticas**. Monografías de Arqueología. Historia y Patrimonio. Ortigueira: Ortegalia 02, 2004.

SIMONDON, Gilbert. **El modo de existencia de los objetos técnicos**. Buenos Aires: Editorial Struhart & Cia, 2007.



EL COMPLEJO FEPASA EN JUNDIAÍ (SÃO PAULO, BRASIL): DE LA ARQUEOLOGÍA A LA RENTABILIZACIÓN SOCIAL

Juan Manuel Cano Sanchiz¹

Resumen:

El patrimonio industrial constituye, en muchos casos, un problema de difícil gestión en la ciudad contemporánea, sobre todo en aquellas que experimentaron procesos de industrialización más intensos. Los viejos edificios industriales, a menudo compuestos por grandes volúmenes arquitectónicos y ubicados en zonas de fuerte presión urbanística, se convierten en un elemento frágil por su obsolescencia (OLIVEIRA, 2011). En un contexto en el que comienza a reivindicarse una planificación urbana sostenible y responsable, la reocupación de estas edificaciones aparece como una estrategia moderna e integradora para repensar nuestras ciudades. Con todo, numerosos proyectos de reactivación obvian el carácter de documento de estas construcciones, sacrificando sus valores patrimoniales para favorecer los nuevos usos. Este trabajo defiende la necesidad de completar un registro exhaustivo de los espacios reciclados que sea capaz de rescatar la información que contienen sus restos materiales y, al mismo tiempo, que contribuya a diseñar propuestas de rehabilitación que equilibren la memoria del pasado con las demandas sociales. Para ello, se toma como estudio de caso el conjunto ferroviario construido por la *Companhia Paulista de Estradas de Ferro en Jundiaí* (São Paulo, Brasil), hoy parcialmente reutilizado y conocido como Complejo FEPASA.

Palabras Clave: Proyecto Memoria Ferroviaria, Arqueología de la Industrialización, Patrimonio Industrial, Reutilización, Gestión Patrimonial.

Abstract:

The management of industrial heritage frequently turns into a challenge in the planning of contemporary cities, especially in those that underwent intense industrialization processes in the past. Derelict industrial buildings, often comprising large architectural volumes in areas of intense pressure from urban development, become a fragile asset due to its obsolescence (OLIVEIRA, 2011). In a time of changes in which new models of sustainable urban planning are demanded, the re-use of these old buildings may be a modern and integrative strategy to re-think the cities we live in. However, many restoration projects obliterate the past and the historical evidence of these structures, sacrificing its heritage values to promote the new uses. This paper defends the need to carry out comprehensive surveys of the spaces to be recycled in order to preserve the data contained in the archaeological record, as well as to support new rehabilitation designs that achieve a balance between industrial memory and the social demands. The focus is set on a particular case study: the railway complex built by the *Companhia Paulista de Estradas de Ferro* in Jundiaí (São Paulo state, Brazil), nowadays also known as Complejo FEPASA and mostly re-occupied for new purposes.

Keywords: Railway Memory Project, Archaeology of Industrialization, Industrial Heritage, Re-use, Cultural Heritage Management.

¹UNESP/Assis (Projeto Memória Ferroviária). Becario de Post-Doctorado FAPESP: grant #2014/12473-3, São Paulo Research Foundation. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.



1. Introducción: Patrimonio (Industrial) para una sociedad sustentable

El reciclaje de espacios arquitectónicos no es un invento de nuestro tiempo. La reutilización de edificios para nuevos usos es una práctica tan antigua como el propio ejercicio de la arquitectura, incluso en el caso de aquellos dotados de *monumentalidad*². Aun cuando existen ejemplos de re-habitación³ en los que es posible rastrear profundas connotaciones simbólicas⁴, la lógica imperante en esta práctica a lo largo de la historia ha sido la económica. Es decir, la reocupación de construcciones en estado de obsolescencia funcional se ha regido normalmente por un criterio práctico de ahorro (de materiales, de tiempo, de energías). Tanto es así que, en ausencia de motivaciones ideológicas, la demolición de volúmenes arquitectónicos aprovechables puede definirse como un fenómeno característicamente supermoderno (*vid.* GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008).

La reutilización de edificios abandonados con el objetivo principal de garantizar su conservación solo por razones patrimoniales es, en cambio, una estrategia contemporánea. En la ciudad posindustrial la discusión sobre qué hacer con las construcciones heredadas del pasado también incorpora (o debería incorporar...) la conceptualización del monumento como lugar de memoria (en el sentido epistemológico del término) y la definición moderna de patrimonio como testimonio y documento histórico, por encima de valores estéticos o de antigüedad (CASANELLES, 2007). Sin embargo, dichos parámetros han sido ignorados con frecuencia en el caso del patrimonio industrial⁵.

Lo cierto es que las características, en términos genéricos, de la arquitectura industrial (amplitud de sus volúmenes, resistencia de sus materiales, buena localización respecto a los ejes de comunicación, etc.) favorecen su reciclaje para nuevos usos. Más allá de la musealización, la abundancia de estos elementos en las ciudades más industrializadas posibilita un amplio abanico de intervenciones, tanto en lo estructural como en lo funcional (SOBRINO, 2005). Claro que no todas las opciones son adecuadas.

² Piénsese, por ejemplo, en el Teatro Marcelo de Roma y en su posterior transformación en fortaleza, primero, y en palacio, después.

³ Tomamos el término de J. Sobrino Simal (2005, p. 170), que lo utiliza para subrayar la importancia de las actividades humanas en los procesos de reocupación, frente al término *rehabilitación*, más frío y referido en las características estructurales de los edificios.

⁴ Como en la Basílica de Santa María de los Ángeles y los Mártires, levantada por Miguel Ángel sobre las termas de Diocleciano en Roma.

⁵ “El patrimonio industrial se compone de los restos de la cultura industrial que poseen un valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico o científico. Estos restos consisten en edificios y maquinaria, talleres, molinos y fábricas, minas y sitios para procesar y refinar, almacenes y depósitos, lugares donde se genera, se transmite y se usa energía, medios de transporte y toda su infraestructura, así como los sitios donde se desarrollan las actividades sociales relacionadas con la industria, tales como la vivienda, el culto religioso o la educación” (TICCIH, 2003, p. 1). A lo que habría que sumar los paisajes de la producción, los documentos escritos, sonoros o visuales y los aspectos inmateriales, como el vocabulario técnico o la cultura del trabajo.



En el contexto de una crisis económica internacional, se hace necesario repensar nuestros modos de hacer ciudad desde la responsabilidad, asumiendo “*the need for a society that is less wasteful, more cooperative and that uses resources in a way that respects living systems*” (ICOM, 2015, p. 3). Esto, en el ámbito del patrimonio industrial, se traduce en la conveniencia de recuperar el criterio práctico de ahorro para combinarlo con una reactivación del objeto arquitectónico que busque la creación de espacios dinámicos de desarrollo, en el marco de una sociedad más sustentable en lo económico, lo ecológico y lo cultural.

De lo que se trata, en definitiva, es de integrar el patrimonio industrial en la planificación urbana y de aprovechar los recursos disponibles para satisfacer las demandas sociales, buscando siempre en ello el equilibrio entre los valores patrimoniales y las necesidades impuestas por los nuevos usos (SOBRINO, 2005). O sea, la reutilización del patrimonio industrial debe evitar, de un lado, la congelación de los inmuebles como piezas históricas (lo que entorpece su re-habitación); y, en el extremo opuesto, su tratamiento como cajas vacías de contenido, lo que elimina la memoria y anula la capacidad de estos edificios para transmitir conocimiento.

2. La importancia del registro: arqueología en el complejo FEPASA

Lo dicho no contradice la necesidad de completar un registro exhaustivo de las piezas a intervenir. Cualquier modificación acometida en el edificio (o en sus objetos, sus paisajes, etc.) conlleva, inevitablemente, una pérdida de información. De ahí la necesidad de rescatar los datos contenidos en la evidencia material con la aplicación de una metodología apropiada. Las herramientas arqueológicas resultan adecuadas para esta tarea (PALMER, NEVELL & SISSONS, 2012), especialmente cuando se combinan con otras técnicas o disciplinas.

Estas ideas están en la base del estudio de caso que desarrollamos en el Complejo FEPASA⁶, un conjunto de patrimonio ferroviario que ocupa un solar de 111.000 m² (IPHAN, 2004) en la parte baja de la ciudad de Jundiaí (Av. União dos Ferroviários), en el noroeste de la brasileña Mesorregión Macro Metropolitana Paulista (Fig. 1).

El origen del Complejo FEPASA se sitúa en la última década del siglo XIX, cuando la *Companhia Paulista de Estradas de Ferro* decidió trasladar a Jundiaí los talleres

⁶ *A ferrovia como agente de globalização: estudo arqueológico transversal do Complexo das Oficinas da Companhia Paulista em Jundiaí (Bolsa PD no País FAPESP 2014/12473-3; Supervisor: Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira)*. Esta investigación se integra en el *Projeto Memória Ferroviária*, que coordina el propio profesor Romero desde la UNESP.



generales de reparación, montaje y mantenimiento que tenía en Campinas, con el objetivo de ampliarlos y modernizarlos. En 1896 entraba en funcionamiento la primera versión de este complejo, que ya presentaba entonces un marcado perfil longitudinal. En la parte central se ubicaron las oficinas de la empresa, mientras que a ambos lados de estas se distribuyeron los distintos talleres: los situados en la parte septentrional contaban con instalaciones de carpintería y pintura y servían para el mantenimiento del material de arrastre; los meridionales, dotados de equipos aptos para trabajar con metales, se destinaron a la reparación de locomotoras (PINTO, 1903, pp. 104-105; OLIVEIRA, 2012, p. 194). El conjunto dio servicio a la Compañía Paulista hasta 1971. Ese año pasó a manos de la empresa pública *Ferrovía Paulista S.A.* (FEPASA) (CAZZOLATTO & ACUIO, 2013, pp. 37-38), dentro de un programa estratégico más amplio de unificación de la red estatal. La actividad ferroviaria cesó en 1998 (OLIVEIRA, 2011, p. 21).



Fig. 1: Situación del Complejo FEPASA en Jundiaí (Cartografía base: Google Earth, ortofotografía de 2014. Mapa de localización: Rafael Lorenzeto de Abreu, vía Wikimedia Commons).

Nuestro estudio de caso se concentra en el sector N de los talleres meridionales (vid. MF en Fig. 3). Su elección responde, básicamente, a su estado actual de desocupación, así como al hecho de que la evidencia material en dicha área presenta menos alteraciones que otras partes del complejo, lo que posibilita una lectura más integral de sus distintas fases históricas. Los objetivos generales de nuestro proyecto incluyen el registro de la evidencia material en la muestra (recuperación de la información) y su análisis funcional (explicar cómo se configuró el espacio a lo largo del tiempo). También, en último



término, una interpretación histórica que relacione los talleres de la Compañía Paulista con el contexto internacional para reflexionar sobre cuestiones de mayor alcance, como la transferencia de tecnología entre países característica de la época y los consecuentes procesos de globalización (HARDMAN, 1988; OLIVEIRA, 2012; DELVIZIO & OLIVEIRA, 2013), dentro de la fundamentación teórica del *Projeto Memória Ferroviária*⁷.

En la actualidad existen varias iniciativas para recuperar y abrir al público este sector de los antiguos talleres de reparación de locomotoras. Entre ellas, la más reciente es la propuesta por el *Estúdio Sarasá*⁸, que planea desarrollar una acción de *zeladoria* del patrimonio. Ello conllevará una limpieza de los elementos vegetales y escombros acumulados, la remoción de algunos materiales y toda una serie de operaciones técnicas para consolidar y restaurar las estructuras que componen este espacio. Todas estas intervenciones son necesarias y deseables. Pero, al mismo tiempo, exigen un registro exhaustivo previo para evitar pérdidas de información.

Ya hemos completado un primer registro general de la muestra, sobre el que, no obstante, es necesario seguir trabajando. Para ello, la hemos dividido en unidades más pequeñas y procedido a su análisis, descripción (composición, materiales y técnicas constructivas, estado de conservación, dimensiones, etc.) y registro fotográfico, prestando atención a la ordenación cronológica de las partes que integran el conjunto.

Esto nos ha permitido levantar una primera planta (Fig. 2), que habrá de completarse con los datos que ofrezcan futuras intervenciones arqueológicas (limpiezas, sondeos, etc.) y con nuevas capas de información (incorporación de los equipamientos conservados en los talleres, del parque móvil, etc.).

Desde el punto de vista metodológico, la planta ha sido diseñada a partir de la vectorización con software CAD libre (QCAD) del último plano producido por FEPASA, que data del año 1978⁹. Dicho dibujo ha sido corregido en campo (se detectan algunas imprecisiones en el diseño de FEPASA), lo que ha permitido, además, registrar los cambios acontecidos durante los últimos 37 años.

Este es el resultado más interesante de la aplicación de la herramienta, pues revela algunas intervenciones que tuvieron lugar en los talleres en su última fase de funcionamiento ferroviario (décadas de 1980 y 1990), ya bajo la dirección de FEPASA. Detectamos, así, diversas alteraciones en las casetas y edificios auxiliares, así como en las vías de reparación e inspección: amortizaciones, prolongaciones y adiciones.

⁷ <http://www.rosana.unesp.br/#!/pesquisa/laboratorio-de-patrimonio-cultural/projetos/projeto-memoria-ferroviaria-pmf/> (Acceso en: 10 de abril de 2015).

⁸ <http://estudiosarasas.com.br> (Acceso en: 10 de abril de 2015).

⁹ *Cadastro dos edifícios da Oficina de Jundiá - nº 14 - Edifício Principal da Oficina - Pavimento térreo*. Biblioteca del Museo de la Compañía Paulista (nº 6363/200-2).



Llama especialmente la atención el extremo SO del estudio de caso (A en Fig. 2). Dicho lugar corresponde a la nave más amplia de la muestra, que cuenta con 19 m de ancho. Sin embargo, el plano de FEPASA parece mostrar aquí una articulación en dos naves, a juzgar por la línea de pilares que recorre transversalmente este espacio en la planta de 1978. Por otro lado, tanto el pavimento como la cubrición presentan en este punto materiales diferentes y más modernos que los encontrados en el resto del conjunto: hormigón para el suelo (en una capa uniforme de grano medio-fino) y fibrocemento y plástico para los tejados.

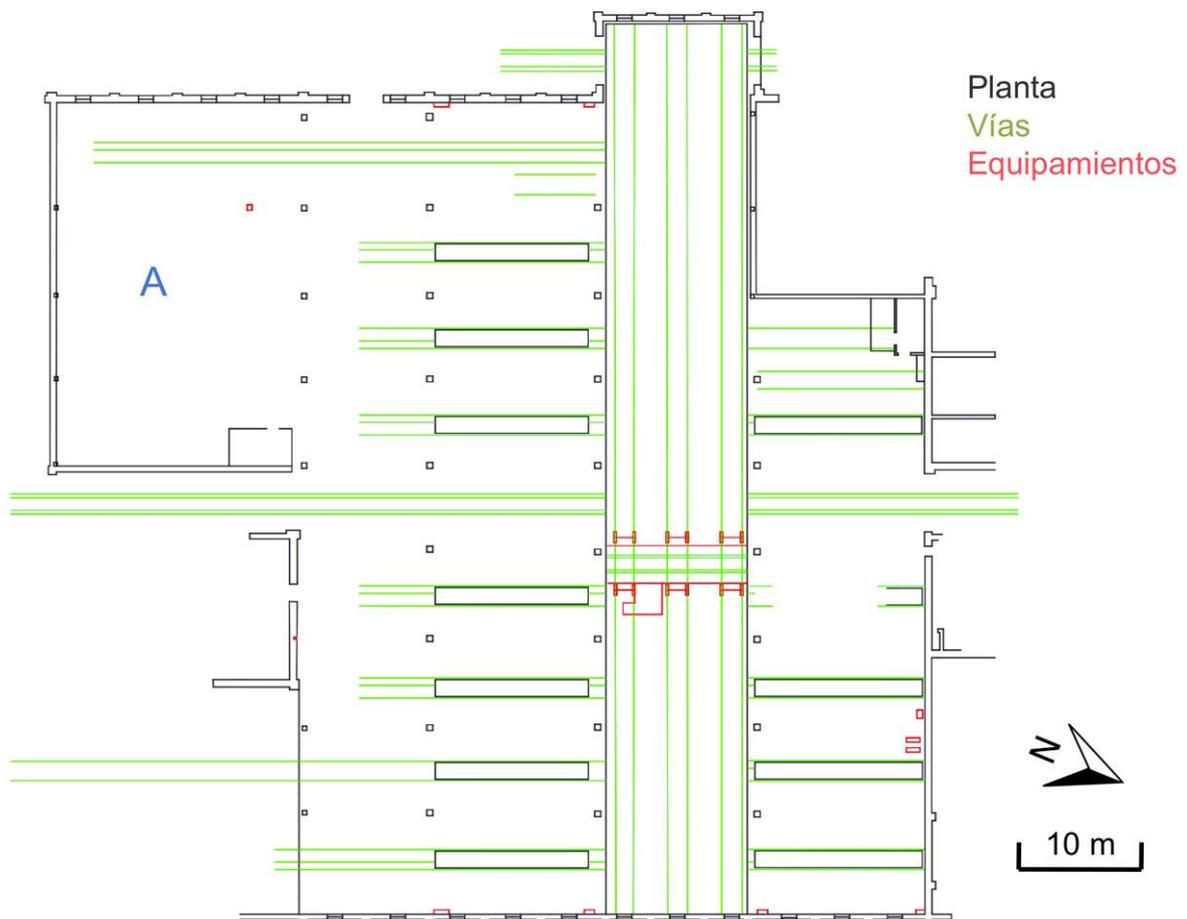


Fig. 2: Planta actual del sector N de los talleres de locomotoras (estudio de caso).

Versión: marzo 2015 (Fuente: autor).

La interpretación de este problema es compleja. En nuestra opinión, puede descartarse que inicialmente existieran dos naves y estas se demoliesen para construir una nueva y más amplia, pues la estructura metálica que sostiene la cubierta es la original y no se aprecian alteraciones en la fachada exterior. Tampoco parece que estos pilares se relacionen con un puente-grúa, pues no existen otras evidencias al respecto. Quizá sirvieran



para otro tipo de infraestructura. O tal vez los delineantes de FEPASA los dibujaran por error (no sería el único de su planta). También pudo suceder que esta nave necesitase apoyo extra por tener una luz mayor que la del resto. Si fue así, este refuerzo pudo eliminarse al dejar de ser necesario cuando se reformó el tejado con materiales más ligeros. En cualquier caso, y sin los debidos cálculos de resistencia, estas hipótesis no pasan de meras conjeturas.

Así y todo, se trata de una zona que presenta intensas alteraciones, presumiblemente de fecha reciente. Queda por resolver qué causas explican estos cambios y cómo funcionó este sector tras las reformas, para lo cual es preciso acudir al resto de fuentes disponibles. Al tratarse de una transformación que debió de producirse después de 1978, existe la posibilidad de trabajar con fuentes orales, lo que puede arroja nueva luz tanto a la interpretación de este tramo como al conocimiento de la última fase de operación ferroviaria de los talleres.

Creemos que el ejemplo expuesto demuestra la potencialidad de la metodología arqueológica para rescatar información y, al mismo tiempo, ofrecer propuestas de interpretación alternativas. La Arqueología tiene la capacidad de leer en la evidencia material hechos o cambios que no fueron registrados en otro tipo de fuentes. Ofrece, además, una plataforma menos filtrada¹⁰ para cruzar y contrastar datos, todo lo cual permite alcanzar interpretaciones más completas y rigurosas.

3. Hacia una rentabilización social del complejo FEPASA

Más allá del registro, la Arqueología puede aportar contenido a los proyectos de reutilización, transfiriendo su lectura histórica de los espacios y determinando qué aspectos materiales es importante mantener para preservar la memoria. Algo que se echa en falta en ciertas partes del Complejo FEPASA.

Cesada, como ya ha sido dicho, la actividad ferroviaria en 1998, la reocupación de este conjunto comenzó a ganar fuerza con el nuevo siglo. En 2001 fue comprado por la Prefectura de Jundiá (BATISTA, 2013, p. 45); al año siguiente recibió protección legal por parte del Instituto de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (IPHAN, 2002). Desde entonces ha acogido diversas actividades lúdicas, culturales, administrativas, industriales y

¹⁰ El registro material es, en principio, objetivo por definición. Claro que la lectura del arqueólogo siempre conlleva un cierto grado de subjetividad.



económicas (Fig. 3), destacando iniciativas como la Facultad de Tecnología (FATEC)¹¹, el *Poupatempo* o el Museo de la Compañía Paulista¹².

No es nuestro objetivo ofrecer aquí un análisis exhaustivo de las nuevas funciones del complejo ni exponer su proceso de reactivación, algo que, por otro lado, ya han hecho recientemente otros autores (vid. IPHAN, 2002; ARQUITETO PEDRO TADDEI, 2005; ACUIO & CAZZOLATTO, 2013; BATISTA, 2013). Nos limitamos a hacer un breve comentario crítico al respecto, centrando nuestra atención en un sector concreto de la mitad septentrional de los talleres.

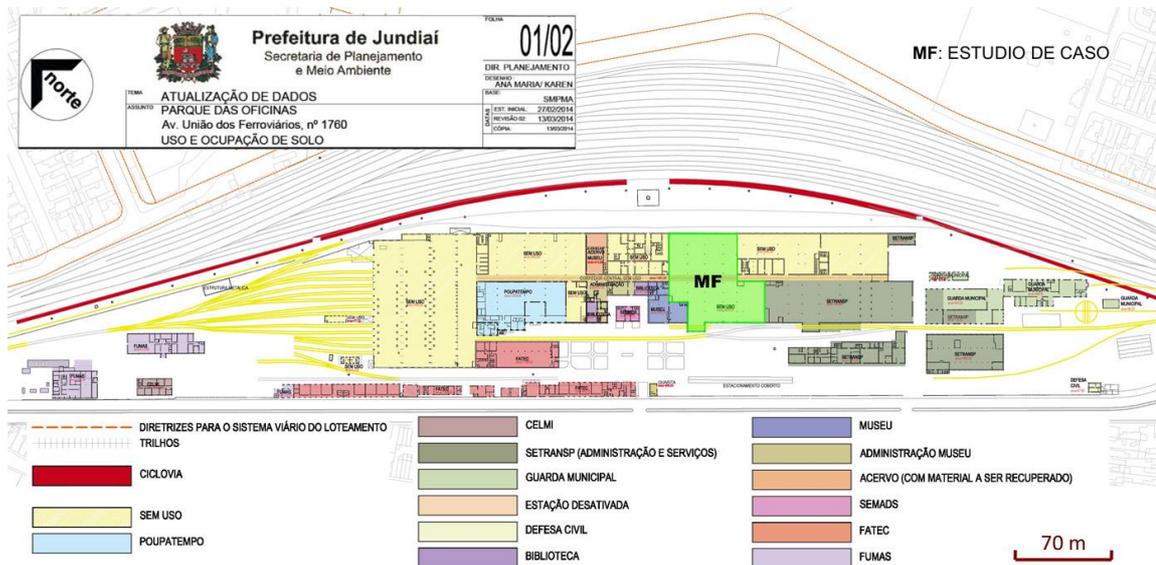


Fig. 3: Plano de usos actuales del Complejo FEPASA (Fuente: Secretaría de Planejamento e Meio Ambiente, Prefeitura de Jundiaí, 2014 -modificado-).

En dicho sector encontramos dos modelos de activación diferentes: el *Poupatempo* (vid. Fig. 3), una iniciativa del Gobierno Estatal de São Paulo para integrar diversos servicios administrativos, inaugurado en 2009¹³; y, frente a este (al NE; “sem uso” en la Fig. 3), el área utilizada en los últimos años de manera más flexible (menos institucionalizada) por las escuelas de samba de Jundiaí (Fig. 4).

Mientras que el sector ocupado por el *Poupatempo* (espacio A) ha sufrido una remodelación arquitectónica y una reorganización espacial más o menos intensa, las naves contiguas (espacio B) no presentan ninguna modificación estructural significativa. En el segundo caso, la re-habitación se ha limitado a un acondicionamiento mínimo con

¹¹ La implantación de la FATEC en el Complejo FEPASA (desde el punto de vista de la restauración arquitectónica del patrimonio) es objeto del proyecto de Iniciación Científica de Matheus A. Silva Chaparim: *Complexo de oficinas da antiga Companhia Paulista em Jundiaí e a intervenção projetual em preexistências edificadas: a adequação para FATEC* (FAPESP 14/10252-0).

¹² Inaugurado en 1979 y reabierto en 1995 (BARTCUS, 2012).

¹³ Fuente: http://www.poupatempo.sp.gov.br/posto_jundiai/ (Acceso en: 10 de abril de 2015).



elementos de arquitectura efímera y materiales ligeros y removibles, que se distribuyen por las naves en función de las necesidades específicas de cada momento. En este sentido, B conserva su identidad de manera mucho más nítida (escasa alteración del registro arqueológico), al contrario de lo que ocurre en A, donde las huellas del trabajo ferroviario han desaparecido por completo.



Fig. 4: A: Vista parcial del Poupatempo de Jundiaí (Autor: Sérgio Andrade. Fuente: SP Notícias¹⁴, 2009). B: Naves parcialmente activadas junto al Poupatempo (Fuente: autor, 2015).

Desde el punto de vista funcional la situación es inversa. En A los mecanismos de activación funcionan a la perfección y el *Poupatempo* es un lugar vivo y útil para la sociedad, rentabilizado. El espacio B, en cambio, presenta unos índices de ocupación muy bajos y su activación resulta parcial e intermitente, con un aprovechamiento social deficitario. Nos encontramos, en suma, ante una dicotomía entre autenticidad (B) y funcionalidad (A). El ideal, claro está, radica en combinar ambos valores en una misma pieza.

Por otro lado, A y B carecen de elementos que permitan un lectura patrimonial. No hay narración, explicación ni transmisión de memoria en estos locales, que han sido reciclados como contenedores vacíos. Con todo, en el *Poupatempo* se emplea un código de colores para distinguir las estructuras originales (pintura amarilla) de las añadidas o modificadas (roja y blanca)¹⁵, pero la ausencia de señalética o de cualquier otro medio de difusión hacen que este hecho pase desapercibido.

Es preciso, por tanto, complementar la activación de estas piezas con una interpretación histórica viva y participativa, que consiga atraer a unos usuarios que, en principio, no son consumidores de patrimonio ferroviario. Lo que no tiene sentido es invertir en la restauración de estos inmuebles para ignorar después sus valores patrimoniales. En el

¹⁴ <http://saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=205580> (Acceso en: 10 de abril de 2015).

¹⁵ Talita Falavigna: *Complexo de oficinas da antiga Companhia Paulista em Jundiaí e a intervenção projetual em preexistências edificadas: a adequação para o Poupatempo* (proyecto de Iniciación Científica en curso; FAPESP 14/10254-2).



caso del *Poupatempo*, pensamos que podría aprovecharse para este fin su vestíbulo de entrada; un zaguán transversal en perfectas condiciones de uso, pero desocupado. Este espacio vacío y de paso obligado bien podría utilizarse para transferir conocimiento. Presenta unas condiciones idóneas para acoger pequeñas exposiciones (permanentes o temporales), audiovisuales, materiales didácticos basados en las nuevas tecnologías o cualquier otra actividad de Educación Patrimonial.

Lo dicho es extensible al resto de edificios del Complejo FEPASA. Incluso el Museo se muestra insuficiente para explicar el funcionamiento y la historia de los antiguos talleres de la Compañía Paulista, resultando su discurso anticuado desde el punto de vista museográfico. Con todo, valoramos positivamente la apuesta de la Prefectura de Jundiaí y de varias fuerzas sociales¹⁶ por la conservación y ocupación del conjunto, que sin duda ha tenido una importante tasa de éxito. El interés por la activación socio-cultural del Complejo FEPASA crece¹⁷ (junto con los proyectos de investigación, difusión, restauración...) y el hecho de que su gestión haya pasado en 2014 a depender directamente de la Secretaría de Cultura municipal (que ha situado allí su Dirección de Patrimonio Histórico y Cultural)¹⁸ apunta con claridad hacia cuál es el futuro que la ciudad quiere para este singular conjunto de patrimonio industrial.

4. Una última reflexión¹⁹

El patrimonio industrial puede ser un recurso para la ciudad (y también para el medio rural), pero su rentabilización demanda una activación apropiada. Los procesos de reocupación no tienen por qué implicar intervenciones de coste elevado²⁰. Lo importante es saber definir con qué locales se cuenta y cuáles son las exigencias sociales. Después, se

¹⁶ Destaca, en este sentido, el papel de la *Associação Preservação da Memória da Companhia Paulista*, que ya ha conseguido instalar en el complejo un *Centro de Educação e Lazer para a Melhor Idade* (CELM) y trabaja para desarrollar otros interesantes proyectos de recuperación y rentabilización (DOS SANTOS, 2006, p. 10).

¹⁷ De hecho, acaba de inaugurarse (abril de 2015) un nuevo espacio, *Estação Juventude*, dedicado a la formación e integración de los jóvenes de la ciudad. Fuente: *Estação Juventude abre como 'espaço de diálogo'*. Disponible en: <http://www.jundiai.sp.gov.br/noticias/2015/04/04/estacao-juventude-abre-como-espaço-de-dialogo-com-jovens/> (Acceso: 10 de abril de 2015).

¹⁸ Fuente: *Complexo Fepasa é a nova casa da Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural*. Disponible en: <http://www.jundiai.sp.gov.br/noticias/2014/08/08/complexo-fepasa-e-a-nova-casa-da-diretoria-de-patrimonio-historico-e-cultural/> (Acceso en: 10 de abril de 2015).

¹⁹ Estas conclusiones recogen la postura general defendida desde el *Projeto Memória Ferroviária* (coordinado por Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira) sobre el problema de la activación del patrimonio industrial, que formulamos aquí desde nuestra propia percepción (de manera que no todo lo que exponemos tiene que ser necesariamente compartido por nuestros colegas). Por otro lado, nuestra visión al respecto es deudora de las enseñanzas de Julián Sobrino Simal y Enrique Larive, profesores de la E.T.S.A. de la Universidad de Sevilla y miembros también del equipo coordinado por el profesor Romero.

²⁰ Dependerá de la naturaleza y condiciones de las piezas a recuperar (estado de conservación, niveles de contaminación, etc.).



trata de desarrollar un ejercicio de adaptación e imaginación. Sin embargo, no debe olvidarse que tratamos con objetos patrimoniales, lo obliga a buscar el equilibrio entre memoria y función. Aquí reside el verdadero reto.

En el Complejo FEPASA las dificultades para conciliar las necesidades de los nuevos usuarios con la preservación y la visita pública del patrimonio catalogado son evidentes. Pueden rastrearse, por ejemplo, en las insistentes peticiones de mejores infraestructuras por parte de la comunidad universitaria de la FATEC²¹. Las dimensiones del conjunto y su volumen edificado (40.000 m² construidos)²² tampoco facilitan la gestión para un municipio mediano que ya cuenta, además, con otro grupo de patrimonio industrial recuperado para fines educativos: el *Complexo Argos*. Con todo, existe una demanda real de espacio por parte de diversos colectivos (agrupaciones históricas y lúdicas, escuelas de danza, de samba, de artes, compañías de teatro, bandas de música...), al tiempo que la ciudad necesita ampliar su infraestructura cultural y sus equipamientos sociales (incluyendo ambientes para la innovación, la investigación, la experimentación, el trabajo cooperativo...). Los antiguos talleres de la Compañía Paulista son, por tanto, un recurso potencialmente aprovechable.

La Arqueología debe tomar parte en los debates y procesos de ocupación y coadyuvar mediante la aplicación de sus herramientas (registro, interpretación, etc.) a conciliar los valores patrimoniales con las exigencias de la vida urbana contemporánea. En el marco de una sociedad más sustentable, el patrimonio industrial requiere aproximaciones integradoras y multi-disciplinares que contemplen sus bienes como elementos activos y generadores de bienestar. El objetivo (y la solución) es volver a habitar los espacios producidos por la industria.

Referencias

ACUIO, Luiz Gustavo Lopes; CAZZOLATTO, Thais Helena (Org.). **Revitalização do Patrimônio Ferroviário através de Eventos Culturais**. Jundiaí: Edições Brasil, 2013. 184 p.

ARQUITETO PEDRO TADDEI E ASSOCIADOS S/C Ltda. **Plano de Preservação das Oficinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro**. 2005. 27 f. Relatório Final – Prefeitura de Jundiaí, Jundiaí.

BATISTA, Sueli Soares dos Santos. O Complexo Cultural FEPASA em Jundiaí: histórico e perspectivas. In: ACUIO, Luiz Gustavo Lopes; CAZZOLATTO, Thais Helena (Org.). **Revitalização do Patrimônio Ferroviário através de Eventos Culturais**. Jundiaí: Edições Brasil, 2013. p. 45-86.

²¹ Entre otras: <http://www.fatecjd.edu.br/not/noticia-014.pdf> (Acceso en: 10 de abril de 2015).

²² Fuente: *Especialistas do Iphan fazem visita técnica ao Complexo Fepasa*. Disponible en: <http://www.jundiaionline.com.br/noticias/especialistas-do-iphon-fazem-visita-tecnica-ao-complexo-fepasa-6384> (Acceso en: 10 de abril de 2015).



BARTCUS, Aline Zandra Vieira. **Memória e patrimônio ferroviário**: estudo sobre o Museu da Companhia Paulista em Jundiaí-SP. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2012.

CASANELLES i RAHOLA, Eusebi. Nuevo concepto de Patrimonio Industrial, evolución de su valoración, significado y rentabilidad en el contexto internacional. **Bienes Culturales**: revista del Instituto de Patrimonio Histórico Español, Madrid, v. 7, p. 59-70, 2007.

CAZZOLATTO, Thais Helena; ACUIO, Luiz Gustavo Lopes. Históricos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e do Complexo FEPASA em Jundiaí: do auge à decadência. In: ACUIO, Luiz Gustavo Lopes; CAZZOLATTO, Thais Helena (Org.). **Revitalização do Patrimônio Ferroviário através de Eventos Culturais**. Jundiaí: Edições Brasil, 2013. p. 33-41.

DELVIZIO, Ivanir; OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Corpus de relatórios da Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes (1885 a 1897): levantamento da terminologia ferroviária com o programa WordSmith Tools. In: COLÓQUIO NACIONAL DE LÍNGUA, DOCUMENTOS E HISTÓRIA, 1, 2013. Fortaleza. **Anais do I Colóquio Nacional de Língua, Documentos e História**. Diacronia e sincronia: diálogos possíveis. Fortaleza: UECE, 2013, p. 329-342.

DOS SANTOS, Eusébio Pereira (Org.). **Meu pai foi ferroviário**. Memórias dos trabalhadores da estrada de ferro. Jundiaí: In House, 2006. 248 p.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to destroy. **An archeology of supermodernity**. **Current Anthropology**, Merced, v. 49, n. 2, p. 247-279, 2008.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, 368 p.

ICOM. **Launch of International Museum Day 2015. Museums for a sustainable society (Press release)**. Paris, 2015. Disponível em: <http://icom.museum/press-releases/press-release/article/launch-of-international-museum-day-2015-museums-for-a-sustainable-society/>. Acesso em: 10 de abril 2015.

IPHAN. **Conjunto de Edificações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro** (Processo nº 1.485-T-01. Livro Histórico: vol. 2, folha 080, inscrição 570. Data: 14/07/2004). Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2004. 4 v.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Museus e Ferrovias: estudo sobre a preservação do patrimônio ferroviário paulista. **Revista Labor & Engenharia**, Campinas, v. 5, n. 3, p. 20-31, 2011.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Electrificação em empresas ferroviárias paulistas: aspectos da tecnologia e da industrialização em São Paulo (1902-1937). In CAPEL, Horacio; CASALS, Vicente; CUÉLLAR, Domingo (Eds.). **La electricidad en las redes ferroviarias y la vida urbana: Europa y América (siglos XIX y XX)**. Madrid: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 2012, p. 187-201.

PALMER, Marilyn; NEVELL, Michael; SISSONS, Mark. **Industrial Archaeology: a handbook**. York: Council for British Archaeology, 2012, 304 p.

PINTO, Adolpho Augusto. **Historia da Viação Publica de S. Paulo**. São Paulo: Typ e Papelaria de Vanorden & Cia, 1903. 322 p.

SOBRINO SIMAL, Vicente Julián. Nuevas estrategias de gestión patrimonial. El Programa de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico Industrial de la Consejería de Obras Públicas y Transportes de la Junta de Andalucía. **Transportes, Servicios y Telecomunicaciones**, Madrid, v. 8, p. 166-184, 2005.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre el Patrimonio Industrial**. Nizhny Tagil, 2003. Disponível em: <http://international.icomos.org/18thapril/2006/nizhny-tagil-charter-sp.pdf>. Acesso em: 10 de abril 2015.



RELAÇÕES DE GÊNERO EM PELOTAS E HABANA VIEJA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL E IGUALITÁRIA

Karla Maria Fredel¹

Resumo:

Este trabalho é totalmente baseado na análise documental e prática que fiz para minha tese de doutorado. O trabalho desenvolveu-se na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul – Brasil e em Habana Vieja, o bairro mais antigo da cidade de Habana em Cuba. Sendo o enfoque principal – o gênero -, como arqueóloga histórica, fiz o estudo analítico através do material arqueológico, a louça de unidades domésticas situadas nas localidades citadas. Como? Neste estudo procurei interpretar o modo de vida das sociedades oitocentistas, através da louça utilizada, assim, foram separados e estudados os artefatos utilizados por homens e os utilizados pelas mulheres, bem como os utilizados pelos serviçais, a escravaria. No trabalho, o gênero foi analisado sob dois aspectos, no sexo (feminino e masculino) e no status(relações senhor/escravo). Concomitantemente, o embasamento documental. O “pano de fundo”, o contexto temporal, foi o século XIX, quando as sociedades latino-americanas entravam em uma nova ótica socioeconômica e cultural, a ótica capitalista.

Palavras-chave: Arqueologia, Gênero, Feminino, Escravo, Sociedade.

Abstract:

This work is entirely based on documentary analysis and practice that did for my doctoral thesis. The research was developed in the city of Habana Vieja, the oldest district of the city of Habana in Cuba and the city of Pelotas in Rio Grande do Sul – Brazil; Did the analytical study through the archeological material. Dish domestic units located in the mentioned localities. How? In this study we sought to interpret societies through the dish used. The main focus of the work, the gender, was studied in two ways, in the category sex – male/female and status question – Mr. relations/slave. Also, the artifacts used by men were separated and studied, used by the woman as well such as those used by the servants, slaves. Concomitantly, desk research was conducted. The “background”, the temporal context, was the XIX century prior Latin American went into a new socioeconomic and cultural perspective, the perspective capitalist.

Key words: Archeology, Gender, Female, Slave, Society.

¹ LÂMINA – ICH – UFPEL.



Trago para este, analogias realizadas por mim a este respeito. Para tanto, utilizei abordagens feitas por nomes expressivos, tanto na arqueologia, quanto na história, como Pedro Funari, Andrés Zarankin, Marcos Albuquerque, Melissa Salerno, Charles Orser Jr., Yan Hodder, Mary Beaudry, Lourdes Domingues, Lúcio Ferreira, Margareth Rago, Nelson Werneck Sodré, Nicolau Dreys, Flávio Silveira, Luciana Peixoto, Sandra Pesavento, Eliane Peres, Estella Reys, Carlos Lemos, Renato Ortiz, Mário Magalhães e outros não menos importantes.

Respectivamente, os primeiros, representantes da Arqueologia Histórica, colocam que a disciplina voltada para o entendimento do modo de vida e dos processos sociais, possibilitam o entendimento de suas particularidades e singularidades, bem como o estudo dos materiais coloniais que contam com o auxílio de diferentes documentos, como inventários, fotos, desenhos elaborados e pinturas.

Ainda, para fundamentar tais argumentos a teoria pós-processual também foi empregada. Esta, insere a arqueologia histórica dentro das sociedades, através da preocupação dos arqueólogos no passado e no presente, no contexto histórico e social, na produção do seu conhecimento, com a subjetividade e seu comprometimento com os grupos sociais, dando chance ao surgimento da arqueologia feminista, ligada aos movimentos feministas, a arqueologia da etnicidade, preocupada com os movimentos de afirmação racial e “da volume às vozes menos privilegiadas. Ao adotarem perspectivas multifacetadas, os arqueólogos dedicados a este tipo de estudo, começaram a examinar os depósitos arqueológicos com o reconhecimento da importância de dois contextos históricos, o que existia no passado e foi experimentado pelos indivíduos estudados e os ambientes que eles, nós vivenciaram e trabalharam. A diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam as sociedades que compõe a humanidade. O pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras. A cultura está no centro dos debates contemporâneos sobre identidades étnicas e a seleção de características culturais e linguísticas particulares como símbolos relevantes de identidade frente aos outros. Essa construção ativa de identidades está embutida na negociação dos interesses econômicos e políticos ou pode ser denominado de relações de poder, práticas como divisão sexual / étnica de trabalho, gostos e semelhantes. Tal interpretação deve considerar a idéia de que as ações humanas ocorrem em um contexto cultural inteligível pelos seus próprios agentes sociais, quando os indivíduos criam seu mundo através de suas ações dentro dos limites culturais que existem em sua época.



A arqueologia história liga-se de “forma umbilical” às noções de identidade, tratando de sociedades, que de uma forma ou de outra relacionam-se com o arqueólogo. O estudo da cultura material permite conhecer tensões sociais, a variedade de situações sociais vivenciadas, estudo sobre relações de poder. Dentro desta visão, o conhecimento de diferentes formas de vida, experiências da humanidade, contribuindo assim na criação de cidadãos mais “respeitosos” com grupos excluídos ou minorias étnicas. Neste contexto, este “tipo” de reconstrução dos estilos de vidas passadas, aproxima a arqueologia histórica destas realidades e operam em tempos e lugares específicos. Assim, a tarefa do arqueólogo consiste em revelar estruturas que refletem uma série de unidades básicas e compartilhadas pelos membros de um grupo. O acesso simultâneo de tais fontes informativas, permite unir os padrões arqueológicos de uma unidade com seus atributos sociais, econômicos e ideológicos. A cultura material neste caso, é vista como um meio de comunicação e expressão que tem o poder de condicionar e eventualmente, controlar a ação social.

Dentro desta realidade, ambas sociedades colonizadas, brasileira e cubana, tiveram histórias semelhantes, tanto na “entrada” na nova ótica/ideologia socioeconômica e cultural, quanto na “saída”, para sociedades independentes e igualitárias (tentativa). No século XIX nos países colonizados, os valores europeus burgueses e os anti-europeus do chamado interior chocaram-se, ou seja, os valores universalizantes modernos com os do patriarcado colonial/rural, marcaram a nova hierarquia social com a intensificação da vida nas cidades (urbanização). O mundo colonial caracteriza-se por ser compartimentado e dividido em partes excludentes. Agora, o jogo entre o explorado e o explorador se interpõe em uma gama diferenciada de “professores” de moral, de conselheiros que controlam a infra estrutura super estruturada. Não são as usinas, nem as propriedades, nem as contas bancárias que caracterizam a classe dominante, a “espécie” dirigente é aquela que vem de fora, aquela que em nada se assemelha aos “autóctones”, aos outros.

No Brasil, o mito das origens brasileiras, os indivíduos resultantes da “cruza” entre o branco e o índio. O negro, era “algo” ausente neste discurso, trabalhavam como escravos nas fazendas das elites provinciais. Parte destes indivíduos das famílias abastadas, filhos, parentes próximos estudavam na Inglaterra ou na França. Neste contexto, a consequência nefasta desta sociedade: a escravidão transmitida pelo homem branco com a idéia que o trabalho físico e o trabalho com a terra eram aviltantes. Na sociedade moderna, o sistema produtivo e composto de um lado por forças produtivas e relações de produção que organizam o processo de produção e distribuição dos bens materiais numa sociedade; de outro, composto por relações sociais, políticas, jurídicas,



ideológicas e simbólicas. Neste cenário, aparece a elite charqueadora pelotense (elite rural), que em pouco tempo se transformava na elite urbana pelotense. Ao integrar-se no contexto colonial brasileiro, o extremo sul ao contrario das outras províncias que contribuíam com a plantação de bens, como o açúcar e o café ou minério, este o faz através do fornecimento das carnes do gado de corte e de gado de tração para abastecer as zonas mineradoras do centro do país. O estabelecimento de charqueadas na região veio criar um mercado exclusivo regional. As charqueadas operavam como empresas escravistas e produziam os principais produtos de exportação sulistas: o charque, o couro e o sebo. Os grupos charqueadores e estancieiros sedentarizavam-se, formando os troncos seculares das famílias sulistas, os clãs familiares que assumiam no contexto local, uma situação de predomínio face ao monopólio da terra e do rebanho, predomínio este, “viabilizado e legitimizado” por serem defensores civis das fronteiras sulistas. Por tal fato, eram recompensados com postos militares e posteriormente com títulos de nobreza. Neste ponto faço um pequeno parêntese para ressaltar a importância das paisagens e como estes tem participação ativa nos processos humanos dentro da história. Estes espaços socioambientais decorrem das manifestações e práticas humanas em interação com o entorno, definindo as formas transformadoras do meio. A “domesticação” das paisagens é dinamizada pelo imaginário que resguarda certas peculiaridades associadas aos contextos culturais nos quais emerge como uma dimensão do humano. O espaço geográfico onde está localizada a cidade de Pelotas faz parte da Encosta do Sudeste* da antiga (séc. XIX) Província de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, ligou-se diretamente às atividades pastoris, precisamente ao fabrico do charque, o que garantia mais uma posse da Coroa Portuguesa no Brasil. A distribuição humana destes espaços acompanhava a topografia da região e de acordo com Anjos (2000), a partir de 1814, ali houve uma ocupação espontânea, em sua maioria por homens abastados que posteriormente “construíram” neste lugar suas casas. O crescimento tanto populacional como de empreendimentos urbanos aumentou bastante até a década de 1830. Por tal motivo, a malha urbana sofreu uma readequação urbana, a cidade se desenvolveu segundo as necessidades da sociedade e dos interesses dos charqueadores, estancieiros e comerciantes, que construíam o espaço urbano e nele, prédios administrativos, comerciais e culturais. Anjos (2000), traz/faz uma abordagem interessante desta “nova” malha urbana:

“...o traçado em xadrez com diferentes dimensões diferenciava o zoneamento das ruas, o que era usado para estratificação social. As ruas norte/sul eram denominadas de principais, onde estavam os prédios e habitações de mais expressão. As ruas localizadas nas vias leste e oeste, eram chamadas de travessas e abrigavam as habitações mais simples e o comércio português.”



Juntamente com o as transformações na arquitetura e no traçado das ruas ocorridas no final do século XIX, ocorre a implantação de padrões influenciadas por imagens do Velho Continente. Acompanhando a internacionalização de uma ordem burguesa de matriz europeia, inverte-se a relação campo-cidade e a urbe aparece como o lugar onde as coisas acontecem. O fenômeno urbano, ligado diretamente a modernidade é responsável por uma complexidade de “ligações” relacionadas a aceitação/negação de novos valores, vantagens/desvantagens das novas conquistas. Ainda na década de 1830, Pelotas recebeu em seu centro, um pelourinho, marco do poder de repressão do Estado Imperial. Lugar onde hoje localiza-se a Praça Cel. Osório e na respectiva área, existe um chafariz. A partir da década de 1870, começam a serem edificadas os palacetes dos charqueadores no entorno da praça. Neste contexto, surge a residência Francisco Antunes Maciel, o Barão de Cacequi, a unidade doméstica de onde foram recolhidos os artefatos arqueológicos analisados por mim. Tanto os perfis estudados, da casa 8* e do material resgatado, evidenciam o crescimento da economia por meio da importação nacional e internacional do charque. Bem como gastos dada a necessidade de adaptação às novas modas, além dos custos de manutenção e rotatividade (fragilidade) desse tipo de material. Justificando, Orser Jr. (2005), afirma que o surgimento das forças de mercado no mundo capitalista tem um significado prático para os arqueólogos históricos, pois a grande maioria dos objetos utilizados pelos americanos após o período colonial, não foi feita por eles mesmos. Assim, homens e mulheres, tiveram que selecionar, a partir de um grupo amplo, porém finito, os que desejavam usar. Diante disso, as mercadorias deixaram de ser somente itens utilitários ou símbolos de status e sucesso para serem revestidas de significações pessoais, adquirindo um conjunto de associações que não tinham a ver com seu uso. Os objetos ganham assim, valor em si mesmos como expressões de personalidade, atuando como uma expressão da vida burguesa.

Ainda, dentro deste contexto, insere-se a mulher do século XIX:

- Submissa
- Dependente
- Oprimida

Conforme Flores (2003), no século XIX, a vida da mulher, principalmente no sul, onde o patriarcado era “marca registrada”, a vida mulher era regrada pela família e pelos ritmos do campo. A formação da mulher desde a mais tenra idade, era direcionada para os cuidados das “lidas” e “prendas” domésticas, para as rezas, enquanto aguardava o noivo, que era escolhido pelo pai. Mas mesmo camuflada a liderança “singular” feminina, vista



como mola-mestra do lar, não podia ser anulada. Macias (2008), coloca que desde que a Europa transpôs as fronteiras geográficas no século XVI, e descobriu culturas diferentes, a História e a Antropologia nos fizeram ver que a distribuição entre os sexos, os ritos juntamente com regimes alimentares são partes importantes de tradições, que o passado e o presente se entrelaçam para satisfazer as necessidades do momento. As tarefas femininas dependem da ordem cultural, diferem de uma sociedade para outra. De acordo com Ognibeni (2004), as uniões neste meio eram realizadas através do sistema de compadrio (criação de laços de solidariedade econômica e política). A verdadeira “intensão” de tal sistema era de “ajudar” agregados, vizinhos, com quem eram estabelecidos laços de parentesco. Nesta nova sociedade, uma casa que desejasse ter filhas prendadas, aptas a arranjar um bom partido, tinha que ter um piano e outros objetos sofisticados, que não eram encontrados por aqui, eram produtos importados. Além da música, tinham que saber costurar (aquisição de costureiros), relicários para frequentar as missas e possuir jóias para exibir nos passeios. Em Pelotas do século XIX, a supremacia masculina se faz presente na vida política, social, cultural e familiar. Os jornais que circulam nesta época, destacavam diariamente notícias sobre a vida social da cidade, como saraus, passeios culturais, musicais festas e desfiles. Mas as seções eram divididas, exibiam a seção literária e o folhetim, este último dedicado exclusivamente ao público feminino, as mulheres que sabiam ler, o que não ocorria com parte da população deste sexo. Neste caso, selecionei dois exemplos retirados do Correio Mercantil, datado de 29 de abril de 1886, sendo que o primeiro é preconceituoso e o segundo, remete-se à defesa da mulher instruída.

(...) a mulher parece destinada pela própria natureza para formar o templo da felicidade doméstica. A sua simplicidade e ingenuidade a tornam mais amável e interessante aos olhos do homem de que sua ilustração, que a faz perder MUITOS QUILATES de seus naturais atrativos...ao contrário, se cordata...

(...) felizmente na nossa dilecta província existem destacadas senhoras que quebrando a cadêa de errôneos preconceitos e falsas teorias, abraçam a senda do progresso, tornando-se salientes nessa plêiade...

Não muito diferente, a história socioeconômica e cultural cubana. O início de sua jornada desenvolvimentista teve início no século XVIII e deu-se na metrópole, Espanha. Os intercâmbios, tanto populacionais quanto mercantis, ocorriam pelo maior porto do Caribe, o de Habana. Os novos povoadores de origem europeia pertenciam às camadas sociais superiores com frequência. Tinham sido comerciantes ou latifundiários em seu país de origem, possuindo experiência na exploração de riquezas coloniais. O primeiro contingente



migratório começou o cultivo de tabaco e outras empresas agrícolas, cultivo de cana de açúcar e criação de gado. Na segunda metade do século XVIII, originou-se um movimento da diversificação agrícola, começaram a ser cultivados o milho, trigo, arroz, algodão e café. Tal “empresa”, foi definindo aos poucos, fato causado pela cobrança de altos e numerosos impostos, contrabando monopólios e fraudes administrativas.

Na época, o comércio tinha a efetiva participação de grupos espanhóis da Catalunha, mantendo o monopólio ao comprar carregamentos completos que depois eram vendidos aos “comerciantes menores”, ou seja, aos donos de armazéns, lojas de tecido e semelhantes. Neste período, foram ditas leis estimulando a imigração de espanhóis e estrangeiros, estes últimos eram excluídos até então, pela lei das Índias.

Muitos capitais, inseguros nos países hispano-americanos, sentiram-se atraídos para Cuba. A população local era bastante heterogênea, dividindo-se em brancos, espanhóis e aborígenes, posteriormente, somaram-se os negros e mulatos. Do ponto de vista socioeconômico, os índios, negros e mulatos ocupavam os níveis hierárquicos mais baixos, bem como não havia igualdade entre os espanhóis brancos. Alguns ocupavam cargos oficiais ou eram funcionários da Coroa; outros, destacavam-se pela posição econômica ou pelo desenvolvimento de atividades rurais “rentáveis”. A mão de obra naturalmente era escrava. O contato inter-étnico motivou diversas mudanças nos comportamentos da sociedade. Junto com a introdução e a presença do negro, vieram também influências desta cultura.

Criado no século anterior, no século XVII, o bairro mais antigo da capital cubana. O bairro de Habana Vieja, abriga a unidade doméstica de onde foi resgatado o material arqueológico, a louça doméstica, a casa Prat Puig. A construção pertence ao gênero de casas térreas com *habitación esquinera*, ou seja, um quarto de esquina no segundo piso e com *balcón* ou sacada/varanda.

No entorno da Praça das Armas, a partir do final do século XVIII, foram edificadas mansões ornadas por colunas e portais que caracterizavam o clima senhorial e esses detalhes harmonizavam com os títulos dos proprietários: marqueses, condes.

No final do século XVIII, houve um aumento significativo da produção açucareira, conseqüentemente, um grande aumento da mão-de-obra escrava. Foram abertas as portas da muralha²; facilitando o transporte marítimo de carregamentos de cana-de-açúcar, tabaco,

² Construção para defesa da cidade de Habana, edificada no ano de 1603.



frutas e café. Por terra chegam verduras, frutas e outros gêneros. Instalou-se ali, um sistema de monocultura e exportador, bem como a emergência de novos capitais. Estes, significaram no final do século XVIII e início do XIX, o controle dos comerciantes no manejo dos sistemas de armazenagem e embarque dos produtos, aproximando o produtor e o mercado para os negócios com as mercadorias. Fato este que causou a formação de dois estamentos no setor: grandes comerciantes – negociadores de açúcar e outros produtos agrícolas e os pequenos comerciantes que dependiam dos primeiros para o abastecimento de seus armazéns e casas de comércio. Já no segundo quartel do século XIX, a cidade continuava se desenvolvendo, foram criados novos mercados, abriu-se uma nova área pesqueira e foram instalados na cidade, diversos banhos públicos de luxo (semelhança com as termas romanas).

De acordo com Menéndez (2009), no século XIX, com o incremento da atividade açucareira, os “magnatas” da indústria e do comércio foram os principais clientes das novas tendências arquitetônicas, utilizando grande parte de seus lucros na construção “*de sus espléndidas mansiones y quintas campestres*”. As áreas que integravam o conjunto urbano era a “zona intramuros”³, um traçado de quarteirões que compunham a malha viária, com ruas estreitas. Tal malha correspondia a parcela mais antiga da cidade, habitada por indivíduos importantes, com ricos palacetes edificadas nos séculos XVII e XVIII.

A história da mulher cubana do século XIX está estritamente ligada a realidade local da época, onde a família era o instrumento de segurança e equilíbrio dentro do sistema socioeconômico que instalou-se neste século, o sistema capitalista. O modelo de família do fazendeiro era a casa sossegada com sua esposa, seus filhos, muitos escravos, por vezes, parentes ou agregados. Na família impera a divisão do trabalho. Nela impera a natural subordinação da mulher. A vida doméstica pertence às mulheres guardiãs da moral desde suas condições de mãe – esposa e filha. Conforme Rueda (1997) o matrimônio neste período era um “convênio”, um pacto que impedia a escolha livre da mulher, ou seja, casar por amor. Desta forma o pai era quem elegia o noivo ou o marido para o enlace, mais um negócio, pois este tinha caráter e apoio judicial. Esse sistema, integrado por uma ampla rede parental ou patriarcal da tradicional família *criolla*, era composto pelos avós, pais, tios, primos e grande quantidade de escravos (muitos escravos domésticos + status).

³ Intra e extramuros: divisão das moradias de acordo com a classe social.



Ferreira (2009) afirma que a “aliança” entre a Arqueologia da Escravidão e a Arqueologia Pública é, de um lado atributo do ativismo dos movimentos sociais negros; de outro, das críticas e engajamento de arqueólogos.

Pelotas/Habana Vieja – Século XXI

Mesmo pertencendo a contextos espaciais diferentes, tendo históricos diferentes, as casas de onde provinha o material arqueológico estudado, estavam localizadas em locais de destaque dentro da nova realidade que se instalava nas cidades e ambas pertenciam inicialmente à famílias de posses. Em Pelotas durante o a residência Maciel noséculo XX, abrigou alguns órgãos do Estado. Em Habana Vieja, a casa Prat Puig, apesar de ter sido edificada no século XVII, funcionou como “*tienda comercial*” nos dois séculos seguintes. Portanto, no século XIX, esta atuava com as duas funções, Atualmente, ambas unidades domésticas, os denominados sítios arqueológicos urbanos, são locais culturais para as respectivas populações. Em Habana Vieja, a casa Prat Puig é um Memorial aberto a visitação pública. Em Pelotas, a residência Francisco Antunes Maciel é o Museu do Doce e seu porão é utilizado como um pequeno auditório, palco de palestras, debates e semelhantes. De acordo com Pelegrini (2009), os sítios urbanos vistos como bens patrimoniais reforçam e mantém os elementos de identidade e memória urbana. Nesse sentido, a retomada de emoções, costumes, modos de viver e formas de entender as reminiscências do tempo passado são essenciais na construção das identidades individuais e coletivas do presente. Morais (2005), afirma que este tipo de patrimônio pode atuar como “mola propulsora” de iniciativas turísticas e o patrimônio arqueológico entendido como bem de uso especial, torna-se presente no universo patrimonial das comunidades. Estas, por sua vez, entrarão com o comprometimento no sentido da tomada de consciência da preservação, valorização e divulgação do patrimônio arqueológico como fator de atração turística. Procedimentos semelhantes devem ser realizados com artefatos expostos em variadas instituições, coleções de artefatos de sociedades do passado,ou seja, manter permanentemente a conexão e compreensão de suas vivências, costumes, bem como a utilização dos respectivos artefatos. Ainda, dentro desta visão, Castells (2000), argumenta que a preservação das raízes vinculadas aos cidadãos e seu passado, bem como a acepção de seu patrimônio cultural abrangem principalmente as experiências vividas, condensadas nas formas e expressões diversificadas, juízos de valores, maneiras distintas de utilizar os bens, os espaços e o meio ambiente.

- Assim nomeada pelo Projeto Monumenta, um projeto que objetivava restaurar cidades históricas e monumentos.



Referências

- ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia Histórica e Restauração. In: **Revista Clio**, Recife – Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 1992.
- ANJOS, Marcos. Estrangeiros e Modernização. A cidade de Pelotas no ultimo quartel do século XIX. In: **História e Etnias de Pelotas**, Pelotas, 2000.
- BEAUDRY, Mary. Archeology and the historical household. In: **Man in the Northeast**. N°28, 1984.
- CASTELLS, Manuel. **The rise of the netnksociety**. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- DOMINGUES, Lourdes. La ciudad encontrada. In: **Opus Habana**. Vol.II. Habana,1998.
- DREYS, Nicolau. **Notícias Descritivas da Província de Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre. Editora Nova Dimensão, 1990.
- FERREIRA, Lucio Menezes. Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública. In: **Vestígios – Laboratório de Arqueologia**. Belo Horizonte – FAFICH – UFMG, 2008
- FLORES, Moacyr. **História do rio Grande do Sul**. EDIPLAT. Porto Alegre, 2003.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. Contexto. São Paulo, 2000
- _____. Teoria e Arqueologia Histórica; a América Latina e o Mundo. In: **VESTÍGIOS**, 2007.
- _____. **Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no Contexto Sul-americano**. Cultura Material e Arqueologia Histórica. São Paulo. IFCH – UNICAMP, 1998.
- HIDALGO, Yoao. **Sintesis de la evolución urbanística y arquitectonica de la Habana Vieja**. Habana, 2010.
- HODDER, Yan. **Interpretación em Arqueologia**. Corrientes Actuales, Barcelona Crítica, 1995.
- LEMOS, Carlos Alberto. **História da casa brasileira: a casa colonial, casas urbanas e rurais, a habitação burguesa**. São Paulo. Nobel Editora. 1989
- MACIAS, Rosário. **La Habana em el século XIX**. Habana, Universidad de Huelva,200
- MAGALHÃES, Mário. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro: um estudo sobre a história de Pelotas**. UFPEL, 1993.
- MENÉNDEZ, Madeline. **Tipologia de la Arqitetura Doméstica em el Centro Histórico**. Habana, 2009.
- MORAIS, José Luiz. A arqueologia e o turismo. In: **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo – Contexto, 2000
- OGNIBENI, Denise. **Charqueadas Pelotenses no século XIX: Cotidiano, Estabilidade e Movimento**. Tese de Doutorado – PUCRS – Porto Alegre, 2004.
- ORSER Jr, Charles. **A Historical ARcheology of the Modern World**. New York: Plenum Press, 1996.
- ORTIZ, Renato. Franz Fanon: Um Itinerário político e Intelectual. In: **IDEIAS**, Campinas, IFCH, UNICAMP, 1995.



PEIXOTO, Luciana. **A louça e os modos de vida urbanos na Pelotas oitocentista**. Dissertação de Mestrado. UFPEL, 2009.

PERES, Eliane. **Textos destinados ao público / leitor feminino, divulgados no jornal diário “Correio Mercantil”**. Pelotas, 1985.

PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Cultural: Consciência e Preservação**. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense, 2009

PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**. Porto Alegre, Editora Brasiliense, 1990.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminina, Gênero e História. In: **Cultura Histórica em Debate**. Florianópolis, 1995.

REY, Estella. Algunos aspectos socioeconômicos de la Cuba colonial temprana. **Revista Cubana de Antropología**, N° 8, Habana, 2003.

SILVEIRA, Flávio. **Paisagem e Cultura: Dinâmicas do Patrimônio e da Memória na atualidade**, Belém, EDUFPA, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese da História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1989.

ZARANKIN, Andrés. El pensamiento moderno y pensamiento pós-moderno en la arqueología, In: **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, IFCH, UNICAMP, 2002.

_____ ; SALERNO, Melissa. El Sur por el Sur. Uma revisão sobre la história em América Meridional. In: **Vestígios** – Laboratório de Arqueologia. FAFICH – UFMG, 2007.



PATRIMÔNIO EDIFICADO

Karla Maria Fredel¹

Resumo:

O presente trabalho faz parte das pesquisas e investigações pertinentes à minha tese de doutorado. O enfoque aqui abordado é o PODER, tópico que foi parte importante da tese, mas não sua problemática principal que abrangia o GÊNERO (sexo = feminino/masculino e status = relação senhor/escravo), portanto o enfoque não foi desenvolvido por mim. Dentro do contexto, o trabalho voltar-se-á para a Arqueologia da Arquitetura, tema importante dentro da Arqueologia Histórica. Nós, arqueólogos focamos nosso olhar geralmente somente para os artefatos existentes dentro de um determinado espaço, deixando de lado seu entorno, ou seja, as edificações nas quais estes, os artefatos foram encontrados e serviram para uma determinada sociedade como material utilitário em uma determinada época, em um determinado contexto. Minha pesquisa contextualiza o século XIX, foi realizada em duas Unidades Domésticas situadas uma em Pelotas, no Rio Grande do Sul – Brasil e a outra, em Habana Vieja, em Habana – Cuba.

Palavras-chave: Século, Gênero, Poder, Arquitetura, Arqueologia.

Abstract:

This work is part of research relevant to my doctoral thesis. The approach discussed here the power, a topic that was an important part of the my thesis, but not the main problem, wich covered gender, applied in two approaches, the sex (male and female) and the status (ratio master/slave). Within this context, the Historical Achaeology. We, archaelologist, focus our gaze usually only for existing arctefacts were withen a given society as utility equipment in a season, at given time. My research contextualizes the nineteenth century and was carried out in two households, one located in the city of Pelotas, in Rio Grande do Sul in Brasil and the other located in the oldest district of Habana, Habana Vieja – Cuba.

Key Worlds: Century, Gender, Power, Architecture, Archaeology.

¹ LÂMINA – ICH – UFPEL.



De acordo com Zarankin (2002), com a formação da nova sociedade do século XIX, surgem os “grupos de poder” que tem sua auto-afirmação do controle na construção material do espaço humano, portanto, os prédios passam a ter significados sociais, adquirindo o papel de partícipe ativo na formação das comunidades como forma de comunicação não-verbal, mas autoritária, hierárquica e não distributiva. Funari (2003), afirma que as plantas das edificações podem nos dizer de variadas formas, como as pessoas viviam, fundamentadas no princípio da facilidade ou dificuldade de acesso ao interior dos aposentos, as portas, janelas, paredes e os corredores tem a função de “permitir” ou “negar” a entrada aos diferentes espaços/locais em diferentes épocas. Symanski (1988) e Funari (2005), colocam que é neste espaço que são incorporadas as idéias de público e privado, ou seja, dos espaços delimitados às atividades específicas, como cozinha (preparo de alimentos), dormitório (dormir), sala de jantar (reunião familiar/refeições), pátio (jogos), senzala (moradia dos serviçais-escravos). Tal espacialidade proporciona a assimilação do “jogo de controle”, a noção exata dos lugares permitidos, de acesso, até mesmo na comunicação verbal, MEU-TEU. No século XIX, período focado na pesquisa, ao mesmo tempo que em Pelotas prosperava a produção do charque, iniciava-se o processo de urbanização. Neste contexto ocorre a mudança dos charqueadores e suas famílias (mais abastadas), das áreas rurais para as áreas urbanizadas. Tais negócios deram impulso aos negócios de importação e exportação, agora, os “senhores de elite pelotense”, importavam artigos, mercadorias europeias, pois a nova sociedade que se formava, buscava o luxo e o refino dos países do Velho Mundo, principalmente da França e Inglaterra. Nesse sentido, Habana Vieja em Cuba, também prosperava, pois suas vivendas, boa parte edificada no século XVII, funcionavam como *tiendas* comerciais, onde era realizada a comercialização de açúcar, originário das grandes fazendas/engenhos de cana-de-açúcar. De acordo com Blanton (1994), a SOCIEDADE EDIFICADA foi utilizada como ferramenta de controle do poder e do poder ideológico. Justifica seu argumento ao colocar que a domesticação dos espaços e sua relação com a história da humanidade, mostra que os grupos se organizam e transformam seus entornos, de acordo com suas cosmovisões particulares. Zarankin e Salerno (2007), afirmam que dentro desta visão, é exigida a exploração das particularidades de cada contexto social dentro do processo da exploração capitalista. Dentro deste enredo, o trabalho desenvolveu-se sobre o referencial teórico pós-processual, que de acordo com Funari (2007), insere o indivíduo dentro dos contextos históricos, passando a ser este um personagem ativo dentro dos diferentes sistemas sociais. Orser Jr. (2005), afirma que tais preceitos baseiam-se na



tentativa de entender os significados através das experiências das pessoas, os indivíduos criam seus mundos dentro dos limites culturais existentes na sua época. Assim, os elementos essenciais da arqueologia pós-processual, incorporam conceitos de ação (indivíduo e sociedade), sentido (estrutura), contexto histórico (tempo/espaço), símbolos (linguagem e regras). Também, aponta razões que permitem que questões sociais sejam plausíveis de serem abordadas, a partir das estruturas arquitetônicas, ao colocar que as paredes de uma edificação pode ser “lida” da mesma forma que os níveis arqueológicos dos solos (estratigrafia vertical). Tal estudo possibilita a visualização de possíveis mudanças ocorridas na edificação, como desenhos nas paredes, antes ocultas, “camuflagens” através de papel de parede ou de camada de pinturas, janelas ou portas que foram fechadas ou agregadas após sua construção original, bem como outros tipos de acessórios de acordo com a devida necessidade. Na visão de Deagan (2008), a Arqueologia Histórica tem demonstrado as formas em que as variáveis sócio-culturais aparecem nos registros arqueológicos, dentre eles, o reflexo das diferenças de status e a variabilidade comportamental de grupos específicos. Ainda, de acordo com Binford (1979), nos sítios arqueológicos urbanos que geralmente estão localizados em áreas transacionais de nível doméstico existe a ligação comportamental que fornece subsídios para o aumento do volume de vozes antes não consideradas dignas de serem ouvidas. Parafrasesado Thiesen (2005), neste momento, as cidades passam a ser os sítios arqueológicos, no caso desta pesquisa, Pelotas e Habana Vieja passam a assumir este papel, passando a ser este, o momento do esclarecimento sobre as representações coletivas. Conforme Zarankin e Senatore (2002), a sociedade moderna define-se como uma nova ordem, com a inclusão de novas práticas, como o cenário da transformação social. A compreensão destas novas práticas só se torna possível atendendo às particularidades em que estas se manifestam, levando em conta a pluralidade de grupos dentro do cenário social, juntamente com a construção de modelos explicativos, levando em conta os contextos de significação da cultura material, no caso, a edificação e os processos particulares de construção de identidades sociais e relações de poder. Foucault (1977), traduz este poder como o “Poder Disciplinar”, que funciona através do controle, da regulação e vigilância, usando como exemplo o PANÓTIPO². Este mecanismo tem como função, induzir o indivíduo a um estado consciente e permanente da visibilidade e sentimento automático do poder.

² Construção em anel que tem no centro uma torre com largas janelas que se abrem sobre a face interna da edificação, composta por celas também com janelas que quando abertas, direcionam-se diretamente para as celas da torre.



Dentro da visão que aborda sobre as mudanças ocorridas na sociedade oitocentista, a construção de novas identidades, tanto no que se refere as hierarquias e relações de poder dentro da SOCIEDADE EDIFICADA, aparecem como exemplos as duas casas que integram a pesquisa, a residência Francisco Antunes Maciel em Pelotas e a casa Prat Puig em Habana Vieja. Ambas possuem detalhes arquitetônicos e decorativos tanto nos espaços internos como externos. Na residência Francisco Antunes Maciel, na parte externa, encontram-se estátuas (Ásia e Europa), ornamentos com estuques de fachada, o brasão com as letras iniciais do nome do proprietário da casa, compondo elementos que definem a obra arquitetônica como um espelho, onde se refletem a riqueza, os ideais e o gosto de seus proprietários. No interior, as paredes são decoradas por estuques e escaiolas, formando belos desenhos, na passagem de um cômodo para outro, no alto das entradas, repete-se o mesmo brasão, os tetos são decorados com motivos característicos daquele espaço, ou seja, na sala de jantar, TALHERES, na sala de música, UMA MOÇA COM A ARPA NA MÃO, na biblioteca, UM LIVRO ABERTO e assim por diante e um elemento agregado no período pós ocupação inicial, o banheiro, localizado no primeiro piso. Em Habana Vieja, a casa Prat Puig, também possui estruturas decorativas, as paredes são adornadas com pinturas murais com diferentes motivos, elementos construtivos, como o “balcão esquinero” ou “guarda-saias”, agregados no período pós-restauro e nas varandas, as originais “arcadas florentinas”. Em ambas edificações foram localizadas, mas diferentemente das propriedades rurais, estas situavam-se dentro do espaço doméstico, na residência Maciel, no porão e na casa Prat Puig, no segundo piso.

Considerações finais

Dentro destes contextos, a avalanche de novas ideologias, novos conhecimentos, mudanças radicais, tanto na economia como na vida social na sociedade do século XIX nas localidades estudadas, mudaram significativamente seu comportamento, com o estabelecimento de novos mecanismos e valores que afetaram as faces internas e externas das comunidades cotidianas. Hoje, tais localidades, que tiveram seu grau de importância no século XIX, são considerados SÍTIOS URBANOS cada um com sua devida importância. Em Pelotas a residência Francisco Antunes Maciel ou casa 8 (assim denominada pelo projeto MONUMENTA), abrigará após seu restauro, o Museu do Doce e em Habana Vieja, a casa Prat Puig, já restaurada, é um Memorial aberto ao público.



Referências

BINFORD, L. Organization and Formation Processes: Looking and Curated Technologies. **Jornal of Antropological Research**, V.35, n3. University of New México, 1979.

BLANTON, R. **Houses and Houses Houlds: A Comparative Study**. New York: Plenum Press, 1994.

DEAGAN, K. Lineas de Investigación Histórica. In: **Vestígios** – Laboratório de Arqueologia, Belo Horizonte – FAFICH – UFMG, 2008.

FUNARI, Pedro. **Arqueologia**. Contexto – São Paulo – 2003.

_____; Carvalho, Aline. **Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro – Zahar, 2005.

_____. **Arqueologia e Patrimônio**. Habitus Editora – Erechim, 2007.

ORSER JR,C. **Introducción a la Aqueologia Histórica**. INALP –Buenos Aires, 2000.

_____. O Desafio da Raça para a Arqueologia Histórica Americana. In: **Identidades, Discurso e Poder: estudos da arqueologia contemporânea**. São Paulo, Annablume, FAPESP -2005.

SYMANSKI, L.C. **Espaço Privado e vida material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre- PUCRS, 1988.

THIESEN, B. **Fábrica, Identidades e Paisagem: arqueologia da BOOP IRMãos**. Tese de Doutorado – Porto Alegre, PUCRS – 2005

ZARANKIN,A. **Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista, o caso de Buenos Aires**. Campinas – IFCH – UNICAMP, 2002

_____; SENATORE, M.X. **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura material, discurso e práticas**. Buenos Aires, 2002

_____; SALERNO, M. EL SUR por el SUR: uma revisiónsobre la história em América Meridional. In: **Vestígios** – Laboratório de Arqueologia. Belo Horizonte – FAFICH – UFMG, 2007



SUSTENTABILIDAD Y MUSEOS EN CUBA: EL CASO DE LAS EXCAVACIONES EN MONUMENTOS PATRIMONIALES

Lourdes Domínguez¹

Desde tiempos tan antiguos como el siglo V de antes de Nuestra Era, en Roma el hombre trató de preservar su propia obra (MOLINA, 1975:7), las edificaciones hechas tiempos atrás en primer momento y después todo aquello que entendió debía conservarse, dando origen así a la fundación de incipientes museos y a la manutención de disímiles inmuebles, los que a su juicio eran de tal importancia que debían salvaguardarse para su ejemplo y contemplación y para que las generaciones posteriores los pudieran apreciar. De esta manera se volvieron a la vida tanto objetos como lugares.

Dentro de todo este proceso se aprendió que destapando la tierra se podían hallar objetos o construcciones a los cuales se les llamó reliquias y durante siglos se efectuaron estas operaciones sin criterio científico alguno, hasta que en el siglo XVI se comenzaron a realizar de forma algo más ordenada, bajo los auspicios de mecenas que nutrían así sus colecciones privadas.

En el decursar histórico de la humanidad, el hecho de preservar traía implícito el rescatar, en muchos casos - como hemos dicho - mediante excavaciones y después se trataba por todos los medios de restaurar lo que se había exhumado, naciendo al mundo unidas la arqueología y la restauración.

Ahora bien, arqueológicamente hablando, no es hasta mediados del siglo XVIII en que se comienza a sistematizar este trabajo, cuando Joachin Winckelmann publicó su obra, en la cual enseña el valor de esos objetos por su antigüedad, conociéndosele como padre de la Arqueología, (MOLINA, 1975:12) a esta labor se le llamó en primera instancia anticuarismo y es la que da paso, sin lugar a dudas, a la Arqueología (DANIEL, 1952:17).

De esta manera podemos ver que en este proceso de descubrir-restaurar-conservar, que la Arqueología juega un papel importante mediante el cual se irá demarcando como una Ciencia, por esta razón tendrá una función y un método muy concreto. En este momento es

¹ Oficina del Historiador de la Habana, Cuba. Academia de la Historia de Cuba.



cuando se nos muestra el quehacer totalmente imbricado del arqueólogo y el restaurador, cada uno en su función específica, pero ambos tendrán un objetivo común: la puesta en valor de un determinado baluarte cultural.

Aunque en muchos momentos no existe una comunidad de criterios entre arqueólogos y restauradores (MOLINA, 1976:82), el empuje de una necesidad de trabajo interdisciplinario obliga a ponerse de acuerdo y abordar ambos la actividad de rehabilitación. Es imposible la puesta en valor de un inmueble o un área monumental, sin una planificación adecuada que lleve la labor de estos dos profesionales (o grupo de ellos), los que incuestionablemente son determinantes en todo este proceso.

Después de este preámbulo necesario debemos abordar concretamente cual es la labor que se espera del arqueólogo en la restauración de un inmueble y como sus criterios metodológicos deberán estar íntimamente relacionados con la actividad del arquitecto restaurador, ya que un divorcio en esta tarea, ocasionaría grandes estragos.

El arqueólogo es un científico social cuyo objetivo en la investigación es la reconstrucción histórica de todo aquello que estudia y para esto y siendo su profesión una ciencia, maneja técnicas particulares en la obtención de sus líneas de ocupación, éstas serán expuestas en este trabajo y además se analizará concretamente su metodología, su relación con otras ciencias afines y muy en especial con la restauración arquitectónica.

Tanto el restaurador como el arqueólogo tienen una metodología específica para el trabajo, la cual se entrelaza y complementa en la gran mayoría de los casos, ya que es imposible que ambos actúen por su cuenta. Hay momentos en que el arqueólogo debe supeditarse a las ordenes del arquitecto y en otros casos viceversa, por ejemplo, si hay que hacer cortes, debajo y dentro de la estructura del inmueble, el arquitecto es el más indicado para dar y debe dar criterios de los lugares aptos para esto y en el caso de análisis de paños de pared, es el arqueólogo, mediante sus técnicas el que le dice al arquitecto las variantes que pudieran haber en ella.

Se reitera que debe haber una estrecha comunidad de ideas y de acción de ambos profesionales y sus correspondientes grupos de trabajo ya que ambos coinciden en un fin común, de aquí la necesidad de esta simbiosis y sobre todo del estrecho y común acuerdo sobre el plan de trabajo a realizar.

En los últimos tiempos, la necesidad de realizar estas operaciones de rescate de acuerdo a principios muy precisos y científicos, exige una metodología depurada lo que nos



lleva a concretar los pasos a seguir, tanto por el arqueólogo como por el arquitecto, para que el engranaje de la actividad sea desde un inicio y hasta el final un solo cuerpo y no, como en algunos casos, que se llama al arqueólogo cuando ya no hay nada que hacer o por que la demolición o la restauración, están tan adelantados, que no es posible ejecutar ningún proceso arqueológico correcto (VIÑUELAS, GUTIÉRREZ, 1979:7).

La primera labor que se debe abordar es el estudio documental y bibliográfico del lugar, ya que con el mismo se logrará un inicial contacto con el objeto de estudio, así como también es indispensable lograr una posible cronología del sitio, tan necesaria en todo momento, por que esclarece numerosos y variados criterios que se manejan en la ejecutoria y sin los cuales no se puede emprender la investigación. Puede suceder que el arqueólogo o el arquitecto restaurador aborden aspectos de la investigación bibliográfica, ellos mismos o exista un historiador cuya función sea estrictamente la búsqueda de la parte histórica, cual sea que fuere el caso, no se recomienda que se dé ningún paso, hasta que se haya consultado la base documental y bibliográfica (VIÑUELAS, GUTIÉRREZ, 1979).

En la fase de búsqueda documental, un punto de esencial valor es la detección de planos, tanto antiguos como modernos, de croquis y levantamientos topográficos si los hay, plantas y otros elementos de este tipo que le permiten a los directores del proyecto concretar la distribución del espacio y saber cuales son las áreas más factibles de operar.

En ocasiones toda esta investigación histórica es nula, y tanto al arqueólogo como el restaurador se enfrentan a la ejecución de la obra mediante un plan emergente el que suple esa labor y trata de ayudar en este caso, logrando por inferencia arquitectónica, levantamientos de planos actuales, calas de pruebas en el subsuelo, o en las paredes u otras técnicas que aporten elementos o noticias que puedan suplir la falta de investigación histórica.

Para que el arqueólogo pueda efectuar sus actividades, es necesario la tenencia de un plano del lugar, o una planta, ya sea antigua o actual, preferiblemente ambos, debido a que sobre los mismos, conjuntamente con el restaurador, se podrá planificar adecuadamente la segunda fase de trabajo: la exploración.

Como ya hemos dicho, lo que continúa es una exploración exhaustiva, en la cual se puedan ubicar todos los criterios que la información histórica nos ha brindado y la de los planos; con ellas se pueden realizar calas de prueba que ayuden a encontrar muros cancelados, paredes revestidas, puertas eliminadas, etc. que estén ocultos por procesos



posteriores a la construcción inicial. Así como la existencia en la planta de letrinas, pozos, cisternas u otros testigos.

Concluida esta fase en su totalidad y manejando un criterio concreto del inmueble o área monumento, se pasará, con la anuencia del arquitecto restaurador a planificar los cortes de los escaques arqueológicos y a estudiar la metodología de los mismos, dependiendo siempre de los objetivos que se persiguen en la puesta en valor, o sea si estas excavaciones se hacen para descubrir elementos perdidos de la construcción, destape total de un área, sistemas de aguas, algibes, letrinas o simplemente buscar evidencias.

Lo sistemático y estrictamente científico en las excavaciones realizadas está en dependencia del arqueólogo y del personal que con el labore, los que deben mantener controlado todo este proceso en toda el área tratada y en todo momento, para ello debe maniobrase con implementos idóneos y realizar una minuciosa anotación en la libreta de campo de todo lo que acontece durante el corte, cuanta incidencia ocurra, por pequeña que sea, cualquier apreciación del equipo, todo puede ser de tremenda importancia en el análisis final.

La operación de marcado de los escaques o trincheras de corte arqueológico en el terreno deben ejecutarse con objetivos muy delimitados y como resultado de una valoración general del grupo de trabajo conjuntamente. El tamaño, la profundidad, el alcance espacial, estarán en dependencia de esa planificación anterior, pudiendo determinarse trincheras, pozos de prueba, calas, calicatas, etc. La estratigrafía a utilizar también es el resumen de un análisis colectivo y teniendo en cuenta los aspectos principales que se dan en el lugar, pudiendo ser artificial o natural, a partir de diferentes sistemas como por ejemplo el que ofrece la “matrix de Harris”, u otros etc. El sistema de perfiles podrá ayudar, en este caso, a dilucidar cual es la estratigrafía más adecuada.

En los casos en que se presenta alterado el subsuelo, nosotros en especial, usamos una técnica mixta que comienza con un bloque de 1 m. por 1 m. cortado artificialmente en estratos de 0,25 m., con el punto en su centro para las coordenadas cartesianas y a partir de los perfiles que se den en este bloque se cortarán o seguirá la sistemática de las capas naturales. Esto da una “cruz latina” que puede convertirse en un gran bloque, si así lo requiere el sitio y hay posibilidades de hacerlo.

Los grosores de las capas deben ser muy bien delimitados tanto en lo artificial como en lo natural ya que a partir de ellos y los elementos de la vida material que aparezcan en los mismos, se podrán realizar cálculos matemáticos de mucha utilidad en los análisis



finales, sobre todo en lo que corresponde a la frecuencia de tipos. El volumen de tierra movido y los porcentos de evidencias a partir de un conteo exhaustivo, es parte ineludible que aportará mucha información en el posterior trabajo de laboratorio.

Durante las tres primeras fases del trabajo técnico del arqueólogo, se manejan a veces mecanismos sofisticados como son la fotogrametría aplicada a los inmuebles coloniales, la fotografía aérea, la fotografía aérea de infrarrojo, la detección a base de magnetómetro protónico, etc. que ayudan grandemente a la prospección y detección de las áreas que serán objeto de estudio, pero que agravan enormemente los costos (VELOZ MAGGIOLO, ORTEGA, 1976:53).

El estudio de los materiales extraídos, es el siguiente paso del arqueólogo y su grupo, lo que se conoce como trabajo de laboratorio. En muchas ocasiones se realiza un examen previo en el propio terreno, que puede consistir en el lavado del material cuando así lo necesite o limpieza de polvo solamente, la catalogación previa por material de confección o cualquier otro indicativo que le permita al arqueólogo aligerar en algo el mecanismo de acción en el laboratorio y sobre todo, el traslado de materiales innecesarios, a veces a lugares muy distantes. También se puede desarrollar una observación preliminar de los materiales, si hay condiciones para hacerlo.

El trabajo de laboratorio es incuestionable que debe comenzar con la limpieza del material, ya sea con agua o sin ella, después la catalogación con una numeración preestablecida, muy necesaria para que los materiales no se confundan y pierdan su lugar estratigráfico y si hay que restaurar algún objeto, saber de que niveles se extrajeron los pedazos ya que con eso se determina la dispersión del residuario.

Lo necesario en el análisis preliminar, y que puede hacerse en el propio corte, es lograr tener una idea de lo que tenemos en la mano y una posible cronología, si es posible, ya que con esos rudimentos, encaminar los objetivos del proceso de laboratorio.

En el laboratorio se deben estudiar más detenidamente los materiales y hacer un análisis más exhaustivo que dará con una determinación tipológica a la que ayuda, si es que se restauran, buscar formas, marcas lo que permite pasar por catálogos especializados y comparaciones con muestras de museos.

El resultado que nos brinda esta tarea - sobre todo con la cerámica - es altamente alentador ya que estos procesos están muy avanzados, al extremo de existir especialistas a tiempo completo dedicados a estos estudios solamente, lográndose posibilidades



cronodiagnósticas relativas, de mucha validez (DOMÍNGUEZ, 1981:87). Los principales estudios se hacen con cerámica y otros similares con el cristal, metales ferrosos y no ferrosos, madera, hueso, etc.

Cuando esta fase de laboratorio haya terminado, debe haber concluido también la búsqueda de información arquitectónica y urbanística, lo cual tampoco debe de suprimirse obviamente, ya que muchos de estos rasgos de construcción y emplazamiento permiten aglutinar aún más la información que se ha logrado en otros trabajos y con todo ello se puede acometer el análisis final.

Lo que consideramos la conclusión, antes de la puesta en valor, es la reconstrucción histórica del evento, lo cual se efectúa con todos los elementos enumerados y que han permitido echar las bases para el proceso de restauración.

Esta reconstrucción histórica es casi olvidada en muchos de estos trabajos, quedando trunco el proceso, ya que solamente se realiza la crónica y la descripción de lo que se ha trabajado y cuando más, se alcanza una descripción de los materiales hallados. En esta reconstrucción histórica donde todos los especialistas por igual, cada uno en su temática, deben aportar toda la información lograda con sus investigaciones y no quedarse en la fase descriptiva o positivista, que anula cuanto de eficaz se logró realizar antes.

Otro de los puntos de relevancia es que hay que poner en activo estos lugares o inmuebles, darle vida a los mismos teniendo en cuenta a los hombres que fueron capaces de hacerlo, esto es el verdadero objetivo que se persigue.

Buscar al hombre, encontrarlo en su obra, es el aspecto más válido en este proceso, el de hacer valer su propia obra, ya sea un inmueble o un área colonial, que éste no sea solamente apreciado por su belleza exterior o por los ejemplares que en su subsuelo antropogénico se han hallado, esta será su verdadera puesta en valor (MOLINA, 1976:87).

Agradecimientos

Soy muy agradecida a la colega Luciana Menezes de Carvalho por la gentil invitación a volver a Alfenas para participar de la Semana de Museos. También soy agradecida a los colegas Cláudio Umpierre Carlan y Pedro Paulo Funari. Menciono también el apoyo continuado de FAPESP, que me ha permitido estar aquí en Brasil y desarrollar investigaciones, incluso este artículo.



Referencias

DOMÍNGUEZ, L. **Arqueología del sitio colonial Casa de la Obrapía o de Calvo de La Puerta Habana Vieja**. Santiago, Santiago de Cuba. (41):63-82, marzo, 1981.

MOLINA, A. **La restauración arquitectónica de edificios arqueológicos**. Colección Científica INAH no. 21, México, 1975.

VELOZ MAGGIOLO, M. Y E. ORTEGA. La fotografía aérea como experiencia en la prospección de lugares arqueológicos precolombinos y coloniales en la República Dominicana. **Casas Reales**, año 1 (1):51-55, diciembre, Santo Domingo, 1976.

VIÑUELAS, G. Y R. GUTIÉRREZ. La documentación histórica en la restauración de monumentos. **Cuadernos de arquitectura y conservación del Patrimonio Artístico**. IMBA, México (2): 6-19, marzo, 1979.



NOVAS SOCIEDADES, NOVAS TECNOLOGIAS: APLICATIVOS PARA MUSEUS

Monique B. Magaldi¹

Resumo:

O artigo traz reflexões sobre o uso de aplicativos virtuais enquanto recursos interessantes para a divulgação de instituições culturais, dentre elas, os museus. Foram feitos levantamentos de *App* disponíveis na Internet, voltados *para o sistema Android*, desenvolvidos por instituições culturais. Entende-se que os aplicativos poderão ser acessados por usuários de informações que utilizam diferentes recursos eletrônicos no âmbito da cultura.

Palavras-chave: Museu, Museologia, Tecnologias, Sociedades, Aplicativos virtuais, Android.

Abstract:

The article reflects on the use of virtual applications as interesting resources for the dissemination of cultural institutions, among them the museums. Surveys were made related to the availability of these Apps on the Internet, focused on the Android system, developed by cultural institutions. It is understood that applications can be used by users of information that access different electronic resources in the fields of culture.

Key-words: Museum, Museology, Technologies, Societies, Virtual applications, Android.

¹ Professora no curso de graduação em Museologia da Universidade de Brasília (UnB). Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB), graduada e mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPG-PMUS/UniRio). É Tecnóloga em Design de Interiores (IBDI) e webdesigner (INE/RJ). E-mail: moniquemagaldi@unb.br | Site: www.moniquemagaldi.com.



Introdução

Antes de tratar sobre os aplicativos tecnológicos, é importante entender como os termos técnica e tecnologia surgiram. No período clássico, os gregos entendiam as atividades humanas como técnicas, uma vez que estas “se tornam objeto de um saber e se desenvolvem por meio da relação com o mesmo”². Para os gregos deste período, havia também uma estrutura hierárquica de técnicas, “sendo a mais graduada, aquela que permite a vida contemplativa”³. Para eles, a técnica seria tudo aquilo que a natureza não chegou a realizar. A técnica é seu sentido ligado à ideia de produção, fabricação⁴.

Já o termo *tecnologia* surgiu no século XVII em uma publicação chamada *Glossografia*, de Blount, relacionado à descrição de ofícios, artes e manufatura. Segundo Rüdiger, a Revolução Industrial é entendida como o início de um processo de tecnificação e de cientificação de atividades sociais. Para ele, tal perspectiva se estruturava em 3 estágios:

[O] primeiro coincidiu com a utilização da máquina como um instrumento para exploração de recursos da natureza; [o] segundo, cerca de 150 anos após, é marcado pela descoberta da eletricidade e o surgimento de sistemas fabris; o terceiro, após poucos anos, é caracterizado pela crescente automação dos sistemas fabris e pelo surgimento de tecnologias capazes de propagá-lo, controlando cada vez mais o trabalhador.⁵

Hoje, vivemos em um mundo onde a sociedade torna-se cada vez mais mecanizada, intensificando o progresso tecnológico em todo o planeta. As novas tecnologias da comunicação “reduzem a distância entre diferentes regiões do globo, aumentando o desenvolvimento de novos conhecimentos, técnicas e tecnologias”⁶.

[...] tecnologia é um processo contínuo através do qual a humanidade molda, modifica e gera a sua qualidade de vida. Há uma constante necessidade do ser humano de criar, a sua capacidade de interagir com a natureza, produzindo instrumentos desde os mais primitivos até os mais modernos, utilizando-se de um conhecimento científico para aplicar a

² FERNANDES, Ângela Silva; BERVIN, Evandro; ANTONACIO, Gabriel M.; MARINHO, Iracema; SANTANA, Maria Gorette H.; JÚNIRO, Pedro Carlos R. **Tecnologia e Comunicação**. Informação e tecnologia: Conceitos e recortes. p.23.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

⁵ FERNANDES, Ângela Silva; BERVIN, Evandro; ANTONACIO, Gabriel M.; MARINHO, Iracema; SANTANA, Maria Gorette H.; JÚNIRO, Pedro Carlos R. **Tecnologia e Comunicação**, op.cit.

⁶ Ibidem.p.24 - 25, passim.



técnica e modificar, melhorar, aprimorar os produtos oriundos do processo de interação deste com a natureza e com os demais seres humanos.⁷

O “uso da tecnologia transforma o modo de estar no mundo, produzindo novos sujeitos, com novas e diferentes capacidades e habilidades”. Podemos estar de duas formas no mundo: a presencial e em um mundo artificial, “totalmente criado pelo engenho humano e independente da natureza”⁸. Esse mundo simulado pelo computador e acessível através da Grande Rede, a Internet, é uma segunda forma de se apresentar a realidade.

Juntamente com estas transformações, o Museu se diversifica, se transforma, passa a ocupar novos espaços, se constitui totalmente em meio virtual. Agora, o visitante é o usuário da rede eletrônica. O visitante ou usuário da informação acessa em tempo real as salas virtuais das exposições, limitando-se às imagens que aparecem na tela do computador ou de aparelhos móveis como celulares e *tablets*.

A busca por uma comunicação cada vez mais ágil fomenta a geração de novidades tecnológicas. Segundo Lévy, o aumento na velocidade de comunicação revolucionou a relação espaço-tempo. Deste modo, “falamos ao mesmo tempo aqui e lá graças às técnicas de comunicação e de tele presença”⁹. Ver televisão, por exemplo, é um ato coletivo: várias pessoas, em locais diferentes, estão vendo a mesma informação, “compartilham o mesmo olho coletivo”¹⁰. Com as máquinas fotográficas, as câmeras e os gravadores, “podemos perceber as sensações de outra pessoa, em outro momento e outro lugar”¹¹. O telefone também é apresentado pelo autor como dispositivo de telepresença: a voz é transportada em tempo real.

Equipamentos desenvolvidos para facilitar a comunicação entre seres humanos também servem para a inclusão social. Podemos citar como exemplo os aplicativos eletrônicos que auxiliam portadores de deficiências.

Uso	Denominação	Fonte/site:
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	<i>Hand Talk</i>	http://www.handtalk.me/ Solução para traduções automáticas em Línguas de Sinais.

⁷ BUENO, Natalia de Lima. **O desafio da formação do educador para o ensino fundamental no contexto da educação tecnológica**. Dissertação de Mestrado, PPGTE – CEFET-PR, Curitiba, 1999.p.87.

⁸ SCHÉINER, Tereza Cristina. **Mousàon and Techné**. Op. Cit., p. 91.

⁹ LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Ed.34. 1995. p.27.

¹⁰ Ibidem, p. 28

¹¹ Ibidem, p. 28.



DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	<i>Hércules e Jiló</i>	www.fe.unb.br/educaesp/Download/hjilo.zip Recurso recomendado a crianças com necessidades educativas especiais, mais precisamente para aquelas apresentando déficit cognitivo moderado.
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	<i>Que fala!</i>	http://www.quefala.com.br/ Pacientes com dificuldades na fala poderão utilizar seu tablet ou smartphone como instrumento de comunicação alternativa em qualquer lugar: lojas, restaurantes, consultórios e outros.
DEFICIÊNCIA VISUAL	<i>Call Announcer</i>	http://call-announcer.soft112.com/ Identificador de chamadas sonoro para o seu telefone Android.
DEFICIÊNCIA FÍSICA	<i>Busalert</i>	http://www.busalert.com.br/ Aplicativo para dispositivos móveis (tablet ou celular) desenvolvido para auxiliar o passageiro, principalmente, aquele portador de necessidades especiais, a monitorar as distâncias e/ou o tempo de chegada entre o ônibus mais próximo e o ponto de ônibus onde ele se encontra.

O termo tecnologia também é utilizado como sinônimo de:

“[...]‘tecnologias da informação’, que são aquelas que permitem a criação, administração e difusão da informação através de dispositivos e equipamentos de acesso, operação e armazenamento de dados. A tecnologia da informação inclui, por exemplo, tudo o que está relacionado com os computadores. E nesse sentido as ‘novas tecnologias’ poderiam ser definidas como as novidades relacionadas ao campo da tecnologia da informação: novos games, novos aparelhos celulares, novo tipo de televisão, etc.”¹²

Ainda segundo CHELINI, nos museus;

“Do ponto de vista museográfico, as ‘novas tecnologias’¹³ estão muitas vezes associadas a possibilidades de criação de interação visitante-exposição. E a interação é tida em especial nos museus de ciência, como elemento fundamental para efetividade da comunicação da exposição.”¹⁴

No que diz respeito ao visitante de exposições museais:

“[...] atualmente, ao circular por uma exposição de um museu, o visitante não busca mais uma experiência puramente contemplativa. Ele realmente espera, como mencionado por Hughes [...], encontrar um botão a apertar, um controle a ser utilizado, alguma forma de participação ou interação com

¹² CHELINI, Maria Júlia. NOVAS TECNOLOGIAS PARA... NOVAS (?) EXPOGRAFIAS. **Revista Museologia e interdisciplinaridade.** UnB. Vol. 1, N.2, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/7904/6032>. Acessado em: 12 mar. 2015.P. 60.

¹³ “Neste texto utilizaremos as palavras “tecnologia” e “tecnológico” para nos referir às “novas tecnologias”.

¹⁴ CHELINI, Maria Júlia. NOVAS TECNOLOGIAS PARA... NOVAS (?) EXPOGRAFIAS. **Revista Museologia e interdisciplinaridade.** UnB. Vol. 1, N.2, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/7904/6032>. Acessado em: 12 mar. 2015.P.60.



a exposição. E a interação que foi, por muitos e muitos anos, quase que uma exclusividade dos museus de ciências é, atualmente, considerada como importante ferramenta de comunicação para qualquer tipologia de exposição.“

Uma vez que algum visitante de instituições culturais tenha passado por uma agradável experiência interativa do tipo eletrônica, a expectativa estará presente em todas as demais visitas que ele venha realizar. Esta demanda já se encontra na agenda das instituições culturais, especialmente nos museus, que investem, cada vez mais, em projetos expográficos interativos. Contudo, é importante avaliar o acolhimento de tais perspectivas junto aos visitantes de cada instituição cultural. Alguns visitantes poderão apresentar dificuldades no uso de determinados equipamentos tecnológicos. As novas tecnologias devem ser acessíveis, enquanto facilitadores no processo de difusão de informações culturais, permitindo que haja uma eficiente comunicação entre a instituição e o visitante ou usuário da informação.

Em meio a tantas transformações e novidades, as novas tecnologias promovem novos conhecimentos, novas ferramentas e novos equipamentos. Contudo, produtos desenvolvidos hoje poderão ficar obsoletos amanhã. Ao pensar em novas tecnologias, também devemos pensar no lixo produzido por elas. Diante de todas as novidades, pensar em estender a vida útil de produtos ou buscar a sustentabilidade destes equipamentos, parece ser algo contraditório. Mas é isso que se busca em uma **sociedade sustentável** que se preocupa com o meio ambiente: combinar sustentabilidade com desenvolvimento.

Assim, este artigo apresenta reflexões iniciais sobre as possibilidades de utilização de aplicativos virtuais em instituições culturais, visando atender demandas institucionais e sociais, em defesa de projetos que unam novas tecnologias e consciência sustentável.

Sustentabilidade

Para Nascimento¹⁵, a noção de sustentabilidade teria duas origens: na Biologia, relacionando-se ao meio ambiente; e na economia, “como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo [...] não tem possibilidade de perdurar.” Citemos como

¹⁵ NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajatória da sustentabilidade**. p 51.



exemplo algumas das reuniões e conferências internacionais promovidas no âmbito da Organização das Nações Unidas¹⁶.

Conferência de Estocolmo (realizada na Suécia, em 1972)	http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?documentid=97&articleid=1503
ECO 92 (Rio de Janeiro, 1992),	http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?documentid=78&articleid=1163 e http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html
Protocolo de Kyoto (Japão, 1997)	http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php
Haia (Holanda, 2000)	http://unfccc.int/cop6/
Bonn (Alemanha, 2001)	http://www.un.org/esa/sustdev/sdissues/water/Bonn_ConferenceReport.pdf
Copenhague (Dinamarca, 2009)	http://unfccc.int/meetings/copenhagen_dec_2009/meeting/6295.php
Cancun (México, 2010)	http://unfccc.int/meetings/cancun_nov_2010/meeting/6266.php
Rio + 20 (Rio de Janeiro, 2012)	https://sustainabledevelopment.un.org/rio20
Outros documentos	http://www.unep.org/climatechange/NewHome/tabid/794594/Default.aspx
Informações obtidas através do e-mail faleconosco@onu.org.br. Em: 20 mar. 2015.	

Para além da perspectiva biológica e econômica, a ampliação da ideia de sustentabilidade caminhará na direção da perspectiva social.

No âmbito museal, dentre alguns documentos que registraram a necessidade de uma consciência quanto à responsabilidade social dos museus, citemos a Declaração de Santiago do Chile, de 1972, que tratou sobre “O Papel do Museu na América Latina”, e que definiu o museu como sendo;

“[...] uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; [...]”¹⁷

Enquanto um dos resultados mais importantes, está:

“[...] a definição e a proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Ela sugere que a UNESCO utilize os meios de difusão que se encontram à sua disposição, para incentivar esta nova tendência. [...]”

Para Soares, a partir da década de 1980 “[...] tem início um processo de harmonização entre os conceitos de desenvolvimento e as questões econômicas, que

¹⁶ Acesse os documentos na página eletrônica do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). Disponível em: <http://www.unep.org/spanish/>. Acessado em: 20 mar. 2015.

¹⁷ ICOM. Mesa redonda de Santiago do Chile. 1972. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/mesa_chile.htm Acessado em: 12 mar. 2015.



culmina, na década de 1990, com a noção de “desenvolvimento sustentável conciliando meio ambiente e prosperidade”. Tal entendimento teria sido irradiado “ a partir de então, para quase todas as áreas do conhecimento, chegando, é claro, ao museu”.¹⁸

Hoje, entendendo que o museu é;

“[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e lazer, testemunhos materiais e imateriais dos povos e seu ambiente”¹⁹.

É importante ressaltar a responsabilidade social dos museus. No que diz respeito ao uso das novas tecnologias em instituições culturais, durante o processo de concepção dos projetos institucionais, é importante definir o objetivo de tal proposta, que deve compreender não somente a função das instituições culturais, mas também dialogar com a missão e planejamento anual de cada uma. Todos os projetos devem ser pensados em longo prazo.

Sistemas operacionais e aplicativos

Hoje, as novas tecnologias conseguiram unir algumas funções existentes nos computadores a dispositivos móveis como os celulares. Foram desenvolvidos aparelhos com capacidade de processamento de dados muito mais ágil, além de unir diferentes funções em um mesmo aparelho móvel: os smartphones.

Para que estes novos equipamentos possam dialogar com a Internet, foi necessário criar plataformas como: *Symbian*²⁰ (sistema operacional popularizado pela Nokia, suspenso desde janeiro de 2013), *Windows Phone* (voltado para a atualização de aplicativos conectados a redes sociais, além de integrar o aparelho aos computadores com o sistema operacional da empresa), *BlackBerry* (sistema operacional dos celulares *BlackBerry* lançado em 1999), *IOS* (criado para hardware da Apple) e o *Android* (sistema operacional desenvolvido pela Google, criado em 2008).

¹⁸ SOARES, Bruno C. Brulon. Quando o museu abre portas e janelas: o reencontro do humano com o museu contemporâneo. Disponível em: http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/dissertacao_bruno_brulon.pdf . Acessado em: 4 mar. 2015.

¹⁹ CÓDIGO DE DEONTOLOGIA DEL ICOM PARA LOS MUSEOS. ICOM: Comitê Internacional de Ética para Museus. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/codigoetico/COM2006.pdf>>. Acessado em: 12 mar. 2009.

²⁰ SYMBIAN. Disponível em: <http://www.lisha.ufsc.br/teaching/os/ine5412-2008-2/work/symbianos.pdf> . Acessado em: 02 mar.2015.



Como cada plataforma requer aplicativos compatíveis, o diálogo entre aparelhos móveis, como *tablets* e celulares, com a Internet exige que os *aplicativos (apps)* utilizados pelos usuários dialoguem com sistema dos aparelhos móveis. Devido à diversidade de sistemas operacionais, conforme citados acima, nesta pesquisa, nos ateremos ao sistema *Android*, por ser o sistema mais utilizado no mundo, atualmente.

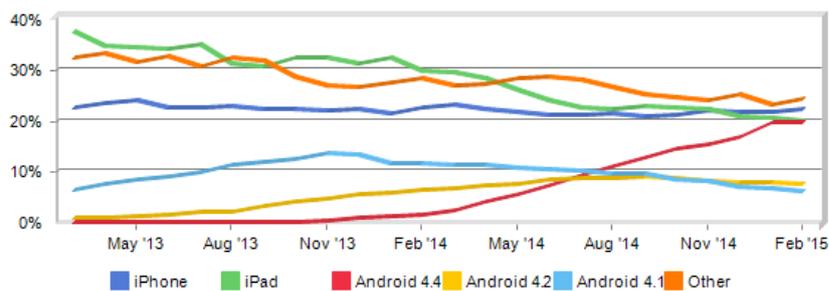


Gráfico - Dados obtidos a partir de uma análise mundial.²¹

No gráfico acima, vemos os dados da *Net Applications.com*, através do site *Net Market Share*, plataforma que mede acessos na Rede. Neste, podemos perceber o aumento mundial no uso do sistema *Android*, entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015, quando comparado aos demais sistemas.

Mês	iPhone	iPad	Android 4.4	Android 4.2	Android 4.1	Other
Dezembro, 2014	21.88%	20.99%	16.90%	7.93%	7.01%	25.29%
January, 2015	21.61%	20.68%	19.78%	7.97%	6.64%	23.32%
February, 2015	22.39%	19.93%	19.73%	7.53%	5.96%	24.46%

Tabela – Sistemas mais utilizados no mundo, entre de dezembro de 2014 e fevereiro de 2015.²² Quanto aos dados pesquisados na mesma plataforma, em um período que compreende os meses de janeiro e fevereiro de 2015, os resultados obtidos foram:

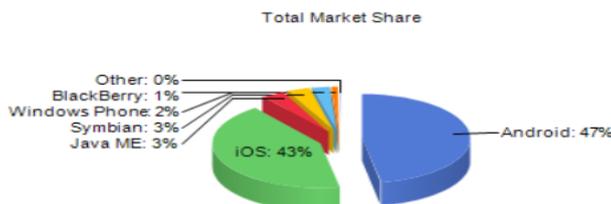
²¹ Mobile/Tablet Top Operating System Share Trend. August, 2013 to July, 2014. Disponível em: <http://www.netmarketshare.com/operating-system-market-share.aspx?qprid=11&qpcustomb=1&qpsp=170&qpnp=24&qptimeframe=M>. Acessado em: 3 mar. 2015.

²² Mobile/Tablet Top Operating System Share Trend. August, 2013 to July, 2014. Disponível em: <http://www.netmarketshare.com/operating-system-market-share.aspx?qprid=11&qpcustomb=1&qpsp=170&qpnp=24&qptimeframe=M>. Acessado em: 3 mar. 2015.



Mobile/Tablet Operating System Market Share

January, 2015 to February, 2015



Operating System	Total Market Share
Android	47.18%
iOS	42.60%
Java ME	3.35%
Symbian	3.32%
Windows Phone	2.44%
BlackBerry	0.97%
Kindle	0.07%
Samsung	0.04%
Bada	0.02%
LG	0.01%
Windows Mobile	0.01%
BREW	0.00%

Gráfico – Sistemas mais utilizados no mundo, entre de janeiro e fevereiro de 2015.²³

Comparando o sistema *Android* ao sistema *iOS*, percebemos uma superação de 4,58% em quantidade de usuários no mundo.

É importante ressaltar que muitos aplicativos não estão mais restritos a determinados tipos de sistemas, uma vez que é recorrente a criação de mais de uma versão do mesmo aplicativo para diferentes sistemas operacionais, podendo ser baixados tanto em aparelhos que tenham sistema *Android*²⁴, quanto em aparelhos com o sistema *iOS* ou *Windows Mobile*. Contudo, os dados levantados no Google Play foram baseados em aplicativos desenvolvidos para o sistema *Android*.

²³ Mobile/Tablet Top Operating System Share Trend. August, 2013 to July, 2014. Disponível em: <http://www.netmarketshare.com/operating-system-market-share.aspx?qprid=8&qpcustomd=1&qpsp=2015&qpnp=1&qptimeframe=Y>. Acessado em: 3 mar. 2015.

²⁴ “[...]é um sistema operacional para aparelhos móveis como celulares (nesse caso, smartphones) e *tablets*. Por exemplo, no computador você pode usar o *Windows*, que é um sistema operacional, porém, para computadores. É ele que define o visual, os recursos e funcionalidades do seu celular. Em um smartphone com *Android* é possível acessar sites, enviar e-mails, assistir a vídeos, jogar e ter recursos muito semelhantes a um computador, porém, no aparelho celular. [...] O *Android* foi desenvolvido por um consórcio de empresas liderado pelo Google, que é famoso não só pelo site de busca, mas por serviços como o *Gmail* e o *Google Maps*. O sistema *Android* está entre os grandes serviços da empresa e é o sistema mais usado em celulares, ultrapassando o *iOS* da *Apple*, usado apenas no iPhone, e também os celulares *Windows Phone*, que contam com o sistema operacional da Microsoft.”(O que é um celular *Android*? Disponível em: <http://www.zoom.com.br/celular/deumzoom/o-que-e-um-celular-android>. Acessado em: 2 mar. 2015.)



atribuídas pelos usuários de cada aplicativo - novidades e informações adicionais. Nas informações adicionais, estão disponíveis imagens de obras de arte, data da atualização do aplicativo, tamanho, quantidade de instalações, tipo de *Android* compatível, créditos, política de privacidade, entre outras informações. Abaixo, foram selecionados e listados alguns aplicativos gratuitos existentes no *Google Play*, no âmbito da cultura.

Aplicativo (App)	Descrição disponibilizada no Google Play	Disponível em:
Noite no Museu: Chave escondida 	Trata-se de um jogo, baseado em “uma nova aventura com seus personagens favoritos dos filmes UMA NOITE NO MUSEU”. O usuário do aplicativo deverá procurar os objetos escondidos “para salvar a mágica de cair em mãos erradas e desaparecer para sempre”.	https://play.google.com/store/apps/details?id=com.pocketgems.android.night
Cronologia - Museu de Arte 	Trata-se de um aplicativo baseado em dados cronológicos, a partir de pinturas de mestres como Botticelli, Da Vinci, Miguel Ângelo, Van Gogh, Monet, Courbet, Klimt, e 73 outros artistas plásticos. São oferecidas informações sobre o título, ano de conclusão, dimensões reais, criador, localização na galeria/ sala de exposição atual, em uma imagem digital de alta resolução de obras de arte. Estão inclusos dados resumidos sobre os artistas, incluindo data / local de nascimento / morte, obras concluídas e muito mais; slides na parte inferior do ecrã/ tela permite a digitalização rápida, facilitando a busca através do ano, artistas, e pinturas; "Cronologia - Museu de Arte" apresenta obras de domínio público e obras protegidas por direitos de autor. As obras são protegidas por direitos autorais:” 1. Estas são obras historicamente significativas; 2. As imagens são usadas apenas para fins informativos e educativos; 3. As imagens estão disponíveis na internet; 4. As imagens são cópias de baixa resolução das obras de arte originais e não são utilizáveis para uso comercial; "Cronologia - Museu de Arte" Usa direitos de autor baseado na morte do autor de acordo com as Leis República da Coreia, que é de 50 anos. Noutros países, a duração do mandato de direitos de autor pode ser diferentes. Obras protegidas por direitos autorais devem ser usadas para a contemplação. Imagens deste tipo de obras de arte são proibidos para impressão, cópia, ou qualquer tipo de reprodução e comunicação ao público uma vez que estas atividades podem ser consideradas violação dos direitos de autor”.	https://play.google.com/store/apps/details?id=kr.sco.artist
Museu Benfica	“Reúne os grandes temas da história do Clube e permite	https://play.g



conhecer ou relembrar os seus testemunhos mais importantes: os troféus, os factos e os nomes contribuíram na história do Sport Lisboa e Benfica”.

[ore/apps/details?id=com.slb.museum](https://play.google.com/store/apps/details?id=com.slb.museum)

Museo Thyssen



O aplicativo do Museo Thyssen-Bornemisza (em Madrid) oferece um calendário prático de exposições e eventos no museu. Ele fornece informações detalhadas sobre as obras de arte em exposição, além de sugestões de baseadas em uma seleção especial de pinturas, sendo útil para os visitantes da instituição. Os sócios da instituição (os Amigos do Museo) poderão encontrar detalhes de atividades exclusivos. Serve para preparar a visita com antecedência. O usuário também poderá comprar os ingressos e outros grandes serviços da loja on-line partir de um telefone móvel.

<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.dilenio.thyssen>

Museu Fuga



O usuário visualiza um jogo que pede ajuda para que um menino, que visitava o museu, possa sair do espaço expositivo, uma vez que acabou ficando preso pela segurança da instituição, que não viu que existia um visitante dentro do espaço expositivo depois do horário de visitação.

<https://play.google.com/store/apps/details?id=air.MuseumEscape>

Bon Jovi Museo



O aplicativo é um catálogo com 800 produtos, da banda Bon Jovi, contendo informações detalhadas sobre os discos, nome, formato, referência, etiqueta, país, capa, contracapa e músicas. O catálogo fornece também informações sobre as turnês, os mais de 1200 concertos, incluindo detalhes da descrição, local, cidade, país, capa e *setlist*. As 600 músicas disponibilizadas inclui informações sobre autoria, letra, etc.

<https://play.google.com/store/apps/details?id=bonjovimuseo>

Museu da Marioneta



O usuário do aplicativo poderá acessar as informações mesmo não estado conectado à Internet. Será possível obter informações sobre as visitas, coleções, programas e sobre o museu.

<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.minsight.marioneta>

Авиа-Музей на Поклонной Горе



O aplicativo do *Museu do Ar em Poklonnaya Gora*, museu russo de guerra, localizado em Moscou, possui uma coleção de aviões militares e helicópteros da Força Aérea Soviética utilizados durante a Segunda Guerra Mundial.

<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.WebAndPrint.AviaMuseumMoscow>

Museu Lasar Segall



Este aplicativo do Museu Federal *Lasar Segall* permite visitas virtuais de algumas exposições do museu, apresentando as “principais obras do museu em alta resolução e com informações detalhadas, e algumas imagens contam também com áudio guia explicativo”. Funciona em celulares e *tablet*, “estimulando a vivência, reflexão e experimentação no campo das artes, contribuindo para ampliar o acesso às manifestações culturais e para a formação da cidadania no contexto brasileiro”. Aplicativo criado com o Google Open Gallery

<https://play.google.com/store/apps/details?id=org.culturalspot.mobile.museulasarsegall>



Museus São Paulo 	Trata-se de um guia com informações dos museus de São Paulo.	https://play.google.com/store/apps/details?id=com.app.museus.sp.layout
+Museus 	O aplicativo +Museus auxilia na visita aos museus, permitindo que os museus incluam e atualizem seus conteúdos, podendo fornecer dados gerais sobre o local; lista de exposições com informações completas; áudios e vídeos especiais; tudo sobre as obras; imagens oficiais; localização por GPS; suporte aos idiomas Português Brasileiro, Inglês, Espanhol, Francês e Italiano. Inicialmente, o aplicativo tem disponível o conteúdo da Cidade Matarazzo, um novo espaço cultural inaugurado com a exposição <i>Made by...feito por brasileiros</i> ²⁷ .	https://play.google.com/store/apps/details?id=br.org.sidi.museumguide
Museu Histórico Nacional 	Aplicativo oficial do Museu Histórico Nacional, localizado na Cidade do Rio de Janeiro, o visitante poderá conhecer “um pouco da história e do acervo do museu”. É possível acessar em qualquer aparelho celular ou <i>tablet Android</i> .	https://play.google.com/store/apps/details?id=org.culturalspot.mobile.museuhistoriconacional
Museu Afro Brasil 	Aplicativo oficial do Museu Afro Brasil, localizado no Parque Ibirapuera, em São Paulo, e que conserva, em 11 mil m ² , um acervo com mais de 6 mil obras, entre pinturas, esculturas, gravuras, fotografias, documentos e peças etnológicas, de autores brasileiros e estrangeiros, produzidos entre o século XVIII e os dias de hoje. É importante ressaltar que o acervo da instituição “abarca diversos aspectos dos universos culturais africanos e afro-brasileiros, abordando temas como a religião, o trabalho, a arte, a escravidão, entre outros temas ao registrar a trajetória histórica e as influências africanas na construção da sociedade brasileira”. O Aplicativo apresenta as exposições atuais, além de fornecer um Áudio guia.	https://play.google.com/store/apps/details?id=com.Sined.mab.app
Museu Interativo PUC Minas 	“O Museu de Ciências Naturais PUC Minas, criado em 1983, desenvolve atividades científicas, educativas e culturais. O Museu é um espaço interdisciplinar da universidade que complementa sua extensão de serviços à comunidade. O objetivo do Museu é preservar o patrimônio natural, histórico e cultural do Brasil.”	https://play.google.com/store/apps/details?id=appinventor.ai_aplicativomuseupucminas.MuseuInterativo
Museo del Carnaval de Badajoz	O Museu do Carnaval de Badajoz ²⁸ , na Espanha, é um museu vivo e dinâmico e mostra como são disfrutados os	https://play.google.com/st

²⁷ O “Made by...Feito por brasileiros” foi uma grande exposição realizada no antigo Hospital Matarazzo, localizado na região central de São Paulo, contando com 100 artistas nacionais e internacionais. Maiores informações através do e-mail (feitoporbrasil@gmail.com) ou do site: <http://www.feitoporbrasil.com.br/>.



carnavais locais.

[ore/apps/details?id=com.splashmobile.museodelcarnaval](https://play.google.com/store/apps/details?id=com.splashmobile.museodelcarnaval)

Eco Museo Campello



O aplicativo do Ecomuseu italiano, localizado em Campello Sul Clitunno, fornece **informações** sobre a localidade, considerada Patrimônio pela UNESCO²⁹ desde 2011, além de informações turísticas, trilhas para caminhadas e ciclismo.

<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.appsbuilder597764>

Guia do Prado- Museo Del Prado



O aplicativo está disponível em: espanhol, inglês, francês, italiano, português, alemão, russo, japonês e chinês. Auxilia na visita, fornecendo informações sobre a Coleção permanente do museu, disponibilizando informações sobre 400 obras de arte. Também fornece “textos sintéticos cujo objetivo é, entre outros aspectos de interesse, informar o leitor sobre a história narrada na obra, a personalidade do autor e sua importância no conjunto das coleções. Maiores informações em: www.laguiadelprado.com ou <http://youtu.be/FXnQeMexTEk>

<https://play.google.com/store/apps/details?id=es.museodelpradoandroid>

Oi Futuro



“Fique por dentro da programação completa dos três centros culturais do Instituto Oi Futuro no Rio (Ipanema e Flamengo) e em Minas Gerais (Belo Horizonte). Com este app gratuito, acesse rapidamente todas as atrações de acordo com o que mais gosta, quando e onde for melhor para você.

<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.org.oifuturo.agendacultural>

- Atualização constante das mais diversas atrações de Artes Cênicas, Música, Cinema e Artes Visuais, além de programação infantil e horários de funcionamento dos centros culturais e do Museu das Telecomunicações;
 - Não quer perder aquela atração que estava esperando! O aplicativo permite a sincronização da programação com a agenda de seu próprio telefone ou tablet;
 - Encontre o que procura! Selecione a atração desejada por filtros de data, unidade e tipo de evento (Artes Visuais, Cinema, Música, etc);
 - Compartilhe! Convide seus amigos para ir com você ou recomende a programação via e-mail, Facebook, Twitter e outras redes sociais;
 - Conheça em primeira mão as novidades do Oi Futuro nas áreas de Cultura, Educação e Sustentabilidade!
- Baixe agora, programe-se e divirta-se!”

Beekme



“Lançado em março de 2015, é o resultado da parceria entre a Memora e a Secretaria de Turismo do Distrito Federal. É totalmente voltado para o turismo, fornecendo dados sobre a localização de espaços turísticos, entre eles museus. Utiliza a tecnologia *iBeacons*, permitindo que o usuário veja os detalhes de esculturas, pinturas,

<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.memora.beekme>

²⁸ Para obter maiores informações, acesse o site do museu: <http://www.carnavalbadajoz.es/museo-del-carnaval/>

²⁹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO.



salas dentro dos principais museus, galerias de arte, monumentos e pontos turísticos, podendo fornecer o conteúdo no idioma necessário, automaticamente. São mais de 80 pontos turísticos e 200 *iBeacons* na cidade de Brasília.” Maiores informações no site: <http://www.beekme.com/>

Rio Patrimônio da Humanidade



“O aplicativo oferece roteiros no Rio de Janeiro nos locais, edificações e monumentos naturais que compõem o Patrimônio da Humanidade. Apresenta uma breve descrição com as características, história e fatos relevantes dos elementos que compõem o Rio Patrimônio da Humanidade. É possível ainda tirar fotos do local e postar no Facebook ou Twitter, fazer comentários e check-in nos pontos visitados.”

<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.pontomobi.riopatrimonio>

Guia do Patrimônio Cultural Carioca



“Dando continuidade a uma importante iniciativa do poder público municipal, o app "Patrimônio Carioca" traz, além os registros dos tombamentos dos imóveis da Cidade do Rio de Janeiro nas três esferas de governo, suas peculiaridades e informações importantes para o conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural carioca.

<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.patrimonio.carioca>

Com este aplicativo você pode:

- Consultar as principais informações de um patrimônio (data de tombamento, descrição, endereço, foto)
 - Buscar bens tombados por bairro, nome ou endereço
 - Visualizar os bens tombados que estão localizados perto de você através de uma mapa ou uma lista
 - Obter direcionamentos para chegar até o local desejado
 - Salvar bens tombados em "Favoritos"
 - Compartilhar um patrimônio por e-mail ou no Facebook
- O conteúdo deste aplicativo é resultado de um trabalho conjunto do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) com a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) e a Construtora Wtorres e, certamente, é um instrumento fundamental, pois contribui para a compreensão do universo de bens protegidos, funcionando como interlocutor entre o poder público e a população.”



“A campanha PASSAPORTE VERDE, uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em parceria com os ministérios do Meio Ambiente, Esportes, Turismo e Desenvolvimento Social, lançou um aplicativo para orientar o turismo sustentável, disponibilizado, gratuitamente, nos sistemas IOS e Android, nos idiomas Inglês e Português.

<http://www.passaporteverde.org.br/>

Em Minas Gerais, o aplicativo prevê 7 (sete) roteiros, podendo ser citado, em Belo Horizonte: a Rota Niemeyer – Pampulha, que inclui o casa Kubitschek, o late Tênis Clube, a Igreja São Francisco de Assis, o Mineirão e o Museu Brasileiro do Futebol, o Museu de Arte da Pampulha, a Casa do Baile e os 18km de Orla da Lagoa da Pampulha, e o Centro Cultural da Praça da Liberdade, que abrange o passeio pelo Mercado Central, os Centros



Culturais e Museus da região, além das construções históricas.

Destaca-se, ademais, a disponibilização de dicas de sustentabilidade, como a de não se hospedar em locais construídos em Áreas de Proteção Permanente – APP, de evitar a emissão de gás carbono durante a viagem, lições de como fazer uma mala ecologicamente correta e a maneira de descartar o lixo produzido durante os passeios.”

Dentre as várias propostas criadas, podemos ressaltaremos também o Museu de Arte Moderna, que lançou aplicativo (*App*) para *iOS* e *Android*: “MAM Quebra-cabeça”. O aplicativo promove vários jogos de quebra-cabeça com o seu acervo. Utilizando imagens de 51 obras selecionadas pelo curador *Felipe Chaimovich*, o museu convida o usuário do aplicativo a montar as partes dispersas que compõem diversos itens de sua coleção. Acredita-se que este seja o primeiro aplicativo museal desenvolvido no Brasil.³⁰



Figura – “MAM Quebra-cabeça”

Assim como outros aplicativos, o referido *App* pode ser baixado nas lojas online das plataformas *iOS* (<https://itunes.apple.com/app/mam-quebra-cabeca/id901452260>) e *Android* (<https://play.google.com/store/apps/details?id=air.br.org.mam.quebracabeca>) podendo o usuário escolher a obra que pretende montar o quebra-cabeça a partir de uma lista com os nomes das cinquenta disponíveis ou através da lista de 42 artistas. O aplicativo criado pela equipe técnica do MAM é um exemplo interessante para as demais instituições que desejam desenvolver dispositivos que difundam a instituição, divulgando suas ações e acervos a partir de jogos.

Outro *App* interessante é o “Circuito Cultural Praça da Liberdade”³¹ (o aplicativo está disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://circuitoculturalliberdade.com.br/plus/>).

³⁰ Para saber mais sobre o “MAM Quebra-cabeça” acesse o site do museu <http://mam.org.br/mam-quebra-cabeca/> acesse também o vídeo promocional: <http://youtu.be/vvnErUksxvQ>

³¹ Os museus e espaços divulgados, até o momento são: Arquivo Público Mineiro, Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, Casa Fiat de Cultura, Centro Cultural Banco do Brasil, Centro de Arte Popular Cemig, Centro de



inaugurado em 2010 e que reúne museus e espaços localizados em Belo Horizonte, Minas Gerais. O aplicativo é “cogrido pelo Instituto Sérgio Magnani desde junho de 2012, por meio de parcerias firmadas com o Governo de Minas Gerais”³².



Figuras – App “Circuito Cultural Praça da Liberdade”³³

Outro exemplo é o App do Museu Anchieta (veja o vídeo <http://youtu.be/jTNYXPLInvY>³⁴), localizado no centro de São Paulo. Neste caso, o App foi desenvolvido por duas estudantes da 8ª série do colégio Anchieta, Giovanna e Chiara, para auxiliar nas aulas de sua escola. As estudantes fizeram uma parceria com o Museu Anchieta, que as orientou fornecendo informações que às ajudaram na concretização do aplicativo.

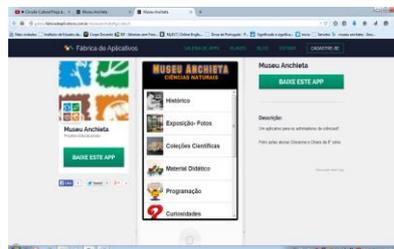


Figura – App Museu Anchieta³⁵

Formação Artística – Cefar Liberdade; Espaço do Conhecimento UFMG, Horizonte Sebrae – Casa da Economia Criativa, Memorial Minas Gerais Vale, MM Gerda - Museu das Minas e do Metal, Museu Mineiro e Palácio da Liberdade. Outros cinco espaços estão em processo de implantação: a Casa do Automóvel, o Centro de Ensaio Abertos – Cena, o Centro Cultural Oi Futuro, a Escola de Design da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e um centro de referência da música. (Circuito Cultural da Liberdade. História. Disponível em: <http://circuitoculturaliberdade.com.br/plus/modulos/conteudo/index.php?tac=historia&layout=conheca>. Acessado em 2 mar. 2015).

³² Circuito Cultural da Liberdade. História. Disponível em: <http://circuitoculturaliberdade.com.br/plus/modulos/conteudo/index.php?tac=historia&layout=conheca>. Acessado em 2 mar. 2015

³³ Circuito Praça da Liberdade. Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.omegasoftware> . Acessível em: 3 mar. 2015.

³⁴ O site da escola: <http://www.cidadedesapaulo.com/sp/br/exposicoes>

³⁵ Disponível em: <http://galeria.fabricadeaplicativos.com.br/museuanchieta#gsc.tab=0>



Neste último caso, o aplicativo foi desenvolvido em um site gratuito, especializado no desenvolvimento de *App*. Para desenvolver aplicativos, o site “Fábrica de aplicativos” oferece um sistema fácil, que não exige conhecimentos em programação. O usuário poderá criar o seu aplicativo a partir de uma estrutura básica fornecida pelo site. Neste, é possível inserir imagens, textos, vídeo, músicas e links de redes sociais. O site orienta que, para criar um *App*, é necessário cuidar da aparência do aplicativo (fornecendo imagens em boa definição e ícones bem desenhados e que combinem com o layout escolhido para o aplicativo), escrever corretamente, atualizar as informações constantemente, fornecer conteúdo relevante, fazer uma boa divulgação (nas redes sociais, em sites, etc.) e publicar o aplicativo nas lojas virtuais como o *Google play*, para ter maior divulgação.

Considerações finais:

A partir de tais reflexões, podemos concluir que, para desenvolver qualquer projeto que envolva aparatos tecnológicos, é importante conhecer o público do museu e projetar quem será o usuário do sistema, o que vai influir na escolha das informações que serão disponibilizadas. Antes mesmo de desenvolver qualquer projeto, a criação de uma equipe técnica permanente voltada para o estudo dos públicos da instituição é essencial, independente da atividade que será desenvolvida. É fundamental conhecer para quem as suas atividades foram, são e serão desenvolvidas. Somente assim, será possível desenvolver projetos que tenham efetiva importância social e que venham promover a instituição, suas atividades e acervos junto à sociedade.

No caso específico do aplicativo virtual, os **usuários** do sistema poderão ser, em sua maioria, somente usuários do *App* - não sendo necessariamente composto por visitantes assíduos da instituição autora do aplicativo. Tal perspectiva orientará os objetivos, as necessidades e, conseqüentemente, os conteúdos de cada projeto.

Uma vez definido, pela equipe técnica da instituição, que o aplicativo eletrônico será criado, será importante: fazer um levantamento de experiências; conhecer todas as possibilidades funcionais e interativas do *App*; além de saber o tempo de uso do futuro aplicativo (entre dois e 10 anos) – o que requer a permanência de profissionais que deverão



analisar os usuários da informação.³⁶ Mesmo que a equipe técnica da instituição deseje contratar uma empresa especializada, é importante saber quais serão os serviços oferecidos pelo *App*, seja para: divulgar o acervo, para promover ações culturais, educativas, estabelecer um canal de comunicação entre o usuário do aplicativo e a instituição, entre outros. Uma vez definida as questões internas, a conversa com uma empresa especializada em aplicativos deve ser o próximo passo, buscando sanar algumas questões técnicas e orçamentárias que tenham ficado pendentes durante o desenvolvimento do pré-projeto.

Enquanto proposta interativa, um formato interessante para os aplicativos institucionais são os jogos, voltados para aproximar os museus da sociedade – seja para divulgar a missão da instituição, a sua localização (podendo servir de GPS), seu histórico, espaço expositivo, acervos, ações educativas e culturais. Os jogos podem ser estruturados a partir de informações importantes da instituição e de seu acervo, além de também possibilitarem estudos de usuários da informação de forma interativa, estudos estes que podem ser inseridos nos próprios jogos da instituição (em cada acesso feito ao aplicativo, o sistema poderá gerar, através de formulários ou enquetes virtuais, dados quantitativos sobre: gênero, local de origem dos usuários, faixa etária, se já visitou a instituição, o que ele entende por museu, entre outras questões, enquanto pré-requisito para o acesso ao jogo).

Para a criação de jogos com conteúdos específicos, será fundamental contratar uma empresa especializada, tendo em vista a necessidade de uma identidade visual e de uma arquitetura informacional mais complexa, não mais restrita a vídeos, imagens, sons, etc. O formato de jogo exigirá o desenvolvimento de uma estrutura exclusiva para o usuário do sistema, além de fornecer um *feedback* para a instituição museológica, através de questionários e/ou contadores de acesso online .

Assim, os aplicativos (*App*), desde que estejam voltados para a realidade da instituição cultural solicitante, podem ser mais uma importante ferramenta em prol da geração de informações não somente para os usuários, mas também para a equipe técnica do museu; promovendo conhecimentos diversos e estimulando, cada vez mais, a aproximação de instituições culturais da sociedade.

³⁶ Conheça o site “Fábrica de aplicativos” acessando o endereço: <http://fabricadeaplicativos.com.br/>. Assista também o vídeo promocional <http://youtu.be/vNu2Oz1I3dc>. Contudo, é um site que permite criar aplicativos menos complexos, baseados em imagens, textos, vídeos, entre outras informações básicas. Não inclui, por enquanto, o gerenciamento de jogos interativos.



Referências

BUENO, Natalia de Lima. **O desafio da formação do educador para o ensino fundamental no contexto da educação tecnológica.** Dissertação de Mestrado, PPGTE – CEFET-PR, Curitiba, 1999.p.87.

CHELINI, Maria Júlia. **NOVAS TECNOLOGIAS PARA... NOVAS (?) EXPOGRAFIAS.** Revista Museologia e interdisciplinaridade. UnB. Vol. 1, N.2, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/7904/6032>. Acessado em: 12 mar. 2015.

FERNANDES, Ângela Silva; BERVIN, Evandro; ANTONACIO, Gabriel M.; MARINHO, Iracema; SANTANA, Maria Gorette H.; JÚNIRO, Pedro Carlos R.; MIRANDA, Antonio (Org.); SIMEÃO, Elmira (Org.) **Tecnologia e Comunicação.** In: Informação e tecnologia: Conceitos e recortes. Brasília: UNB, Departamento da Ciência da Informação, 2005. p.23.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Ed.34. 1995. p.27.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajatória da sustentabilidade:** do ambiental ao social, do social ao econômico. Estud. av., São Paulo , v. 26, n. 74, 2012. P. 51 . in.:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Mar. 2015.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Mousàon and Techné.** Reflections of contemporary culture. In: ICOFOM – International Committee for Museology (ICOM). **ISS – ICOFOM STUDY SERIES N° 36 – Museology and Techniques;** Museologie – les techniques au Musée; Museología y Tecnologías. 1ªEd. Munich: ICOFOM, 2007, v.36, p. 89-97 [Versão em Português inédita].

SOARES, Bruno C. Brulon. **Quando o museu abre portas e janelas:** o reencontro do humano com o museu contemporâneo. Disponível em: http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/dissertacao_bruno_brulon.pdf. Acessado em: 4 mar. 2015.



MUSEUS, DESTRUIÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Pedro Paulo A. Funari¹

O conceito de sustentabilidade é recente. A busca pelo desenvolvimento econômico, por meio da industrialização, está no centro das preocupações dos estados nacionais surgidos a partir do século XVIII. O domínio material do mundo tornou-se um imperativo, como nunca tinha sido antes. As diversas civilizações e culturas, mesmo quando valorizavam a economia de esforço, tinham outros parâmetros de gozo do mundo que não dependiam disso. Um exemplo bastará: dormir na rede pode trazer conforto, sem que nenhum avanço técnico seja considerado necessário por um usuário indígena. Ou, então, a conversa em um jantar grego ou romano não seria trocada por uma refeição moderna que se beneficiasse de iluminação e fornos elétricos. O Iluminismo e a Revolução Industrial viriam a alterar esse panorama, primeiro em alguns lugares, para, como o tempo, atingir todo o globo. Essa busca pelo progresso tecnológico e pela produtividade está na raiz do capitalismo contemporâneo e mesmo o socialismo a adotou, como ficou claro na industrialização à outrance da União Soviética sob Stalin. Esse repto do desenvolvimento a todo custo levou à destruição generalizada, não apenas nas guerras, como no próprio domínio da natureza.

Neste contexto, os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil são ainda pouco explorados e este artigo visa apresentar alguns aspectos dessas questões. Antes de discutir a experiência brasileira, cabe explorar os diferentes sentidos ligados ao conceito mesmo de “patrimônio cultural”. As línguas românicas usam termos derivadas do latim *patrimonium* para se referir à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança”. Os alemães usam *Denkmalpflege*, “o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”, enquanto o inglês adotou *heritage*, na origem restrito “àquilo que foi ou pode ser herdado” mas que, pelo mesmo processo de generalização que afectou as línguas românicas e seu uso dos derivados de *patrimonium*, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores. Em todas estas expressões, há sempre uma referência à lembrança, *moneo* (em latim, “levar a pensar”, presente tanto em *patrimonium* como em *monumentum*), *Denkmal* (em alemão, *denken* significa “pensar”) e aos antepassados, implícitos na “herança”. Ao lado destes termos subjectivos e afectivos, que ligam as pessoas aos seus



reais ou supostos precursores, há, também, uma definição mais económica e jurídica, “propriedade cultural”, comum nas línguas românicas (cf. em italiano, *beni culturali*), o que implica um liame menos pessoal entre o monumento e a sociedade, de tal forma que pode ser considerada uma “propriedade”. Como a própria definição de “propriedade” é política, “a propriedade cultural é sempre uma questão política, não teórica”, ressaltava Carandini (1979: 234).

No Brasil, houve, sempre, uma falta de interesse, por parte dos arqueólogos, em interagir com a sociedade em geral – como é o caso, na verdade, alhures na América Latina, como nota Gnecco (1995: 19) – e o património foi deixado para “escritores, arquitectos e artistas, os verdadeiros descobridores do património cultural no Brasil, não historiadores ou arqueólogos” (Munari 1995). A preservação dos edifícios de igrejas coloniais poderia ser considerado, no Brasil e no resto da América Latina (García 1995: 42), como o mais antigo manejo patrimonial. É interessante notar que a importância da Igreja Católica na colonização ibérica do Novo Mundo explica a escolha estratégica de se preservar esses edifícios, sejam templos construídos sobre os restos de estruturas indígenas (cf. o exemplo maia, em Alfonso & García s.d.: 5), sejam as igrejas nas colinas que dominavam a paisagem, como foi o caso na América portuguesa. Contudo, nem mesmo as igrejas foram bem preservadas no Brasil, com importantes exceções, e isto pode ser explicado pelo anseio das elites, nos últimos cem anos, de “progresso”, não por acaso um dos dois termos na bandeira nacional surgida da Proclamação da República, em 1889, “ordem e progresso”. Desde então, o país tem buscado a modernidade e qualquer edifício moderno é considerado melhor do que um antigo. Houve muitas razões para mudar-se a capital do Rio de Janeiro para uma cidade criada *ex nouo*, Brasília, em 1961, mas, quaisquer que tenham sido os motivos económicos, sociais ou geopolíticos, apenas foi possível porque havia um estado d’alma favorável à modernidade. A melhor imagem da sociedade brasileira não deveria ser os edifícios históricos do Rio de Janeiro, mas uma cidade moderníssima e mesmo os mais humildes sertanejos deveriam preferir seu património, em benefício de uma cidade sem passado.

Talvez o exemplo mais claro dessa luta contra a lembrança materializada seja São Paulo, essa megalópolis, cujo crescimento não encontra paralelos. Ainda que fundada em 1554, continuou a ser uma cidadezinha até fins dos século XIX, até tornar-se, nestes últimos cem anos, a maior cidade do hemisfério sul. Nesse processo, restos antigos sofreram constantes

¹ Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, C. Postal 6100, Campinas, 13081-970, SP.



degradações ideológicas e físicas, sendo construídos novos edifícios para criar uma cidade completamente nova. Os edifícios históricos, se assim se pode falar, são a Catedral e o Parque Modernista do Ibirapuera, planejado por Niemeyer, ambos inaugurados em 1954 para comemorar os quatrocentos anos da cidade. Os principais prédios públicos, como o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do Estado de São Paulo ou o Palácio Nove de Julho, que abriga a Assembléia Legislativa do Estado, são, também, muito recentes e a mais importante avenida, a Paulista, fundada em fins do século XIX como um bastião de mansões aristocráticas, foi totalmente remodelada na década de 1970. Mesmo em cidades coloniais, algumas delas bem conhecidas no exterior, como Ouro Preto, declarada Patrimônio da Humanidade, a modernidade está sempre presente, por desejo de seus habitantes. Guiomar de Grammont (1998: 3) descreve esta situação com palavras fortes:

“A distância entre as autoridades e o povo é a mesma daquela entre a sociedade civil e o passado, devido à falta de informação, ainda que os habitantes das cidades coloniais dependam do turismo para sua própria sobrevivência. Quem são os maiores inimigos da preservação dessas cidades coloniais? Em primeiro lugar, a própria administração municipal, não afectada pelos problemas sociais e ignorante das questões culturais em geral, mas, às vezes, os moradores também, inconscientes da importância dos monumentos, contribuem para a deformação do quadro urbano. Novas janelas, antenas parabólicas, garagens, telhados e casas inteiras bastam para transformar uma cidade colonial em uma cidade moderna, uma mera sombra de uma antiga cidade colonial, como é o caso de tantas delas”.

É fácil entender que as pessoas estejam interessadas em ter acesso à infraestrutura moderna mas, como notam os europeus quando visitam as cidades coloniais, se os edifícios medievais podem ser completamente reaparelhados, sem danificar os prédios, não haveria porque não fazê-lo no Brasil. Outra ameaça ao patrimônio arqueológico das cidades coloniais é o roubo, já que os ladrões são muito atuantes, havendo mais de quinhentas igrejas e museus locais coloniais (Rocha 1997; cf. um caso semelhante na República Tcheca, Calabresi 1998). Um problema mais prosaico é a deterioração dos monumentos devido à falta de manutenção e abrigo, mesmo no interior de edifícios (Lira 1997; Sebastião 1998). Estes três perigos para a manutenção dos bens culturais, aparentemente não relacionados, revelam uma causa subjacente comum: a alienação da população, o divórcio entre o povo e as autoridades, a distância que separa as preocupações corriqueiras e o *ethos* e políticas oficiais. Houve uma “política de patrimônio que preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares, as câmaras e cadeias como as referências para a construção de nossa identidade histórica e



cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários” (Fernandes 1993: 275).

Para o povo, há, pois, um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse, de modo algum, relevante ou digna de atenção. Tradicionalmente, havia dois tipos de casa no Brasil: as moradas de dois ou mais andares, chamados de “sobrados”, onde vivia a elite, e todas as outras formas de habitação, como as “casas” e “casebres”, “mocambos” (derivado do quimbundo, *mukambu*, “fileira”), “senzalas” (locais da escravaria), “favelas” (tugúrios) (Reis Filho 1978: 28). O resultado de uma sociedade baseada na escravidão, desde o início houve sempre dois grupos de pessoas no país, os poderosos, com sua cultura material esplendorosa, cuja memória e monumentos são dignos de reverência e preservação e os vestígios esqueléticos dos subalternos, dignos de desdém e desprezo. Como enfatizou o grande sociólogo brasileiro, Octávio Ianni (1988: 83), o que se considera património é a Arquitetura, a música, os quadros, a pintura e tudo o mais associado às famílias aristocráticas e à camada superior em geral. A Catedral, frequentada pela “gente de bem”, deve ser preservada, enquanto a Igreja de São Benedito, dos “pretos da terra”, não é protegida e é, com frequência, abandonada. Os monumentos considerados como património pelas instituições oficiais, de acordo com Eunice Durham (1984: 33), são aqueles relacionados à “história das classes dominantes, os monumentos preservados são aqueles associados aos feitos e à produção cultural dessas classes dominantes. A História dos dominados é raramente preservada”.

Devemos concordar com Byrne (1991: 275) quando afirma que é comum que os grupos dominantes usem seu poder para promover seu próprio património, minimizando ou mesmo negando a importância dos grupos subordinados, ao forjar uma identidade nacional à sua própria imagem, mas o grau de separação entre os setores superiores e inferiores da sociedade não é, em geral, tão marcado quanto no Brasil. Neste contexto, não é de surpreender que o povo não preste muita atenção à protecção cultural, sentida como se fora estrangeira, não relacionada à sua realidade. Há uma expressão no português do Brasil que demonstra, com clareza, esta alienação das classes: “eles, que são brancos, que se entendam”. Note-se que esta frase é usada também por brancos para se referirem às autoridades em geral. A mesma distância afecta o património, pois os edifícios coloniais são considerados como “problema deles, não nosso”. Poderíamos dizer, assim, que a busca da modernidade, mesmo sem levar em conta a destruição dos bens culturais, poderia bem ser interpretada como um tipo de luta não apenas por melhores condições de vida, mas contra a própria lembrança do sofrimento secular dos subalternos.



O património arqueológico *stricto sensu* poderia deixar de ser afectado por esta falta de interesse na preservação da cultura material da elite, na medida em que a Arqueologia produz evidência de indígenas e dos humildes em geral (cf. Trigger 1998: 16). Entretanto, há muitos factores que inibem um engajamento activo da gente comum na protecção patrimonial. Em primeiro lugar, há falta de informação e de educação formal sobre o tema. Indígenas, africanos e pobres são raramente mencionados nas lições de História e, na maioria das vezes, as poucas referências são negativas, ao serem representados como preguiçosos, uma massa de servos atrasados incapazes de alcançar a civilização. Os índios eram considerados ferozes inimigos, dominados por séculos e isso *pleno iure*. Em famoso debate, no início do século XX, Von Ihering, então diretor do Museu Paulista, propôs o extermínio dos índios Kaingangs que, segundo ele, estavam a travancar o progresso do país (Schwarcz 1989: 59) e, mesmo que tenha sido desafiado por outros intelectuais, principalmente do Museu Nacional do Rio de Janeiro, sua atitude era e ainda é muito sintomática da baixa estima dos indígenas, mesmo na academia. Basta lembrar que o material indígena proveniente do oeste do Estado de São Paulo, coletado há oitenta anos, à época de Von Ihering, apenas agora está sendo exposto, graças a um projecto inovador da Universidade de São Paulo (Cruz 1997): antes tarde do que nunca!

No Brasil, o cuidado do património sempre esteve a cargo da elite, cujas prioridades têm sido tanto míopes como ineficazes. Edifícios de alto estilo arquitectónico, protegidos por lei, são deixados nas mãos do mercado e o comércio ilegal de obras de arte é amplamente tolerado. Recentemente, Christie's vendeu uma obra-prima de Aleijadinho (Blanco 1998^a; 1998b). A imprensa está sempre a noticiar a respeito, sem que se faça algo a respeito (cf. Leal 1998; Verzignasse 1998; Werneck 1998). Arqueólogos de boa cepa não escondem sua ligação com antiquários (e.g. Lima 1995). A gente comum sente-se alienada tanto em relação ao património erudito quanto aos humildes vestígios arqueológicos, já que são ensinados a desprezar índios, negros, mestiços, pobres, em outras palavras, a si próprios e a seus antepassados. Neste contexto, a tarefa académica a confrontar os arqueólogos e aqueles encarregados do património, no Brasil, é particularmente complexa e contraditória. Devemos lutar para preservar tanto o património erudito, como popular, a fim de democratizar a informação e a educação, em geral. Acima de tudo, devemos lutar para que o povo assuma seu destino, para que tenha acesso ao conhecimento, para que possamos trabalhar, como académicos e como cidadãos, com o povo e em seu interesse. Como cientistas, em primeiro lugar, deveríamos buscar o conhecimento crítico sobre nosso património comum. E isto não é uma tarefa fácil.



Os museus surgiram no bojo da constituição dos estados nacionais e dos projetos de formar cidadãos uniformes, que compartilhassem as mesmas origens e características. Foram criados e floresceram, ainda, no âmbito das grandes potências imperiais que tinham nos museus de aspiração universal, como o Louvre ou o Museu Britânico, um meio de asseverar a superioridade das metrópoles. Serviam, pois, de guardiães da memória nacional e universal, sem, no entanto, ambicionar atingir o homem da calçada, como se dizia à época, pois que tardou para que a educação de massa almejasse levar o povo aos recintos sacros dessas instituições, que mais se assemelhavam a catedrais.

Isso tem mudado, de forma acentuada, nas últimas décadas, ainda que o processo seja lento, desigual e muito marcado por especificidades locais. Portanto, qualquer generalização seria simplificadora, na medida em que convivem, hoje, museus criativos e museus que continuam como depósitos pouco atrativos ou explicativos, com vitrines empoeiradas, em toda a parte. De todo modo, contudo, houve uma crescente percepção que os museus não podem apenas custodiar objetos, por mais que essa tarefa continue a manter sua relevância. Num mundo em crescente processo de desmaterialização e que caminha para a comunicação e para a diversão em tempo integral, o museu tem sido afetado de forma particular. Está-se conectado todo o tempo e ouve-se sempre algo para distrair. Além disso, a fuga da dor, da violência e das ansiedades de um mundo em constante mutação, induz ao gozo imediato.

Estas condições impõem novos desafios para os museus, que têm dificuldade em competir com o entretenimento ubíquo e com a busca do prazer imediato. Por isso, a criatividade tem sido elemento central por parte de todos que se dedicam aos museus, de uma forma ou de outra. Criar consiste em trazer algo ao mundo por meio do uso das mãos, se pudermos relacionar o termo ao grego *kheir* (mão, de onde vem cirurgia, algo feito com as mãos). Essa materialidade do termo não é casual, nem desimportante. São as mãos que permitem tanto criar uma exposição, como ao visitante que possa experimentar as sensações dos objetos. Tocar nas coisas vai contra o fetiche tão bem difundido de inviolabilidade do artefato, como se ele precisasse ser preservado das impurezas trazidas pelo manipulador. Mais do que isso, a aura da intocabilidade leva, como já alertaram tantos estudiosos, a um efeito de relação erótica com o objeto que se apresenta como um corpo mágico que só pode ser olhado. A criatividade envolve, portanto, permitir que os sentidos sejam usados pelos frequentadores dos museus. Com isso, ademais, se pode chegar à dimensão tanto do prazer, como da viagem onírica para outras realidades que o museu pode ensejar.



Essa inclusão social, contudo, não precisa nem deve ser apenas reconfortante, como um sonho em direção a um mundo perfeito, como se todos pudessem, no passado, ser faraós, imperadores, andar de liteira e ser carregados por escravos. Chegar às pessoas significa mostrar, também e de forma principal, as tensões sociais, a diversidade e a pluralidade de perspectivas e de aspectos da vida social. Isso serve para a mudança social em direção a relações sociais menos desiguais e excludentes e mais abertas à convivência com o outro. Isso é um objetivo humano universal, mas tanto mais relevante o é no contexto brasileiro, uma das sociedades mais desiguais do mundo. Além disso, tendo vivido por tantos séculos a escravidão, por tantas décadas a exclusão das grandes majorias, ditaduras violentas (1937-1945 e 1964-1985), os museus têm, ainda, uma tarefa relevante de mudar a percepção social de que tais exclusões e abusos do passado possam ser considerados naturais ou aceitáveis. A criatividade consiste, também, em permitir que as pessoas se coloquem no lugar do outro e percebam a abominação da exclusão e da opressão social. Os museus podem ter, assim, um papel libertador e cabe a todos que neles militam e os frequentam colaborar para que isso se generalize. Tarefa nem sempre fácil, mas recompensadora pela liberdade que projeta nas almas.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Luciana Menezes de Carvalho pela oportunidade de participar da Semana de Museus em Alfenas e a diversos colegas, que contribuíram de diferentes maneiras, para que este artigo fosse escrito: Joep Ballart, Brian Durrans, Juan Manuel García, Siân Jones, Vítor Oliveira Jorge, Robert Layton, Charles E. Orser, Jr., Parker Potter. A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor. Devo mencionar, ainda, os apoios institucionais do Congresso Mundial de Arqueologia, Instituto de Arqueologia (Londres), CNPq, Universidade de Barcelona, Universidade Estadual de Campinas e FAPESP.

Referências

ARANTES, A.A. 1990. **La Preservación del Patrimonio como Práctica Social**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

BALLART, Josep. 1997. **El Patrimonio Histórico y Arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Ariel.



BYRNE, D. 1991. Western hegemony in archaeological heritage management. **History and Anthropology** 5: 269-276.

CARANDINI, A. 1979. **Archeologia e Cultura Materiale. Dai 'lavori senza gloria' nell'antichità a una politica dei beni culturali.** Bari: De Donato.

CRUZ, M. 1997. Após 80 anos, achado comporá acervo de museu; guardados por décadas em armário, fragmentos arqueológicos ficarão expostos em Chavantes. **O Estado de São Paulo**, November the 11th, A, p. 22.

DURHAM, E. 1984. Texto II. In **Produzindo o Passado, Estratégias de construção do patrimônio cultural**, A.A. Arantes (Ed.), 23-58. São Paulo: Brasiliense.

DURRANS, B. 1992. Behind the scenes. Museums and selective criticism. **Anthropology Today**, 8, 4, 11-15.

FERNANDES, J. R. O. 1993. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. **Revista Brasileira de História** 13 (25/26), 265-276.

FUNARI, P.P.A. 1991. A Arqueologia e a cultura africana nas Américas. **Estudos Ibero-Americanos** 17, 61-71.

FUNARI, P.P.A. 1994a. La cultura material y la Arqueología en el estudio de la cultura africana en las Américas. **América Negra** 8: 33-47.

FUNARI, P.P.A. 1994b. Rescuing ordinary people's culture: museums, material culture and education in Brazil. In **The Presented Past, Heritage, museums and education**, P.G. Stone & B.L. Molineaux (eds), 120-136. London: Routledge.

FUNARI, P.P.A. 1995a. A cultura material de Palmares: o estudo das relações sociais de um quilombo pela Arqueologia. **Idéias** 27, 37-42.

FUNARI, P.P.A. 1995b. Mixed features of archaeological theory in Brazil. In **Theory in Archaeology, A world perspective**, P. Ucko (ed.), 236-250. London: Routledge.

FUNARI, P.P.A. 1995c. The archaeology of Palmares and its contribution to the understanding of the history of African-American culture. **Historical Archaeology in Latin America** 7, 1-41.

FUNARI, P.P.A. 1996a. Novas perspectivas abertas pela Arqueologia na Serra da Barriga. In **Negras Imagens**, L.M. Schwarcz and L.V.S. Reis (eds), 139-152. São Paulo: Edusp.

FUNARI, P.P.A. 1996b. A 'República de Palmares' e a Arqueologia da Serra da Barriga. **Revista USP** 28, 6-13.

FUNARI, P.P.A. 1996c. A Arqueologia de Palmares, sua contribuição para o conhecimento da História da cultura afro-americana. In **Liberdade por um Fio, História dos quilombos no Brasil**, J. J. Reis & F. S. Gomes (eds), 26-51. São Paulo: Companhia das Letras.

FUNARI, P.P.A. 1996d. Historical archaeology in Brazil, Uruguay, and Argentina. **World Archaeological Bulletin** 7, 51-62.

FUNARI, P.P.A. 1996e. A Arqueologia e a cultura africana nas Américas. In **Raízes da América Latina**, F.L.N. de Azevedo & J.M. Monteiro (eds), 535-546. São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp.



- FUNARI, P.P.A. 1996f. Archaeological theory in Brazil: ethnicity and politics at stake. **Historical Archaeology in Latin America** 12, 1-13.
- FUNARI, P.P.A. forthcoming. Historical Archaeology in South America. In **International Handbook of Historical Archaeology**, T. Majewski & C.E. Orser, Jr. (eds.). New York: Plenum Press.
- GARCÍA, J. 1995. Arqueología colonial en el área maya. Aspectos generales y modelos de estudio. **Revista Española de Antropología Americana** 25, 41-69.
- GNECCO, C. 1995. Práxis científica en la periferia: notas para una historia social de la Arqueología colombiana. **Revista Española de Antropología Americana** 25, 9-22.
- GRAMMONT, G. 1998. Reflexões à beira de uma cratera. **Estado de Minas, Pensar**, January 10th, 3-4.
- GUSSIER, J. & GARCÍA, J. n.d. **Los primeros templos cristianos en el área maya: 1545-1585**. Barcelona, unpublished typescript.
- HAAS, J. 1996. Power, objects, and a voice for anthropology. **Current Anthropology** 37, supplement, S1-S22.
- HERMANN, J. 1989. World Archaeology - The world's cultural heritage. In **Archaeological Heritage Management in the Modern World**, H.F. Cleere (ed.), 30-37. London: Unwin Hyman.
- HUDSON, K. 1994. The Great European Museum: the museum one cannot avoid and does not need to enter. **Institute of Archaeology Bulletin** 31, 53-60.
- IANNI, O. 1988. **Uma Cidade Antiga**. Campinas: Editora da Unicamp.
- JONES, A.L. 1993. Exploding canons: the anthropology of Museum. **Annual Review of Anthropology** 22, 201-220.
- LEITE, P.M. 1996. No túnel da História. **Veja**, January 31st, 102-104.
- LIRA, A. 1997. Museu tem cara nova e acervo comprometido. **Estado de Minas**, June the 22nd, p. 42.
- MERRIMAN, N. 1996. Understanding heritage. **Journal of Material Culture** 1, 3, 377-386.
- ORSER, C.E. 1994. Toward a global historical archaeology: an example from Brazil. **Historical Archaeology** 28, 5-22.
- ORSER, C.E. 1996. **A Historical Archaeology of the Modern World**. New York: Plenum.
- ORSER, C.E. & FUNARI, P.P.A. 1992. Pesquisa arqueológica inicial em Palmares. **Estudos Ibero-Americanos** 18, 53-69.
- POTTER, Jr. P. B. n.d. **Appropriating the victor by addressing the second person**. Unpublished typescript.
- REIS FILHO, N.G. 1978. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva.
- ROCHA, P. 1997. Saqueadores do Patrimônio, Roubo de arte sacra mobiliza Iphan, Polícia Federal e Interpol para inibir ação dos 'coleccionadores'. **Estado de Minas**, August 3rd, p. 40.



ROWLANDS, M., 1999, Black identity and sense of past in Brazilian national culture. In **Back from the Edge, Archaeology in history**, edited by P.P.A. Funari, S. Jones and M. Hall. Pp. 328-344. Londres: Routledge.

RÚSSIO, W. 1984. Texto III. In **Produzindo o Passado**, A.A. Arantes (ed.), 59-95. São Paulo: Brasiliense.

Schwarcz, L.M. 1989. O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910. In **História das Ciências Sociais no Brasil**, volume 1, S. Miceli (ed.), 20-71. São Paulo: Ideps.

SERRA, O. 1984. Questões de identidade cultural. In **Produzindo o Passado**, A.A. Arantes (ed.), 97-123. São Paulo: Brasiliense.



MUSEUS E EDUCAÇÃO: A SUSTENTABILIDADE COMO PRINCÍPIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM MUSEU INCLUSIVO.

Silvilene de Barros Ribeiro Morais¹

Resumo:

Em função do tema proposto para este ano para o Dia Internacional de Museus, “Museus para uma sociedade sustentável”, buscamos esclarecer algumas questões fundamentais baseados nos ideais inclusivos e no princípio da sustentabilidade: Como efetivamente seriam desenvolvidas as “boas práticas” nos museus? Que conceitos devem fundamentar essas práticas? Que critérios definem as boas práticas? Para analisar o processo de inclusão nos espaços educacionais, com o foco no princípio da sustentabilidade, consideramos as interações entre as três dimensões: a criação de culturas, o desenvolvimento de políticas e a orquestração de práticas (BOOTH E AINSCOW, 2012). Os valores inclusivos devem fundamentar as ações dos diversos setores que compõe a instituição, não somente o setor educativo, concretizando-os em políticas que sejam compatíveis. Além da gestão da estrutura física e do bom uso dos recursos naturais e energéticos locais, os valores inclusivos têm por objetivo reavaliar a percepção sobre a missão educacional, métodos e práticas e a percepção sobre o conhecimento. Os museus, ao atuarem baseados no princípio da sustentabilidade, necessitam agir pela conservação do ambiente físico e natural, relacionando os contextos locais e globais, instrumentalizando os indivíduos para desenvolverem modos de vida sustentáveis e estimulando o engajamento com o bem estar das gerações futuras.

Palavras-chave: Museus, Inclusão, Sustentabilidade, Educação, Práticas.

Keywords: Museums, Inclusion, Sustainability, Education, Actions.

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).



Introdução

O tema proposto pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) para o Dia Internacional de Museus, referente ao presente ano, “Museus para uma sociedade sustentável”, destaca o papel fundamental dos museus em um movimento para despertar a atenção da sociedade sobre a questão da sustentabilidade, seja através de boas práticas de atuação, seja pela conscientização do público sobre a necessidade de uma sociedade mais cooperativa e solidária.

A escolha dessa temática reflete uma preocupação recorrente na sociedade, em um processo que se desenvolve desde a década de sessenta do século passado, em função do desenvolvimento da ideia de ecologia, e resultando em diversas Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais que representaram as primeiras tentativas organizadas, numa dimensão mundial, à preservação do patrimônio natural. Desde então, passaram a se organizar debates mundiais sobre a melhoria das condições de vida no planeta, cuja tônica se relacionou com a questão da preservação de recursos naturais, o estabelecimento de uma relação econômica mais justa, a melhoria da qualidade de vida das populações e o fortalecimento das tradições locais.

Alguns exemplos dessa preocupação com o ambiente são os documentos emitidos e produzidos no seio da ONU/UNESCO/ICOMOS² e Conselho da Europa, dentre os quais destacamos: Convenção Relativa às Zonas Úmidas e de Importância Internacional (Ransar, (1971)³, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano (Estocolmo-Suécia – 1972)⁴, “Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” da UNESCO(1972)⁵, Carta do Turismo Cultural, elaborada pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – México - 1999)⁶, Carta de Nairobi (UNESCO - 1976)⁷, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92 – (1992)⁸, Declaração sobre responsabilidades das gerações presentes para com as

²UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/ ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

³Acesso em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1905.htm

Promulgada em 1996, Decreto N° 1.905

⁴ Declaração de Estocolmo sobre o Desenvolvimento Humano. Acesso em:<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>

⁵Promulgada em 1977, DecretoN° 80.978. Acesso em:<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=313>

⁶Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=248>

⁷Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>

⁸Declaração do Rio. Acesso em; <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>



gerações futuras (1997)⁹ e A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - Rio +20¹⁰, realizada em 2012.

Os museus, como instâncias de educação não formal, têm um papel relevante a desempenhar em relação à conscientização da sociedade, no que tange à temática de meio ambiente, por representarem um importante meio de difusão de ideias e práticas relacionadas ao desenvolvimento. Eles podem atuar como centros propagadores de ações educativas, contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis. Porém, para corresponderem a essas demandas da sociedade contemporânea, as práticas museológicas devem ser efetuadas em sintonia com as proposições educacionais direcionadas para o desenvolvimento humano em sua plenitude, da dimensão individual à sociedade global (SCHEINER, 2014).

Podemos destacar alguns princípios expressos no corpo da proposta temática do IBRAM sobre a questão da sustentabilidade como inerentes ao conceito de inclusão. Esses princípios são fundamentais para a constituição de sociedades e instituições inclusivas: igualdade, participação, comunidade, respeito pela diversidade e sustentabilidade (BOOTH E AINSCOW, 2012). Compreendemos que são esses os valores que mais favorecem a estruturação e a definição de procedimentos e elaboração de atividades de caráter inclusivo.

Neste artigo pretendemos direcionar a nossa reflexão para o princípio de sustentabilidade e sua essencialidade para a constituição de instituições educacionais inclusivas, muito embora ele esteja intrinsecamente relacionado aos outros princípios citados. A sustentabilidade não se constitui como um objetivo a ser atingido ou ação pontual, pelo contrário, trata-se de um processo contínuo que implica em comprometimento gradativo e esforço coletivo da sociedade ou grupo social (MATOS, 2014).

Em função dessa proposta, identificamos a necessidade de esclarecer algumas questões fundamentais: O que é inclusão? A quem se destina? Quando se deve incluir? Com base nos ideais inclusivos e, especificamente, no princípio da sustentabilidade, como efetivamente seriam desenvolvidas as “boas práticas” nos museus? Quais os conceitos que devem fundamentar essas práticas? Que critérios as definem como boas práticas?

Neste estudo abordamos o conceito de inclusão, que pode ser relacionado aos espaços educacionais, sejam eles de caráter formal¹¹ ou não formal¹² ou em função do

⁹Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001108/110827por.pdf>

¹⁰Documentos da Conferência: Acesso em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html

¹¹Educação Formal - Aquela que tradicionalmente se desenvolve no seio do sistema de ensino, regido por leis e diretrizes comuns, dentro de um espaço institucional socialmente reconhecido (a escola, o colégio, o liceu, a universidade, etc.), tendo como características elementares a obediência a um currículo comum, a



seu compromisso em comum com a transmissão de conhecimento. Especificamente, em relação à função educacional, entendemos que ela não se limita ao período em que o indivíduo está ligado ao sistema escolar, podendo, assim, abarcar qualquer etapa da vida humana. Isto porque ele não é suficiente, nem comporta os conhecimentos necessários para a vida na sociedade contemporânea, na qual o dinamismo, o volume de informações, a evolução da tecnologia e dos processos comunicacionais interferem diretamente sobre o cotidiano das pessoas e nas suas relações sociais.

1. Definindo Conceitos

O termo “inclusão”, desde o seu surgimento na década de 90, tem sido interpretado e utilizado de diversas maneiras, em função dos conceitos estabelecidos por alguns segmentos da sociedade, de acordo com suas concepções e interesses, e, como consequência disso, tem gerado vários questionamentos e embates. Continuadamente este termo é percebido como um processo de integração dos “deficientes”, percepção esta que se estende desde a década de 70, ou, ainda, como um conceito à parte, constituído de um arcabouço teórico e metodológico capaz de distingui-lo de qualquer outra composição historicamente concebida para um determinado segmento da população (SANTOS, 2009).

Inclusão é um processo, compreendido pelo seu caráter mais incompleto, incessante e dinâmico, já que se relaciona com o empreendimento “de todos os esforços no sentido da garantia da participação máxima de qualquer cidadão, em qualquer arena da sociedade em que viva, ao qual ele tem direito e sobre o qual ele tem deveres” (SANTOS, 2009, p.12).

Na área educacional, o conceito de inclusão tem servido de referência para vários documentos nacionais, sendo relacionado equivocadamente ao “movimento de autonomização e independência das pessoas com deficiência” (SANTOS, 2009, p.12). A partir da Declaração de Salamanca¹³(UNESCO, 1994) passou-se a aplicar o termo ‘inclusão’ direcionado, inclusive, à luta contra a discriminação e exclusão da pessoa com deficiência. Embora a ideia de inclusão, incorporada a partir desse documento possa incidir sobre pessoas com deficiência, reconhecemos que esse grupo não é o único atingido por discriminações e exclusões.

progressão de caráter cumulativo e a certificação como indicador social (extrínseco) de avaliação do processo. (KÓPTCKE, 2003, p.107)

¹² Educação não formal -(...) conjunto de meios e instituições que geram efeitos educacionais a partir de processos intencionais, metódicos e diferenciados, que contam com objetivos pedagógicos prévia e explicitamente definidos, desenvolvidos por agentes cujo papel educacional está institucional ou socialmente reconhecido, e que não faz parte do sistema educacional graduado ou que fazendo parte deste, não constitui formas estrita e convencionalmente escolares. (TRILLA, 1985 *apud* GHANEM, 2008, p.63)

¹³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>



Diversos segmentos da sociedade têm tido suas necessidades desconsideradas em função de práticas homogeneizantes que evidenciam o menosprezo às diferenças individuais, resultando em desconforto, constrangimento ou inibição de sua participação. O princípio de igualdade se concretiza por meio da garantia do direito de todos à participação plena na vida cultural, social, educacional e em outros aspectos da vida em sociedade, com dignidade e justiça.

Para Boaventura Santos (2007), a resposta é simples:

todo aquele que for vítima de intolerância e discriminação necessita de tolerância; todo aquele a quem seja negada a dignidade humana básica necessita de uma comunidade de seres humanos; todo aquele que seja não-cidadão necessita da cidadania numa dada comunidade ou nação. (p. 84).

Segundo Sawaia (2011), esse conceito não pode ser analisado desconectado da dialética inclusão/exclusão, uma vez que

a sociedade exclui para incluir e esta transmutação, é condição de ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos, de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (p.8).

Os sentimentos e significados elaborados pelo indivíduo, a partir do processo de inclusão/exclusão podem variar desde a sensação de sentir-se incluído até sentir-se discriminado ou revoltado. Portanto, essas subjetividades não podem ser analisadas apenas pelo aspecto econômico, elas demandam a compreensão de diversas dimensões presentes na vida social. Sawaia (2011, p.9) conclui que “exclusão é um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas”.

Ao identificarmos o contexto complexo inerente ao processo de inclusão/exclusão, no qual forças e movimentos contraditórios se contrapõem, e, simultaneamente, se complementam, nos direcionamos à Teoria dos Sistemas, de Morin (1997), a fim de compreendermos e nos apropriarmos da ideia de complexidade e de como ela se apresenta na constituição dos sistemas organizados, sua estrutura e dinâmica e as inter-relações que se constituem no seu meio.

A constituição da organização dos sistemas depende diretamente do estabelecimento de interações, as quais são caracterizadas por ações recíprocas que se



desenvolvem no seio do sistema e que acabam por modificar a natureza ou os fenômenos presentes nele (MORIN, 1997).

Seguindo esse caminho reflexivo para analisar (avaliar), assim como construir o processo de inclusão nos espaços educacionais, consideramos as interações entre as três dimensões propostas por Booth e Ainscow (2012) que se relacionam no interior dos sistemas, e mesmo entre sistemas. Essas três dimensões são definidas como:

a) A criação de culturas sendo relacionada à ordem de valores e significados, daquilo que se acredita e integra a concepção pessoal ou de um grupo, nos mais diversos contextos;

b) O desenvolvimento de políticas expressa a intencionalidade da dimensão das culturas, que podem ser expressas e se concretizam através de leis e, inclusive, nas normas administrativas e nos planos de ação da instituição. De acordo com Santos (2009), “implica não somente a coragem de admitir o que se deseja e prevê como educação, como também um planejamento sobre como colocar este desejo e esta previsão em prática” (p. 17);

c) A orquestração de práticas está relacionada às ações que se constituem a partir das culturas e das políticas efetivadas.

Essas dimensões, em interação contínua, constituem um elo indissolúvel, de modo que não podem ser analisadas sem referenciá-las umas às outras, devido ao seu caráter complementar. Tais dimensões efetuem-se continuamente em contextos contraditórios, concorrentes e antagônicos, evidenciando-se através de desequilíbrios, desigualdades e conflitos.

Compreendemos, em concordância com Booth e Ainscow (2012) que, se o processo de inclusão que ocorre nas instituições educacionais não estiver vinculado à valores profundamente enraizados, poderá representar apenas uma conformação a uma norma imposta ou movimento, resultando em ações pontuais que não conduzem ao seu enriquecimento.

Fundamentar as ações em valores inclusivos torna mais concreto e claro os caminhos, os meios e, principalmente, aonde se quer chegar. Nos museus isto significa associar valores inclusivos aos detalhes do planejamento geral das instituições, à constituição de parcerias institucionais, à elaboração de atividades educacionais, ao planejamento específico de cada setor, nas interações entre os profissionais da instituição e nas práticas relacionadas ao público e ao uso dos espaços de circulação.



2. O princípio da Sustentabilidade na Educação Inclusiva: proposições para novas práticas.

Quando iniciamos a pesquisa sobre quais seriam as boas práticas educacionais fundamentadas em valores inclusivos e com o foco no princípio da sustentabilidade, compreendemos que a assunção dessa perspectiva imporia, também, uma reflexão sobre os conceitos, os valores ou as percepções que direcionariam essa prática, de forma que ela se tornasse coerente e eficaz. Em sintonia com Freire (1987), compreendemos que, ao seccionarmos a ação da reflexão, a palavra gerada se converte em ativismo e, ao contrário, se a reflexão for desligada da ação ela se transforma em verbalismo, um discurso vazio, desvinculado com o compromisso de transformação.

Portanto, para que esses valores façam sentido nos museus e em outras instituições educacionais, é necessário que eles fundamentem as ações dos diversos setores que compõem a instituição, não somente o setor educativo, concretizando-os em políticas que sejam compatíveis. Notadamente, será preciso ir além da gestão de sua estrutura física e do bom uso dos recursos naturais e energéticos locais. Será preciso realinhar a percepção sobre a missão educacional, processos, métodos, e práticas, isto é, demanda assumir um caráter inclusivo, a partir da valorização da diversidade, estabelecendo uma nova relação com o conhecimento, no que tange à organização, seleção, comunicação e difusão.

Para a fundamentação da nossa reflexão nos debruçamos sobre as obras: *Os Sete Saberes Necessários à Educação*, de Edgar Morin, *Pedagogia da Autonomia e Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire e o *Index para Inclusão*, de Booth e Ainscow, que sugere indicadores para a análise dos processos inclusivos em desenvolvimento nas instituições, além do artigo “*Para Além do Pensamento Abissal*”, no qual Boaventura Santos expõe a idéia da ‘Ecologia dos Saberes’.

3. Fundamentando as boas práticas

3.1. Criando Culturas Inclusivas: A dimensão pessoal, local e global

A natureza humana se constitui na dualidade unidade/diversidade, sendo nutrida por outras culturas do mundo. Segundo Morin (2002), para estar em sintonia com essa condição será necessário que as instituições educacionais busquem desenvolver um pensamento de caráter polissêmico, isto é, direcionado para uma percepção universalista,



pois, “nossa unidade se manifesta na existência em todos nós de uma identidade genética, cerebral, afetiva comum em nossas diversidades individuais, culturais e sociais” (p.65).

Tudo que afeta o planeta, como cenário onde nascemos, crescemos e morremos, repercute em nossas vidas, nas nossas necessidades mais básicas e essenciais que garantem a nossa existência. Portanto, é necessário aprender a “estar aqui, no planeta, isto é, aprender a ser, viver, dividir e comunicar como humanos no planeta Terra” (idem), não somente estabelecer laços com a cultura na qual nascemos, mas desenvolvermos uma identidade terrena.

Em decorrência dessa compreensão, o processo educacional gerado nas instituições, sejam elas de educação formal ou não formal, passa a ter como propósito o desenvolvimento de uma “consciência antropológica”, que reconhece a unidade na diversidade, e uma “consciência ecológica”, que se constitui a partir da percepção de que compartilhamos com outros indivíduos o mesmo planeta (MORIN,2002). Para o autor, a missão espiritual da educação seria: “ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade” (p.93).

Booth e Ainscow (2012) destacam vários aspectos que se tornam fundamentais para o desenvolvimento da educação inclusiva, com base em valores, mas, especificamente, no princípio da sustentabilidade. A educação teria como objetivo fundamental aparelhar crianças e jovens para modos de vida sustentável dentro de comunidades e ambientes sustentáveis, tanto no contexto local, como global. Isso porque o comprometimento com valores inclusivos não se limita ao contexto presente, mas está relacionado com o engajamento e com o bem estar das gerações futuras.

A sustentabilidade ambiental é um aspecto essencial para a inclusão, já que “a degradação ambiental, o desmatamento, o aquecimento global ameaçam a qualidade de vida de todos nós e já estão prejudicando a vida de milhões de pessoa pelo mundo a fora” (MORIN, 2002, p.24). Envolve, também, o estímulo ao desenvolvimento sustentável da aprendizagem, à participação de todos e à redução contínua de contextos excludentes e discriminatórios. A partir do comprometimento com esses valores, os projetos e programas elaborados pelos museus estarão intimamente ligados aos princípios norteadores assumidos, e não vistos como ações especiais da instituição, limitadas a certo período.

Em função desse contexto, os museus, como instituições de educação não formal, que se desenvolvem saberes baseados nos princípios inclusivos, necessitam atuar pela conservação do ambiente físico e natural, não somente dentro de seus muros, mas também para além deles. Ao planejar e selecionar os temas a serem trabalhados, estes devem se



relacionar ao que acontece no cotidiano das suas comunidades locais, às ações e eventos de outras partes do mundo, pois esse procedimento evidencia as conexões globais entre as pessoas e ambientes.

A relevância desse aspecto é destacada por Carvalho e Scheiner (2013) ao enfatizar que é na esfera local que cada grupo humano designa e define a sua identidade. Será essa dimensão que nos identificará como “presença”, e é, também, a partir dela que serão desenhadas as formas culturais, produto das relações de parentesco e de laços de vizinhança. Para esse efeito é necessário analisar a importância de identidades e patrimônios localmente onde as trocas individuais ainda estão em andamento.

São essas conexões que se constroem a partir da relação entre a dimensão pessoal do indivíduo com a família e a comunidade que devem ser consideradas quando se pensa na aprendizagem com base no princípio da sustentabilidade. Paulo Freire (1996) enfatiza a relevância dessas conexões ao declarar que instituições educacionais, se realmente comprometidas com sua missão educacional, não podem permanecer alheias às condições sociais, culturais e econômicas de seus alunos; de seus vizinhos, visto que não são levadas em consideração as condições em que eles vêm existindo, isto é, não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos com que chegam à escola”(p.26).

Fundamentados nos valores inclusivos, propomos, aqui, a constituição de um pensamento inovador e mobilizador, a partir do qual sejam planejadas as atividades educacionais, objetivando o desenvolvimento de uma aprendizagem que não seja restritiva nem limitada à conhecimentos especializados e, também, que não seja baseada em rotulações de habilidades.

Com base nas três dimensões propostas por Booth e Ainscow (2012), selecionamos alguns indicadores que podem servir de apoio para a constituição e avaliação de um plano de desenvolvimento inclusivo nas instituições educacionais, com ênfase no princípio da sustentabilidade. Segundo os autores, os questionamentos propostos devem ser compartilhados e discutidos amplamente, pois o processo inclusivo se baseia na ampliação da participação e eliminação continuada de barreiras à aprendizagem.

Sustentabilidade:

- As instituições são um modelo de cidadania democrática?
- As instituições encorajam a compreensão das conexões entre as pessoas ao redor do mundo?
- As instituições encorajam o respeito pela integridade do planeta Terra?



- As instituições encorajam o respeito a todos os Direitos Humanos?
- As instituições se opõem a todas as formas de discriminação?
- As instituições e as comunidades locais se desenvolvem mutuamente?
- As instituições encorajam as pessoas da comunidade a se sentirem bem sobre si mesmos?

3.2. Produzindo políticas inclusivas

Esta dimensão assegura que os ideais inclusivos estejam entretecidos à estrutura da instituição, já que direcionam seus planejamentos, normas e diretrizes. Devem direcionar todas as atividades que ampliam a condição, de modo que seus ambientes e espaços atendam não só à diversidade dos profissionais que integram sua equipe, mas também aos indivíduos que com ela se relacionam, de forma a valorizar igualmente a todos. Envolve principalmente a gestão de recursos, mas também de pessoas, na construção de um trabalho colaborativo.

Destacamos alguns dos indicadores, especificados por Booth e Ainscow (2012), que podem auxiliar na elaboração de um diagnóstico sobre a questão da sustentabilidade.

- As instituições contribuem para a redução do desperdício?
- Os prédios, os espaços internos e externos são desenvolvidos para dar suporte à participação de todos?
- As instituições reduzem seu nível de emissão de carbono e uso de água?

Segundo Francisco e Morigi (2013) as questões socioambientais e de cidadania devem compor a pauta social dos museus, visto que refletem as demandas da agenda política e social no mundo contemporâneo (p. 13). Portanto, as diretrizes relacionadas a essa temática devem estar especificadas no Plano Museológico da Instituição¹⁴ como garantia de sua concretização e continuidade. Elas podem ser concretizadas por meio de projetos, programas e ações previstas em cada âmbito de atuação do Museu, além de permitir a identificação das carências existentes para a sua plena efetivação.

¹⁴Em 2006, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, publicou a portaria normativa nº 01, que trata da obrigatoriedade de elaboração do plano Museológico nos Museus do IPHAN. Em 2009, a Lei 11.4092, que estabeleceu o Estatuto de Museus expandiu essa obrigatoriedade para todos os museus públicos brasileiros. Esse documento explicita os procedimentos necessários para organização e gestão dos museus públicos brasileiros, além de especificar diretrizes e procedimentos para a elaboração do plano museológico. (FRANCISCO E MORIGI, 2013).



Portanto, como exercício dessa consciência, os museus, que apresentam inerentes à sua natureza um caráter preservacionista, devem primar pelo emprego de todos os recursos técnicos disponíveis, especificamente nas áreas de eficiência energética e das energias de origens limpas e renováveis, como uma maneira eficaz de contribuir para a sustentabilidade ambiental e econômica do nosso planeta, condição essa que se tornou indispensável ao bem-estar de todos (MENDES, 2012, p.78).

3.3 Desenvolvendo práticas inclusivas

Esta dimensão refere-se ao que as instituições educacionais se propõem a comunicar e como, isto é, à seleção de conteúdos e à forma como eles são trabalhados. Segundo Booth e Ainscow (2012) “essa dimensão relaciona a aprendizagem à experiência, local e globalmente, bem como a direitos, e incorpora assuntos da sustentabilidade” (p.46). Portanto, a prática educacional inclusiva, com base no princípio da sustentabilidade, se relaciona diretamente com a nossa percepção sobre o conhecimento e a sua transmissão.

Boaventura Santos (2007) se utiliza do conceito de “Ecologia dos Saberes” para confrontar a concepção de monocultura da ciência e propor uma nova concepção sobre a construção do conhecimento que se baseie no reconhecimento “da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia” (p.85). A ecologia de saberes parte do reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, além do conhecimento científico e, portanto, da percepção de que “o conhecimento é interconhecimento” (Boaventura Santos, 2007, p.86).

Segundo Boaventura Santos (2007), a ecologia de saberes não considera os conhecimentos de forma abstrata, mas como práticas de conhecimentos que viabilizam ou impedem certas intervenções no mundo real (p. 90).

Neste caso é preciso reavaliar as intervenções e relações concretas causadas pelos diferentes tipos de conhecimento na sociedade e na natureza. Segundo o mesmo autor, a ecologia dos saberes prioriza as formas de conhecimento que garantam a maior participação possível dos grupos sociais envolvidos na concepção, execução, controle e fruição da intervenção do real pretendida (BOAVENTURA SANTOS, 2007).

Oliveira (2008), ao analisar a contribuição do pensamento de Boaventura Souza Santos para a educação, destaca outro aspecto relevante: a questão da transmissão do conhecimento e seu caráter plural, que não pode ser compartimentado em disciplinas, mas



em torno de temas. Esses temas podem ser compreendidos como galerias, por meio das quais eles se ampliam, alargando suas raízes, em direção a outros conhecimentos. O processo de organização do conhecimento por temas estruturados, em decorrência da sua apropriação por grupos sociais concretos, possui a dimensão local, uma vez que se originam de projetos de vida locais. Contudo ele se apresenta, também, numa dimensão total, pois se revela como modelo dos projetos cognitivos locais:

Essa dimensão do conhecimento pós-moderno traz imenso potencial para o pensamento e a prática educativos na medida em que permitirá revalorizar a imaginação criativa de professores e alunos e dos seus fazeres, hoje marginalizados porque locais, reconhecendo-lhes o potencial de reconhecimento e de multiplicação em virtude de suas características qualitativa (OLIVEIRA,2008, p.31).

Paulo Freire (1987) enfatizou a importância da seleção de temas para o desenvolvimento da aprendizagem. De acordo com o autor, “Os temas, em verdade, existem nos homens, em suas relações com o mundo, referidos a fatos concretos” (p.56). Segundo ele, quanto mais os homens se comprometem com a investigação de sua temática, tanto mais se conscientizam sobre a sua realidade, se apropriam dela.

Booth e Ainscow (2012) enumeram indicadores que podem servir de ponto de partida para reflexões sobre o conhecimento organizado em temas, neste caso voltado especificamente para o atendimento ao público escolar, e que podem ser explorados pelos museus, favorecendo o estabelecimento de parcerias e abrindo espaço para inúmeras possibilidades de práticas e abordagens.

- As instituições educacionais desenvolvem a compreensão de similaridades e diferenças entre as pessoas?
 - Os alunos investigam a Terra, o sistema solar e o universo?
 - Os alunos estudam e pesquisam sobre a vida na Terra?
 - Os alunos investigam sobre a importância da água?
 - Os alunos investigam sobre as fontes de energia?
 - Os alunos exploram os ciclos de produção e o consumo de alimentos?
 - Os alunos pesquisam sobre a vida na Terra?
 - Os alunos consideram como e por que as pessoas se deslocam por sua localidade e pelo mundo?
 - Os alunos pesquisam sobre habitação e o ambiente construído?
 - Os alunos aprendem sobre a saúde e as suas relações?
 - Os alunos investigam sobre vestimentas e adornos do corpo?



Conclusão

Diante do contexto atual em que podem ser observados evidentes vestígios de degradação ambiental e o esgotamento de recursos naturais, além do desequilíbrio nas relações econômicas, aspectos esses que são determinantes para a precarização das condições de vida no planeta, atingindo a qualidade de vida das populações, produzindo a exclusão de diversos grupos sociais e a preocupação com o fortalecimento das tradições locais, consideramos fundamental o movimento de conscientizar a sociedade sobre a questão da sustentabilidade e sobre a necessidade de uma sociedade mais cooperativa e solidária.

Compreendemos que o princípio da sustentabilidade é inerente ao conceito de inclusão e fundamental para a constituição de sociedades inclusivas. Diversos grupos sociais têm tido as suas necessidades desconsideradas em função de práticas homogeneizantes. Essas práticas evidenciam o menosprezo às diferenças individuais, aos contextos, saberes e tradições locais, resultando em constrangimento ou inibição de sua participação.

Consideramos que, para que os museus elaborem boas práticas educacionais fundamentadas em valores inclusivos e com o foco no princípio da sustentabilidade, será indispensável o reconhecimento e a reflexão sobre os conceitos, os valores, que devem fundamentar as ações, de forma que possam estimular mudanças na sociedade. A ação não pode ser desconectada da reflexão. Porém, esse processo não se restringe ao setor educativo, mas deve integrar o planejamento geral das instituições, a constituição de parcerias institucionais, a elaboração de atividades educacionais, o planejamento específico de cada setor, seja nas interações entre os profissionais da instituição, seja nas práticas relacionadas ao público e ao uso dos espaços de circulação.

Portanto, para analisar; avaliar, assim como construir o processo de inclusão nos espaços educacionais, será preciso considerar as interações entre as três dimensões, definidas como: a criação de culturas (relacionada à ordem de valores e significados), o desenvolvimento de políticas (concretizadas através de leis e nas normas administrativas e nos planos de ação da instituição) e a orquestração de práticas.

Consideramos os museus como instituições de educação não formal, que se desenvolvem baseadas nos princípios inclusivos e necessitam atuar pela conservação do ambiente físico e natural, relacionando os contextos locais e globais, instrumentalizando os indivíduos para desenvolverem modos de vida sustentáveis e estimulando o engajamento com o bem estar das gerações futuras.



A prática educacional inclusiva, com base no princípio da sustentabilidade, se relaciona diretamente com a maneira como lidamos com o conhecimento. Primeiramente, é preciso reconhecer a existência de uma pluralidade de formas de conhecimento para além do conhecimento científico. Além disso, perceber a sua capacidade de intervenção no mundo real, e não de forma isolada e estática.

Em decorrência da complexidade desse contexto, as práticas educacionais devem ser fundamentadas em valores inclusivos e planejadas objetivando o desenvolvimento de uma aprendizagem que não seja restritiva, nem limitada a conhecimentos especializados, organizados como “disciplinas”, nem em rotulações de habilidades. O conhecimento passaria a ser organizado e transmitido na forma de temas, de modo que eles se ampliariam, conectando-se, assim, a outros conhecimentos e possibilitando uma exploração interdisciplinar capaz de permitir a constituição de um processo de aprendizagem criativo e mobilizador.

Portanto, a formulação de boas práticas não pode ser analisada de forma isolada e estática, visto que depende dos fundamentos e contextos dos quais se originaram. Não pode, também, ser avaliada apenas pelas ações planejadas, nem pelos resultados quantitativos gerados. O impacto causado por essas ações não pode ser medido nem avaliado em curto prazo, dependendo, dessa forma, de como as instituições concretizam os ideais que assumem, quer pela conscientização que promovem na comunidade em que atuam, quer pelas intervenções no real que estimulam por meio das parcerias estabelecidas, consolidadas com outras instituições. É, pois, um processo dinâmico e contínuo, construído passo a passo a várias mãos, que se confunde com a própria história da instituição e com a sua identidade, isto é, com a forma como se vê e se revela à sociedade.

Referências:

BOAVENTURA SANTOS, de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), n. 79, p.71 – 93, nov. 2007.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas**. Trad. Mônica Pereira dos Santos e João Batista Esteves. 3. ed. Bristol, UK: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE); LaPEADE, 2012. Disponível em: <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/documentos/index2012final%20FOTOS%20BRASIL.pdf>>. Acesso em 15 out. 2012.

CARVALHO, Luciana Menezes de; SCHEINER, Tereza. Museo de cada uno, museos de todos nosotros: reflexionando sobre ideas y posibles prácticas para un diálogo efectivo. XXV Simposio anual del ICOFOM. Rio de Janeiro, 2013. **Anais: ICOFOM Study Series – ISS 42**. El visitante especial: Todos y cada uno de nosotros. p. 59 – 82.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREIRE. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários da prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHANEM, Elle. Educação formal e não-formal: do sistema escolar ao sistema educacional. In: ARANTES, Valéria Amorin (Org.) **Educação Formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo, Summus, Coleção Pontos e Contrapontos, 2008, p.59-89.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. A análise da Parceria Museu-Escola como Experiência Social e Espaço de Afirmação do Sujeito. In: GOUVÊA, Guaraciara et al. (Orgs.). **Educação e Museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência**. Rio de Janeiro: Access, 2003, p. 107-128.

MATOS, Karla Monteiro. Responsabilidade socioambiental e cidadania. In: CHAGAS, MARIO; STUDART, Denise; STORINO, Claudia. (Org.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Museologia, 2014, p.65 - 76.

MORIGI, Valdir J. FRANCISCO, Júlio César. O Olhar do Outro. A gestão de museus e a sustentabilidade na Museologia. In: **Museologia e Interdisciplinaridade**. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, v.2, n3, p. 10 – 21, 2013.

MENDES, Manuel C. Furtado. Museus como pioneiros para a sustentabilidade ambiental. Manuel C. Furtado Mendes. In: **Museologia e Interdisciplinaridade**. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. n° 2, ano 1, p. 72 – 84, 2012.

MORIN, Edgar. **O Método: a natureza da Natureza**. 3ª ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à Educação**. 6ª ed. São Paulo: Editora Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **Boaventura e a Educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 142 p.

SANTOS, Mônica Pereira. Inclusão. In: SANTOS, Mônica Pereira dos et al. (Orgs). **Inclusão em Educação: diferentes interfaces**. Curitiba: Editora CRV, 2009, p.9-22.

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, p. 7-13, 2011.

SCHEINER, Tereza Cristina. Formação em Museologia e meio Ambiente. In: CHAGAS, MARIO; STUDART, Denise; STORINO, Claudia. (Org.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Museologia, 2014, p.77 - 96.



VII Semana Nacional de Museus na UNIFAL-MG
XIII Semana Nacional de Museus

Universidade Federal de Alfenas, de 11 a 15 de maio de 2015.

Museus e Patrimônios para uma sociedade sustentável

DOCUMENTOS DE TRABALHO

	P.
Carlos Tadeu Siepierski, Eloíse Iara Braghini David e Malu Margazão - <i>Legitimar o Passado: os museus e a formação da memória</i>	1
Cecília Szenkowicz Holtman - <i>Preservação, Sustentabilidade e Museus: a utilização de ícones do patrimônio cultural por instituições museológicas</i>	14
Estela de Melo Faria - <i>Representações no pós-morte: o caso de Alexandre o Grande</i>	24
Fernanda Camargo Penteadó e Erivelto Luciano Alves - <i>Cidadania no mundo globalizado: o papel do Patrimônio Cultural</i>	36
Pedro Hermes de Oliveira - <i>Eu? Museu?! Homem: Museu e Museólogo</i>	52



LEGITIMAR O PASSADO: OS MUSEUS E A FORMAÇÃO DA MEMÓRIA

Carlos Tadeu Siepierski¹
Eloíse Iara Braghini David²
Malu Margazão³

Resumo

O presente trabalho busca expor parte da teorização de Benedict Anderson sobre como mecanismos tais como mapas, censos e museus impactaram na forma como as mais diversas comunidades nacionais imaginaram a si mesmas. Segundo ele, essas três instituições também moldaram a maneira pela qual o Estado imaginava o seu domínio: a natureza dos seres humanos por ele governados, a geografia do seu território e a legitimidade do seu passado. Sugerimos que esse aporte teórico pode ser mobilizado na análise do papel dos museus universitários na legitimação de seus passados institucionais.

Palavras-chave: Museu. Memória. Comunidades imaginadas.

Abstract

The present work aim to expose part of Benedict Anderson's theory about mechanisms such as maps, censuses and museums wich impacted in the form of how the various national communities have imagined themselves. According to him, these three institutions also shaped the way by which the state imagined domain: the nature of human beings governed by it, the geography of its territory and the legitimacy of its past. We suggest that this theoretical support can be mobilized in the analysis of the role of university museums in the legitimation of its institutional past.

Key-words: Museum. Memory. Imagined communities.

¹ Professor Adjunto de Antropologia / Unifal-MG.

² Graduanda em Ciências Sociais / Unifal-MG.

³ Graduanda em Ciências Sociais / Unifal-MG.



1. Introdução

Um fenômeno que tem instigado a imaginação sociológica é a formação de comunidades, ou seja, o processo pelo qual um conjunto de pessoas se associam, compartilhando um destino comum. Muito embora o processo de associação de sujeitos - seja ele um pequeno grupo formado por uma determinada classe profissional ou étnica, por exemplo, ou seja ele um enorme agrupamento, compreendendo milhões de pessoas, como uma nação - apareça, para muitos, como algo natural, a forma como ele efetivamente se realiza revela uma imensa variedade de formas. Assim, o natural seria o instinto gregário da espécie humana, mas compreender as formas concretas que ele toma historicamente tem se colocado como um grande desafio intelectual. Como se dão essas associações? Quais são os mecanismos acionados para efetivá-las?

Um dos autores que se debruçou sobre essas questões foi Benedict Anderson. Mais precisamente, ele examina o surgimento do fenômeno do nacionalismo, ou seja, o sentimento de pertença a uma associação muito particular: a nação. Observando a dificuldade em tratar um tema relativo à cultura na qual estamos imersos, Anderson propõe uma mudança metodológica em relação aos trabalhos anteriores sobre o tema: tratar a condição nacional como um produto cultural. Dessa maneira, o autor define a sua abordagem como uma análise que alia a perspectiva antropológica às investigações histórico-sociais, atentando para os processos de criação e modificação de significado e identidade, o que lhe possibilitou apreender elementos importantes para a compreensão dos mecanismos que legitimaram esse formato de comunidade. Anderson procurou detectar os mecanismos utilizados nesse processo e conclui que, fundamentalmente, o sentimento de pertencimento se dá através do acionamento de símbolos que permitem a representação desse conjunto de pessoas para si mesmas, isto é, a formação de imagens na qual os sujeitos se reconheçam. É nesse sentido que, para ele, toda comunidade só existe porque é também imaginada enquanto tal, conclusão essa que dará o título ao livro que será nosso objeto: *Comunidades Imaginadas*. Nessa obra, o autor analisará os diversos mecanismos utilizados na formação dessas imagens, tais como mapas, censos e museus.

Um destes mecanismos – o museu - desperta nossa curiosidade e nos instiga a melhor compreender sua função enquanto formador de imagens. Desta maneira, selecionamos um foco empírico bastante próximo: o Museu da Memória e Patrimônio (MMP) da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) e mais especificamente a exposição “De Efoa à Unifal-MG: uma história de cem anos” feita em comemoração ao que a Universidade anuncia como centenário da Unifal-MG. Buscamos através desta exposição compreender as



seguintes questões: Qual o papel da criação de uma imagem que abarca a todas as pessoas? Qual o papel da exposição e, conseqüentemente, do museu para a imaginação da comunidade universitária? Como uma instituição centenária pode aparecer para as pessoas como algo contemporâneo através da exposição e como esta pretende que as pessoas contemporaneamente se sintam vinculadas a essa história centenária? Que imagem da Unifal-MG emerge tendo em vista a exposição em questão? Desta forma, acreditamos que o instrumental teórico-metodológico de Anderson seja de grande valia para dar conta destes questionamentos, principalmente no que ele tem a dizer sobre museus e sua função na formação política e ideológica em relação à legitimação de um passado.

2. A genealogia do Estado-nação e a arqueologia da memória

Examinaremos aqui a análise que o autor realiza sobre o papel dessas instituições na construção de tal imagem da nação. Para entendermos melhor o contexto analítico do autor situamos que, neste ponto, Benedict Anderson tem como foco empírico o sudeste asiático e as diversas colônias dominadas por diferentes Companhias das Índias Orientais. Ele parte do século XVII, início da colonização europeia, acompanha o andamento deste processo com a consolidação dos Estados-coloniais que se estende até meados do século XX e, por fim, a formação dos Estados Nacionais. Anderson faz uma comparação entre o momento inicial da colonização europeia nos espaços colonizados e o momento de consolidação do Estado-nação, observando que mesmo em espaços sem presença de colonizadores culmina-se num mesmo processo de formação do nacionalismo. No caso dos povos colonizados, o nacionalismo oficial tem sua genealogia no Estado colonial e não nos estados dinásticos europeus. Então, o autor questiona: as ideologias e políticas dos estados colonizados foram apresentadas em que gramática?

Através do censo, mapa e museu essa gramática é criada, e na era da reprodução mecânica atualiza sua forma e função para os intuítos nacionalistas. Ela molda a maneira pela qual o Estado colonial imagina o seu domínio: a natureza dos governados, a geografia do território e a legitimidade de seu passado. Aqui, Anderson procura demonstrar sua teoria sobre como ocorre a genealogia típica de um Estado colonial e como, através deste processo, se imagina uma comunidade: a nação. Essa abordagem genealógica, que questiona de onde provém tais condições de emergência, se assenta na arqueologia que busca a análise de acontecimentos locais. Observar os mecanismos utilizados na consolidação desse processo é fundamental para uma melhor compreensão de como isso se arquitetou, atentando para o nível de consciência e controle do Estado sobre o processo.



Antes de falarmos dos museus enquanto mecanismo do processo de legitimação de um passado, que tem poder de integração e de dizer que “somos parte de uma história em comum”, discorreremos acerca do processo de formação de uma ideia de unidade territorial e humana. Neste processo, o espaço e as unidades humanas foram classificados, respectivamente, pelo mapa e pelo censo. O autor coloca o processo classificatório em evidência e aponta como ele é feito por um determinado grupo dotado do poder de impor sua vontade ou percepção sobre outros grupos. Assim, discute o censo e a figura do recenseador como “criador” de categorias étnicas em detrimento de categorias religiosas que perdiam dimensão identificadora perante o Estado. Com o desgaste do período colonial as “categorias de identidade” apresentadas pelos sucessivos censos realizados no século XIX vão se tornando cada vez mais claras, unificadas e exclusivamente raciais (ANDERSON, 2008, p.228).

No entanto, havia algumas identidades que eram consideradas “anomalias” e por isso a construção da categoria “outros”. Aqui fica visível o modo como o censo tenta mapear todas as unidades humanas que fazem parte de uma dada região geográfica – território do Estado – usando categorias elaboradas principalmente pelos recenseadores. Este mecanismo cria a ideia fictícia de que todos estão representados nele e ocupam apenas o lugar determinado no mesmo (ANDERSON, 2008, p.230). A novidade dos recenseadores do século XIX não consiste na construção de *classificações* etnorraciais, mas sim na *quantificação* sistemática destas, pois na história da formação do Estado colonial, conforme este crescia e aumentava suas funções, essa nova “topografia demográfica” realizada pelo censo era um “mapa” que guiava suas ações burocráticas de ordenamento social (ANDERSON, 2008, p.233). As novas instituições como escolas, tribunais, clínicas, delegacias e departamentos de imigração criaram “hábitos de tramitação” que deram vida social às aspirações anteriores do Estado. (ANDERSON, 2008, p.234)

Assim, complementar ao mecanismo do censo, o museu é formador de uma memória política colonial que se iniciou com o processo de identificação de importantes localidades a serem desenterradas, capinadas, medidas, fotografadas, reconstruídas, removidas, analisadas e postas em exposição. Segundo Anderson, os museus e a imaginação museologizante são profundamente políticos e a proliferação de museus sugere um processo de incorporação de heranças políticas em andamento, tendo como base legitimadora a nova arqueologia colonial do século XIX. Com ajuda de daguerreótipos e litogravuras, mapeavam os templos desenterrados e os reproduziam. Os serviços arqueológicos coloniais se tornaram instituições de poder e de prestígio: é dever destes desenterrar e descobrir, classificar, reproduzir e descrever, copiar e decifrar, cuidar e



conservar. Também se buscou mapear e cuidar de monumentos antigos considerados os mais importantes.

O prestígio do Estado colonial dependia do prestígio de sua matriz, e aqui se buscava por monumentos cada vez mais imponentes espalhados em mapas para instrução do público. Estes mapas históricos foram construídos nas colônias como verdadeiras "genealogias espaciais do poder" bem como com função pedagógica e ideológica. Mas qual a origem destes mapas históricos? O mapa de forma geral surge como um modelo para o que se pretendia representar, um instrumento para concretizar projeções sobre um certo território. Havia uma situação de fronteiras determinadas colonialmente – seja através da lógica de mapas recém elaborados ou por imposição direta da força europeia imperial – em que se unia num mesmo espaço, por exemplo, diversas tribos e etnias com uma enorme quantidade de línguas incompreensíveis entre si e que não tinham conhecimento até mesmo da existência de todas que ali existiam. Como integrar e chamar de unidade territorial um contexto assim?

Além da contribuição do censo neste processo unificador, o Estado colonial no seu último período de instituição, fez surgir dois avatares – manifestação do divino incorporado em algo físico – do mapa que prefiguram diretamente os nacionalismos oficiais do Sudeste Asiático no século XX. Um era justamente os “mapas históricos” traduzidos pelo ato de tomar como “herança” as soberanias dos dirigentes nativos sucumbidos pelos europeus, fazendo assim a reconstrução histórica da aquisição das novas posses. Aqui, havia uma sequência cronológica dada a esses mapas, incluindo uma narrativa político-biográfica do espaço. Procurava-se mostrar como eram antigas e respeitáveis as unidades territoriais solidamente delimitadas. O segundo se tratava do “mapa-como-logo”, relativo ao processo de logoização no qual se constrói um logo imediatamente identificável, visível por toda parte e que penetra fundo na imaginação popular. Com dados explicativos como longitude, latitude, nome do lugar, símbolo dos rios, mares e das montanhas, e sobre os vizinhos, o mapa passa a ser reproduzido ao infinito, sendo transferido para cartazes, selos oficiais, cabeçalhos, capas de revistas, manuais, toalhas de mesa e paredes de hotéis. Portanto, através de tais mecanismos de reconstrução histórica e logoização, o mapa demonstrou possuir um forte poder unificador.

Assim, a arqueologia colonial que mapeava e cuidava de monumentos antigos, imponentes, espalhados em mapas para função pedagógica e ideológica começa um censo “necrológico”. O Estado tinha três razões para tal empreendimento: 1) O momento era de conflito de nativos e colonos reivindicando por uma educação moderna e os conservadores temerosos pelo resultado dessa possível educação. Essas restaurações arqueológicas



seguidas por edições de textos literários podem ser vistas como um programa educacional conservador que servia de pretexto para resistir à pressão dos progressistas; 2) O programa ideológico das reconstruções colocava em hierarquia os nativos coloniais e os construtores dos monumentos, ocorrendo uma crise de identidade que levava os nativos a não se verem como seus ancestrais e os construtores como imigrantes, não sendo da mesma raça dos nativos. Os monumentos reconstruídos diziam aos nativos que a mera presença daqueles mostra que os nativos nunca foram ou há um bom tempo se tornaram incapazes de auto-gestão, visto que estavam em meio a pobreza; 3) Sobre o mapa, os regimes se apegavam à conquista e a ideia do antigo por razões maquiavélicas-legalistas. As alegações francamente brutais sobre o direito de conquista foram diminuindo com o tempo e aumentaram os esforços por uma legitimidade alternativa. Cresceu o número de europeus que queriam o sudeste asiático como seu lar. Percebemos, neste processo assinalado pelo autor, a força simbólica presente nestes espaços museificados, que buscavam expor o velho patrimônio do Estado e preservar sua nova memória.

A arqueologia monumental cada vez mais ligada ao turismo tornava o Estado cada vez mais produtor de imagens que procuravam associar o passado ao presente. Aqui Anderson fala sobre o processo de formação de uma nova memória a partir de uma reincorporação de antigos elementos históricos, só que desta vez apresentados de uma maneira particular, figurada com elementos que sugerem a onipotência semelhante a do Estado:

[...] Os antigos sítios sagrados deviam ser incorporados ao mapa da colônia e seu venerado prestígio (o qual, se tivesse desaparecido, como amiúde se deu, seria revivido pelo Estado) envolveria também os cartógrafos. Ilustra bem essa situação paradoxal o fato de que os monumentos reconstruídos eram cercados por gramados elegantemente traçados, sempre com placas explicativas, cheias de datas, dispostas aqui e ali [...] (ANDERSON, 2008, p.250)

Estes espaços museificados serviam para permanecer vazios ou para turistas perambularem. Eram reposicionados como insígnias de um Estado secular e aqui evidenciava-se o caráter de laicização dos espaços públicos, típico do Estado-nação, em detrimento do religioso. Por isso a genealogização do museu é profana, pois ela retira a antiga sacralidade estabelecida e sugere um novo espaço ecumênico, de bem-estar, capaz de dar condições de vida universal. Tal coisa só foi político-culturalmente possível pela descrença dos dirigentes acerca do caráter sagrado destes sítios locais. Esses espaços-insígnias foram usados em um dos recursos instrumentais do Estado que era a capacidade de reprodutibilidade ao infinito, concretizada por meio da reprodução de fotografias e da imprensa. Por toda parte há uma progressão: 1) relatórios arqueológicos maciços,



tecnicamente sofisticados, dezenas de fotografias, registros de reconstrução de cada ruína; 2) livros luxuosamente ilustrados para consumo público, inclusive estampas exemplares de todos os principais sítios reconstruídos *dentro da colônia*. Notamos aqui o processo de dessacralizar antigos significados para secularizar estes com a releitura que o Estado quer trazer, da onipresença, da sua onipotência. Os templos sagrados tornam-se não religiosos, mas sim seculares; 3) logoização geral possível pelo processo de laicização. São modelares com séries típicas, como selos que ilustram fauna, flora, monumentos do local. Assim como cartões-postais e livros didáticos, daqui para o mercado é um passo.

Essa arqueologia amadurecida na época da reprodução mecânica é profundamente política, mas que ninguém se dava conta do fato. O museu como espaço de exposição e preservação da memória e patrimônio do novo Estado foi uma fonte importante, praticamente inesgotável, de produção desses monumentos-insígnia apropriados pelo mercado capitalista. Os Estados pós-independência, de nítida continuidade dos estados coloniais, herdaram essa forma de museificação⁴ política. O reconhecimento instantâneo de uma insígnia exposta à vista pública se dá pela história de logoização durante a era colonial que o caso analisado mostra. A reprodutibilidade mecânica das insígnias é que revelavam o verdadeiro poder do Estado, traduzido em mostras de incorporação da herança anterior num nível mais popular. E aqui evidenciamos como o museu tem semelhante capacidade de expor a todos os sujeitos a mostra dessa incorporação. Como exemplo deste processo, Anderson aponta que

[...] Um exemplo revelador consiste numa série de pinturas de episódio da história nacional, encomendadas pelo Ministério da Educação da Indonésia em 1950. As pinturas deviam ser produzidas em massa e distribuídas por toda a rede de ensino do primeiro grau; os jovens indonésios deviam ter representações visuais do passado do seu país nas paredes das salas de aula – em toda parte [...] a série mais interessante mostrava às crianças uma representação do Borobudur [...] é pintado totalmente de branco, sem nenhum traço visível de escultura. Cercado de gramados bem aparados e alamedas arborizadas e regulares, *não se vê um único ser humano* [...] (ANDERSON, 2008, p.252-53)

Assim, novamente se enfatiza a apropriação de algo colossal e com antigo poder sagrado, dessacralizado e passado de símbolo de adoração religiosa para insígnia descendente da arqueologia colonial, para fins de reprodução em massa, formando uma comunicação totalizante das representações históricas do novo Estado. Aqui Borobudur é

⁴ Ressaltamos o sentido utilizado por Anderson ao falar “museificado” como sendo equivalente a “musealizado”, que seria a retirada do “objeto” de sua configuração primeira para tornar-se bem patrimonial. É a passagem do “objeto” para “documento” segundo André Desvallées, autor da área museológica que assim define o termo em seu livro “Conceitos-chave da Museologia”. Por uma questão de honestidade com a teorização de Anderson, procuramos deixar o termo tal como utilizado pelo autor.



uma insígnia do Estado, uma logoimagem que sugere a auto-evidência. É Borobudur mais poderoso como signo da identidade nacional porque todos sabem que ele se situa numa série infinita de idênticos Borobudurs. É a serialização como ferramenta de divulgação dessa incorporação histórica feita pelo Estado, transmitindo sua visão, onipresença e onipotência. É a publicação e difusão de uma história em partes separadas e em série.

Mutuamente interligados, censo, mapa e museu iluminam o estilo do pensamento do Estado colonial tardio em relação aos seus domínios. A urdidura desse pensamento com grade classificatória totalizante podia ser aplicada, com uma flexibilidade ilimitada, a qualquer coisa sob o controle real ou apenas visual do Estado: povos, regiões, religiões, línguas, objetos produzidos, monumentos e assim por diante. O efeito dessa grade é delimitar as relações de pertencimento. Essa coisa qualquer era determinada e, portanto, em princípio enumerável. A “trama” era o que poderia se chamar de serialização: o pressuposto de que o mundo era feito de plurais reproduzíveis. O particular sempre surgia como representante provisório de uma série, e é por isso que o Estado colonial imaginava uma série chinesa diante de qualquer chinês e uma série nacionalista diante de qualquer nacionalista.

O Estado colonial não queria apenas colocar sob seu controle todos à sua vista, criando uma paisagem humana de plena visibilidade, a condição desta era que tudo e todos tivessem um número de série. A arqueologia é criadora de novas relações de ancestralidade através dos “monumentos antigos”, desenvolvidos por meio de rubricas classificatórias geográficas do tipo nacionalista. Constrói-se, portanto, uma série laica suscetível à fiscalização e reprodução ao infinito. O que importa não é o monumento em si, mas a “ligação arqueológica” que se faz com ele. A série reproduzível cria uma profundidade histórica, cujo logo resultante é caracterizado por seu vazio, ausência de contexto, intensidade visual e a infinita reproduzibilidade em todas as direções, reunindo censo e mapa, trama e urdidura em amplexo definitivo. Fica evidente, portanto, como estes monumentos museificados têm capacidade de esvaziar um sentido anteriormente dado e através de uma intensidade visual e sua infinita reproduzibilidade emergir um mecanismo de incorporação histórica. A narrativa do passado ganha um novo corpo, um novo sentido que deve ser visível para todos os sujeitos enumerados de um território delimitado.

Os princípios e métodos necessários para a descrição e representação das “superfícies” dos corpos humanos para a imaginação do Estado estava feita pelo censo, mas também eram necessários princípios e métodos para a descrição e representação das “superfícies” das regiões, como a cartografia. Ambos com a proposta de uma classificação totalizante. Só faltava integrar estes corpos ao espaço com a nova perspectiva que o Estado



queria incorporar a estes, feita de maneira poderosa pelos espaços museificados, com a arqueologia, escavação, cuidados e exposição de uma nova memória.

Organizar, selecionar, esquecer: contar o passado é sempre reinventar memórias. Assim indica Benedict Anderson, ao analisar a gênese do Estado-nação moderno. Para Anderson, o desenvolvimento da nação representou a emergência de um modo peculiar de solidariedade social, que se tornou historicamente possível devido a uma combinação entre imprensa e capitalismo e uma transformação antropocêntrica no conceito de tempo. Esta interação trouxe ao ocidente uma tecnologia e uma intencionalidade que, cada vez mais, proporcionariam a oportunidade de que um número maior de pessoas pudessem compartilhar uma mesma narrativa. Desse modo, laços imaginários se firmaram, através de livros, jornais, romances, representações visuais e sonoras, que sugerem uma mesma comunidade formada por sujeitos anônimos, desconhecidos entre si, mas que, no entanto, convivem simultaneamente, compartilhando os mesmos instantes em um tempo “vazio e homogêneo” e muitas vezes a mesma língua, mas principalmente uma fraterna, e materna, imagem da nação como um grupo de camaradagem horizontal, soberano em relação às demais organizações e restrito territorialmente. Fornecendo aos sujeitos um aparato simbólico sensível a tais questões existenciais, em um momento histórico no qual os sistemas anteriores de significado (impérios dinásticos e comunidades religiosas) estavam em crise, a nação forneceu uma narrativa, uma alternativa na maneira dos sujeitos construírem a própria identidade em relação ao grupo.

3. Organizar, selecionar e esquecer: reinvenção da memória e o caso da exposição “De Efoa à Unifal-MG: uma história de cem anos”

O Museu da Memória e Patrimônio (MMP) da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) teve sua criação aprovada em 2007 - resolução n. 018/2007 da Unifal-MG - por iniciativa da alta administração da Universidade e com intuito oficial de preservar a memória e o patrimônio da recém formada universidade e do histórico institucional que a consolidou como tal. Antes da Lei 11.154 de Agosto de 2005, que elevou-a ao nível de Universidade Federal, a instituição já carregava uma história de noventa anos. O MMP surge nesse processo e busca integrar suas ações e comunicações para atingir docentes, discentes, estudantes e moradores de Alfenas e “região”. A inauguração de uma das recentes exposições do MMP, intitulada “De Efoa à Unifal-MG: uma história de cem anos” foi feita em comemoração ao que a instituição universitária anuncia como centenário da Unifal-MG. Ela nos chamou a atenção por diversos fatores: 1) pela pretensão em *a-presentar* uma memória



de cem anos e assim fazer uma ligação histórica de uma instituição muito particular, Efoa, com a contemporânea Unifal-MG; 2) pela tentativa de construir a imagem de um passado comum, buscando formar laços entre diferentes e variadas identidades coletivas como, por um lado, os estudantes e professores da Efoa – bem como suas ações e antiga estrutura institucional – e, por outro, os discentes, docentes, técnicos e administração da Unifal-MG; e no intuito de legitimar essa imagem, no presente, através da ideia de herança comum, a exposição se vale do fator histórico dos “antigos” grupos e suas ações, procurando demonstrar como são integrados com os grupos atuais que compõe o total da universidade; 3) pela forma como a integração é representada imagetivamente através do ordenamento do espaço e dos objetos em exposição; 4) pelo uso de vitrinas e um espaço bem organizado, objetos etiquetados, classificados, sendo cada vitrina uma forte representação simbólica; 5) pela existência de uma exposição mais detalhada, entrando no “íntimo” das atuações dos grupos da Efoa, seguida por uma linha histórica que leva à formação geral da contemporânea Unifal-MG; 6) pela concepção da linha histórica em si.

Desta forma, como pudemos perceber em Anderson, os museus possuem um poder de legitimação de um passado e de unificação, formando narrativas que apresentam um passado comum e que sugerem a ideia de unidades históricas. A forma de comunicação mais direta com o público de um museu é através da exposição e essa, por sua vez atua através do processo de incorporação de heranças políticas num nível mais popular, deixando à vista pública uma descrição histórica. Proporciona, assim, a oportunidade de que um número maior de pessoas possa compartilhar uma mesma narrativa.

A criação de uma exposição é feita por meio da identificação de importantes objetos – materiais ou imateriais – para a história que se pretende contar, a classificação destes e o cuidado deste acervo, que enfim passa a ser exposto de uma maneira ordenada. Assim, esse patrimônio de potencial iconográfico e de logoização, é reproduzido numa nova gramática. Exemplo disso são os dados identificadores como as cores da exposição (azul e branca, como a bandeira da Unifal-MG) e as logos da Efoa e da Unifal-MG reproduzidas em bandeiras, objetos, documentos. Já a história do “território-geográfico” de atuação da antiga Efoa, narrada através das imagens e linha temporal dos casarões que ocupou e como se configura este território contemporaneamente com a Unifal-MG é um dos elementos da tentativa de expor o velho patrimônio da instituição e de preservação de uma nova memória. Mas por que nova memória?

O que a arqueologia da memória busca, com forte poder imagético, na exposição de tantos objetos, signos, insígnias, fotos, documentos é associar o passado ao presente, construindo uma nova proposta de memorização. É um “serviço arqueológico” que se presta



a “desenterrar” e descobrir, classificar, reproduzir e descrever, copiar e decifrar, cuidar e conservar. A arqueologia é criadora de novas relações de ancestralidade; o que importa não é o monumento, ou objeto em si, mas a “ligação arqueológica” que se faz com ele. Ou seja, a exposição seleciona diversos objetos e os reorganiza dentro de uma narrativa, assim apresentando uma sucessão de histórias das quais tomar conhecimento é o primeiro passo para construir a sensação de identidade. Introduzindo o expectador como parte desta sequência narrativa, a exposição sugere a existência de laços de pertencimento entre a biografia do mesmo e o modelo apresentado, de modo que o passado retratado torne-se um referencial comum para se pensar o presente e o futuro. Tomando como herança o prestígio das realizações da antiga instituição, trazendo seus feitos e contribuições no meio científico das ciências da saúde, na formação de sujeitos nesta área, na contribuição para a sociedade e para a escola em si, a exposição cria um contexto de reconstrução histórica destas ações, que são contadas e vinculadas à nova forma da instituição. Portanto, há uma função pedagógica e ideológica nesta exposição, logo que a criação de um modelo pretende representar e concretizar as projeções de determinados grupos.

Assim, em relação às questões que nos colocamos na introdução, nos parece que uma exposição como esta tem um forte potencial para ser analisada à vista do instrumental teórico de Anderson, pois organiza, seleciona e reinventa uma nova memória com intuítos políticos e, portanto, ideológicos e de forma pedagógica. Pensamos que este contexto analítico é fundamental para melhor compreendermos o papel da exposição, do museu na imaginação da comunidade universitária, por fim, para refletirmos sobre o desenvolvimento, implicações e consequências da criação de imagens que abarcam todas as pessoas. A exposição tem elementos que nos instigam a querer entender os mecanismos utilizados para que uma instituição centenária – Efoa – pode ser apresentada às pessoas como algo contemporâneo, bem como aqueles mobilizados para que as pessoas contemporaneamente se sintam vinculadas à essa história centenária. A resposta para esta pergunta certamente vem da imagem de Unifal-MG sugerida na narrativa apresentada pela exposição em questão.

4. Conclusão

Tendo em vista o poder pedagógico de transmissão ideológica e política do museu trazido por Anderson, constatamos a sua capacidade de incorporação de heranças políticas, portanto de dar uma nova forma a imagem do grupo através de uma narrativa simbólica, que usa e abusa das imagens, da comunicação pelos espaços e pela maneira de construção destes espaços como objetos, ao exemplo dos monumentos apropriados de um certo



período histórico e resignificados para uma nova construção simbólica que apresenta e reproduz um novo sentido. Assim observamos que o conceito de comunidade imaginada pode se estender muito além da especificidade da nação. Como o próprio autor indica, talvez não exista comunidade que não seja imaginada, além das pequenas comunidades selvagens, concretizadas no face-a-face do cotidiano.

De qualquer maneira, a imagem da comunhão necessita ser construída e *constantemente lembrada*. Se nas pequenas sociedades indígenas ela se faz por laços concretos de relações de parentesco, nas grandes sociedades modernas ela necessita ser elaborada de outra forma. Anderson demonstra que, nesse caso, as instituições burocráticas, a imprensa, a língua impressa, a alfabetização, a escolarização estatal obrigatória, os *mapas, censos e museus* foram importantes vias na criação de novas possibilidades de compartilhar narrativas e imaginar laços, difundi-los e legitimá-los. Desse modo, para Anderson, as representações divulgadas pelos museus e mapas foram importantíssimas para a consolidação da solidariedade nacional, representando, das mais variadas maneiras, uma narrativa que une todos os seus participantes em um destino comum, mesmo que para isso muitos conflitos devam ser esquecidos ou lembrados como apenas conflitos internos, submissos e posteriores à união do grupo. Para Anderson, tanto os sujeitos quanto as nações, devido a sua imersão no tempo moderno, estão condicionados a necessidade de se situarem dentro de uma narrativa secular e serial, o que gera a constituição de uma identidade específica: uma biografia que, selecionando certos elementos, dê conta de conectar as rupturas na consciência causadas pela oposição entre esquecimento e continuidade. Nesse sentido, os museus expressam uma maneira moderna de criar, divulgar e legitimar uma visão específica da comunidade ao fornecer um esquema que conecta os acontecimentos, apresentando-os em uma narrativa de lógica serial e secular, similar àquela com a qual os sujeitos organizam as próprias memórias.

Assim, parece-nos legítimo a apropriação desse instrumental analítico para pensarmos outras formas de comunidade. Muitos museus universitários parecem desempenhar um papel muito semelhante na formação de suas respectivas comunidades universitárias, especialmente quando é um museu voltado às questões da memória e do patrimônio, como o caso do Museu da Memória e do Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas. Seria um exercício importante examinar o papel do Museu da Memória e do Patrimônio da Unifal-MG na formação de uma imagem da comunidade universitária, especialmente num momento em que a instituição celebra seu centenário. cremos que observar as narrativas empregadas pelo Museu de um ponto de vista crítico é essencial para promover a autoconsciência do grupo em relação aos seus encontros e



potencialidades. Examinar a dimensão propriamente política da proposição de uma imagem que conecta o passado com o presente, procurando detectar o que é colocado como objeto de lembrança, bem como o que é colocado como objeto de esquecimento, poderia ser esclarecedor desse processo de formação de uma comunidade. Mas esse é um desafio para uma próxima oportunidade.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DESVALLÉES, André. **Conceitos-chave da Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.



PRESERVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E MUSEUS: A UTILIZAÇÃO DE ÍCONES DO PATRIMÔNIO CULTURAL POR INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS

Cecília Szenkowicz Holtman¹

Resumo:

A utilização de edifícios históricos e/ou simbólicos para abrigar museus é uma atividade que vem sendo posta em prática há muitos anos e nos mais diversos países, com muito sucesso. Além da preservação dos bens patrimoniais locais, o museu instalado em um edifício histórico/simbólico também atua como protetor deste monumento, proporcionando, muitas vezes, um novo uso para o espaço, o que garante uma economia de recursos, tanto de ordem ambiental como econômica. Neste artigo, pretende-se explicar como um bem edificado passou a ser considerado patrimônio cultural através de teorias arquitetônicas e documentos internacionais e demonstrar isso na prática, citando exemplos positivos de ocupação de áreas de interesse patrimonial por instituições museológicas no Paraná. A reutilização valoriza a estrutura histórica e as atividades museológicas e, ainda que não haja uma fórmula pronta para esta adaptação, ao se alinhar o tradicional com novas práticas sustentáveis, o resultado é uma série de vantagens que atinge a escala global.

Palavras-chave: Patrimônio, Sustentabilidade, Museus.

Abstract:

The use of historical and / or symbolic buildings to house museums is an activity that has been implemented for many years and in many different countries, with much success. In addition to the preservation of local heritage assets, the museum housed in a historic / symbolic building also acts as a protector of this monument, providing often a new use for the space, which ensures a saving of resources, both environmental and economic order. In this article, we intend to explain how a well built now considered cultural heritage through architectural theories and international documents and demonstrate this in practice, citing positive examples occupation areas of equity interest in museum institutions in Paraná. Reuse values the historical structure and museum activities and, although there is no set formula for this adaptation, to align the traditional with new sustainable practices, the result is a number of advantages that reaches the global scale.

Keywords: Heritage, sustainability, Museums.

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Responsável pela Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek em São José dos Pinhais – PR.



1. Apresentação:

Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado (CALVINO, 1990, p.15)...

É fato que o patrimônio cultural de uma comunidade não é apenas um objeto de consumo turístico, mas sim um ícone do cotidiano desta mesma, contribuindo para a qualidade de vida e servindo como matéria base para a construção do seu futuro. É ele quem garante o desenvolvimento durável e, ao mesmo tempo, sustentável de onde os indivíduos constituem a sua fundação. No entanto, de acordo com o Programa para Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro², citando a publicação “Managing disaster risks for world heritage”, produzida pela UNESCO, em 2010 na França:

As pesquisas estatísticas realizadas nos últimos anos sobre situações de risco não consideram o tema “patrimônio cultural”, mesmo reconhecendo a importância do papel do patrimônio em momentos de crise. O patrimônio é um bem intocável e um recurso não renovável. Insubstituível e de enorme valor simbólico. A perda total, e até mesmo pequenos danos, acarretam a perda do referencial afetivo de um povo e de uma geração (BRASIL, 2013, p. 12).

A eleição de um patrimônio está baseada em afetos e escolhas de caráter identitário, espacial e político, ou seja, escolhe-se aquilo que se quer evidenciar e aquilo que se quer esquecer. A memória destes afetos, em especial a coletiva, está hoje sob a tutela de uma instituição: o Museu - espaço promotor de argumentos éticos, culturais e políticos.

Chagas e Nascimento Junior (2009, p.21) sinalizam que o museu “é um processo e uma prática social que deve estar colocada a serviço da sociedade (...) e de seu desenvolvimento.” Ferramentas indispensáveis para o exercício do direito à memória e valorização da diversidade cultural, as atividades educacionais propostas pelos espaços museológicos permitem um empoderamento sociocultural mais crítico e consciente por parte tanto dos indivíduos como da comunidade onde está inserido e, até mesmo, tornando possível a formação do sentimento de alteridade por parte de outras coletividades.

Mas, como apontam os estudos reunidos por Costa (2006, p.26), para atender as suas funções e expectativas, o espaço museológico deve estar convenientemente instalado, seja num edifício projetado ou adaptado.

² Material produzido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).



Estas observações vão de encontro ao que Baracho (2013, p.07) evidencia já na abertura de seus estudos:

(...) nos primeiros anos do século XXI, surge a preocupação de identificar e fortalecer o significado que o patrimônio desempenha nas diferentes escalas, onde os bens culturais não possuem apenas valores históricos e/ou artísticos, mas também econômicos e ambientais: preservar com atitudes responsáveis não apenas do ponto de vista cultural, mas também social, econômico, com respeito ao meio ambiente e sem lesar seus verdadeiros valores, pois os bens culturais se inter-relacionam com a coletividade e os motores do desenvolvimento.

A utilização de edifícios históricos e/ou simbólicos para abrigar museus é uma atividade que vem sendo posta em prática há muitos anos e nos mais diversos países, com muito sucesso. Além da preservação dos bens patrimoniais locais, o museu instalado em um edifício histórico/simbólico também atua como protetor deste monumento, proporcionando, muitas vezes, um novo uso para o espaço, o que garante uma economia de recursos, tanto de ordem ambiental como econômica.

Ao entrar neste assunto, a ideia deste artigo é apresentar alguns exemplos desta prática de reutilização de espaços para abrigar museus, trazendo apontamentos importantes para que tal atividade possa ocorrer sem prejuízos históricos, culturais, ambientais e econômicos.

2. O Reconhecimento do Bem edificado como Patrimônio Cultural:

A questão da preservação/adaptação de bens arquitetônicos vem sendo discutida, principalmente a partir do século XIX com o advento das ideias preservacionistas. Tanto Rodrigues e Camargo (2010, p.143 a 145), como Baracho (2013, p.56,57) apontam para a polarização de ideias entre Ruskin (1819-1900) – de cunho não intervencionista, ou seja, a preservação sem levar em conta a questão da funcionalidade dos monumentos e Viollet-le-Duc (1814-1879) que defendia um uso às edificações. Também citado em ambas as pesquisas, as teorias do austríaco Riegl (1858-1905) procuraram estabelecer uma dimensão funcional para a preservação das construções, colocando que a ausência de uma função comprometeria a integridade do bem.

No entanto, é no período entre guerras que a questão da valorização de bens arquitetônicos ganha mais impulso, sob a égide³ dos nacionalismos, o que culmina na formulação de documentos internacionais como a Carta de Atenas (1931), que traça as

³ No sentido de amparo (nota da autora).



primeiras diretrizes legislativas de preservação de monumentos, ainda que com um caráter um tanto restritivo em termos de preservação e valorização (COSTA, 2012, p.13-15).

No Brasil, seguindo as ideias deste período, o governo de Getúlio Vargas cria, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) buscando, por meio da eleição de símbolos nacionais, fortalecer o ideal de Estado-nação.⁴

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, muitos aspectos presentes na Carta de Atenas foram reavaliados num novo documento denominado Carta de Veneza (1964), que enfatizou a “possibilidade do patrimônio adquirir função útil à sociedade”.⁵ Rodrigues e Camargo (2010, p.146) salientam que “esta carta delineou uma unidade metodológica para as intervenções nos bens culturais, inserindo a restauração no quadro social, econômico e cultural”.

Em 1972, a UNESCO promoveu a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, onde os princípios de monumentalização e patrimonialização ganharam maior visibilidade e, no Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu em 1975, a Declaração de Amsterdã introduziu as orientações para a viabilização da implantação de políticas de conservação integrada, instigando a reflexão sobre o entendimento do patrimônio cultural para além do objeto ou monumento atrativo (COSTA, 2012, p.19-20).

Assim, ao se consolidar as políticas de conservação integrada, atrelou-se à questão da funcionalidade de uma construção os diversos aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e urbanísticos, satisfazendo as necessidades presentes de um desenvolvimento sustentável, porém, sem abrir mão de sua dimensão histórica. Estudos publicados pelo *The Prince's Regeneration Trust* (2010)⁶ concluem que a melhor opção para uma edificação é a manutenção das atividades originalmente propostas. Mas, quando isso não é possível, uma nova função deve ser iniciada, observando aquilo que é mais viável economicamente e aquilo que o proprietário ou a comunidade local quer ou necessita.

3. Práticas sustentáveis entre paredes e memórias:

Por desgraça, não é raro que primeiro se desenhe o edifício e depois se pense para o que ele serve, ou que a arquitetura se imponha a função, tendo que adaptar-se os serviços aos espaços e não o contrário (AGUILETA, 2000, *apud* ALENCAR e SÁ, 2011, p.250).

⁴ Idid. p.09.

⁵ Op.cit. p.15.

⁶ Citado por Baracho (2013, p.66).



Sabe-se que a preservação de um patrimônio cultural, em especial os bens imóveis deve integrar-se às estratégias de gerenciamento sustentáveis, o que não diminui a obrigação na preservação dos mesmos. No entanto, a adaptação destes edifícios em museus tem como grande desafio o estabelecimento de um modelo ideal de segurança, pois cada construção apresenta características distintas que variam desde o estilo arquitetônico, seu valor histórico, sua localização, além do próprio acervo a ser acondicionado neste espaço (ONO e MOREIRA, 2011, p.24).

O trabalho de um museu concentra diversas dimensões, entre elas, a dimensão cultural e a dimensão histórica e todas elas convergem para a preservação/conservação dos bens patrimoniais de uma determinada sociedade, tanto nos aspectos materiais quanto nos imateriais. No entanto, neste momento:

É indispensável fazer a distinção entre acervo institucional (aquele que foi adquirido e incorporado pela instituição) e acervo operacional (aquele que não pertence à instituição, mas que poderá ser utilizado por ela, tais como: monumentos, edificações, sítios históricos e arqueológicos, jardins, praças, ruas, marcos de memória e outros documentos) (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR, 2009, p.17).

Para se trabalhar estas dimensões no contexto da sustentabilidade, se faz necessário que haja um tratamento das informações, direcionando-as para a realidade de cada museu e seu local de instalação.

Exemplos de espaços icônico-históricos não faltam. Até porque:

(...) no caso brasileiro, a ideia de patrimônio histórico e artístico nacional determinou por um longo período o foco das ações de tombamento e conservação, principalmente nos ditos bens de pedra e cal, fazendo do edifício o objeto preferencial do sistema público oficial de preservação. O que gerou certa dificuldade para entender a preservação além da conservação de coisas, especialmente de edifícios (CONDURO, 2012, p.137).

Mas Rodrigues e Camargo (2010, p.141) complementam:

A funcionalidade de uma obra arquitetônica suscita diversas reflexões, pois, além de seu papel simbólico relativo às representações sociais, é amplamente reconhecida a necessidade de uma destinação útil para a preservação de qualquer bem, já que o abandono é uma das principais causas de degradação dos monumentos.

A reutilização de espaços com forte apelo histórico/simbólico pode ser considerado um fator relevante para a reversão de áreas de degradação urbana, como mostram Vera de Alencar e Paulo de Sá (2011, p.249) ao relatarem as experiências do Museu da Chácara do Céu, no Rio de Janeiro. No Paraná também encontram-se exemplos de espaços de importância histórica para as comunidades e que foram transformados em museus,



ajudando não só a preservar a memória coletiva, mas também os espaços físicos, minimizando os impactos ambientais de uma nova construção e/ou demolição. Para citar alguns:

- Museu Paranaense: inaugurado em 1876, é o primeiro museu do Paraná e o terceiro do Brasil. Desde sua inauguração, já ocupou seis sedes, estando atualmente instalado no Palácio São Francisco, em Curitiba, construção datada de 1929 e projetada inicialmente como residência da família Garmatter. Esta propriedade foi adquirida em 1938 para a instalação da sede do Governo Estadual e, posteriormente, em 1961, o espaço abrigou o Tribunal Regional Eleitoral, passando neste momento por uma ampliação. O prédio original foi tombado em 1987. Em 2002, iniciou-se a restauração do Prédio para abrigar a sétima sede do Museu Paranaense, inaugurada oficialmente em 19 de dezembro de 2002.⁷



Imagem 1: Museu Paranaense. Fonte: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br>. Acesso em 03 de abril de 2015

- Museu dos Campos Gerais: idealizado pela iniciativa da própria sociedade pontagrossense, hoje o Museu está sob a tutela da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Sua sede oficial é o prédio do antigo Fórum da Cidade, construção inaugurada em 1928, de estilo eclético e que procurava exprimir, na época, a afirmação da autoridade e do poder judiciário. Tombado pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná em 1990, o prédio atualmente passa por processo de

⁷ Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br>. Acesso em 03 de abril de 2015.



restauração e o Museu ocupa provisoriamente o edifício do antigo Banco do Estado do Paraná – Banestado.⁸



Imagem 2: Museu dos Campos Gerais. Fonte: <http://www.pitangui.uepg.br/museu> Acesso em 03 de abril de 2015.

- Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek: criada através do Decreto municipal nº 1541 de 25 de julho de 2006, este espaço museológico dedicado à memória da imigração polonesa para São José dos Pinhais está instalado na antiga escola e residência das Irmãs da Sagrada Família, na Colônia Murici. O prédio teve sua construção original em madeira, datada de 1907, passando por uma grande reforma em 1920 e adquirindo o aspecto externo atual em alvenaria. Este espaço serviu como escola até 1971 e como residência das irmãs até 1980. Desde então, o prédio de propriedade da paróquia local serviu aos moradores de diferentes formas: como unidade de saúde, agência bancária, sub-prefeitura, até que em 1999, numa ação conjunta entre a municipalidade e a paróquia, o prédio passou por nova reforma interna para abrigar a escola municipal até que as instalações oficiais desta estivessem prontas. Em 2006 o espaço foi cedido pela comunidade para a instalação do museu, cuja administração se dá pela Secretaria de Cultura do município. Apesar de ser espaço de interesse da municipalidade, o local ainda não tem registro de tombamento.⁹

⁸ Disponível em: <http://www.pitangui.uepg.br/museu> Acesso em 03 de abril de 2015.

⁹ HOLTMAN, 2012, p.09.



Imagem 3: Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek. Fonte: Holtman, 2014.

Assim como no exemplo citado por Alencar e Sá (2011, p.254), os museus descritos acima estão instalados em construções que não previam inicialmente seu uso como espaços museológicos. Isso acaba gerando uma série de problemas e dificuldades, associadas, principalmente à falta de infraestrutura e segurança, tanto das pessoas que frequentam o espaço (visitantes e funcionários), quanto do próprio acervo e da estrutura física.

Mas estas dificuldades não devem se sobrepor às vantagens do reaproveitamento e edifícios. Baracho (2013, p.150) alerta que a alteração de uma edificação histórica em um museu agrega ao significado ambiental e econômico os significados histórico e identitário. Por isso, é preciso encontrar um equilíbrio entre o acervo e a edificação para que os dois possam manter sua integridade. Daí a necessidade de estudos prévios sobre a viabilidade da ocupação do espaço por uma instituição museológica, verificando os sistemas estruturais (hidráulica, elétrica, segurança) e a definição dos espaços (reserva técnica, salas de exposição, setor administrativo).

4. Conclusão:

Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 1990, p.15).

Ao se adaptar espaços culturais, principalmente para abrigar museus, deve-se ter em mente que esta reutilização valoriza ainda mais a estrutura histórica e as atividades que acontecem neste espaço. Por ser uma atitude sustentável, agrega às dimensões histórica e identitária, os fatores ambientais e econômicos.



Porém, qualquer que seja o estilo arquitetônico ou a função anterior para o qual foi construído o espaço, estas novas instalações devem ser adequadas para que a instituição possa desenvolver plenamente suas funções de pesquisa, conservação e comunicação.

Não há uma fórmula pronta para esta adaptação. Somente baseando-se nas características individuais de cada local é que será possível diagnosticar eventuais problemas, bem como suas correções.

Alinhando-se o tradicional ao uso de novas práticas sustentáveis e tecnológicas em prol da preservação dos bens patrimoniais, o resultado será uma série de vantagens, não só para a própria edificação, mas para a comunidade em que está inserido e, numa escala global, para toda a humanidade.

Referências:

ALENCAR, Vera de; SÁ, Paulo de. Museu e Arquitetura: A Construção do edifício anexo ao Museu da Chácara do Céu. In: **Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, nº5. Brasília, Instituto Brasileiro de Museus, 2011, p.248-257.

BARACHO, Anna Sophia Barbosa. **Patrimônio Sustentável: Reflexões sobre as melhores práticas anglo-saxônicas aplicadas a edificações culturais**. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável). Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013, 161 p.

BRASIL. **Programa para Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus/Coordenação de Patrimônio Museológico, 2013, 41p.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, 150p.

CHAGAS, Mario de Souza; NASCIMENTO JUNIOR, José do (Org). **Subsídios para a criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009, 40p.

CONDURO, Roberto. Artíficos para inventar e destruir – arquitetura, história, preservação cultural. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº34/2012 – História e Patrimônio. Organização Márcia Chuva. Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ministério da Cultura, 2012, p.131-145.

COSTA, Evanise Pascoa (Org). **Princípios Básicos da Museologia**. Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura, 2006, 104p.

COSTA, Everaldo Batista. Patrimônio e Território Urbano em Cartas Patrimoniais do Século XX. In: **Finisterra, XLVII, 93**, 2012, p. 05-28.

HOLTMAN, Cecília Szenkowicz (Org). **Plano Museológico da Casa da Cultura Padre Karol Dworaczek**. São José dos Pinhais, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, 2012, 33p.

_____. Acervo digital particular, pasta 2014.

ONO, Rosaria; MOREIRA, Kátia Beatriz Rovaron. **Segurança em Museus – Cadernos Museológicos vol 1**. Brasília, Instituto Brasileiro de Museus/Ministério da Cultura, 2011, 166p.



RODRIGUES, Angela Rósch; CAMARGO, Mônica Junqueira de. O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo. In: **Revista CPC**, São Paulo, nº 10, maio/outubro 2010, p. 140-165.

Sites Visitados:

Museu Paranaense: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br>. Acesso em 03 de março de 2015.

Museu dos Campos Gerais: <http://www.pitangui.uepg.br/museu>. Acesso em 03 de abril de 2015.



REPRESENTAÇÕES NO PÓS-MORTE: O CASO DE ALEXANDRE O GRANDE.

Estela de Melo Faria¹

Resumo:

As coleções presentes nos acervos dos museus podem nos trazer uma diversa gama de informações sobre sociedades e seus governantes, principalmente as da antiguidade. O texto abaixo tem como objetivo analisar como as representações de Alexandre, o Grande continuaram sendo feitas após sua morte por meio de suas cunhagens presentes no acervo do Museu Histórico Nacional.

Palavras-chave: Alexandre, o grande, Numismática, Representações, Pós-morte.

Abstract:

These collections in museum collections can bring in a diverse range of information on companies and their leaders, especially those of antiquity. The text below is to analyze how representations of Alexander the Great continued to be made after his death through their coinage present in the National History Museum collection.

Keywords: Alexander the Great, Numismatic, Representations, Postmortem.

¹ Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/ UFRJ, sob a orientação do Prof. Dr. André Chevitarese. Bolsista CAPES.



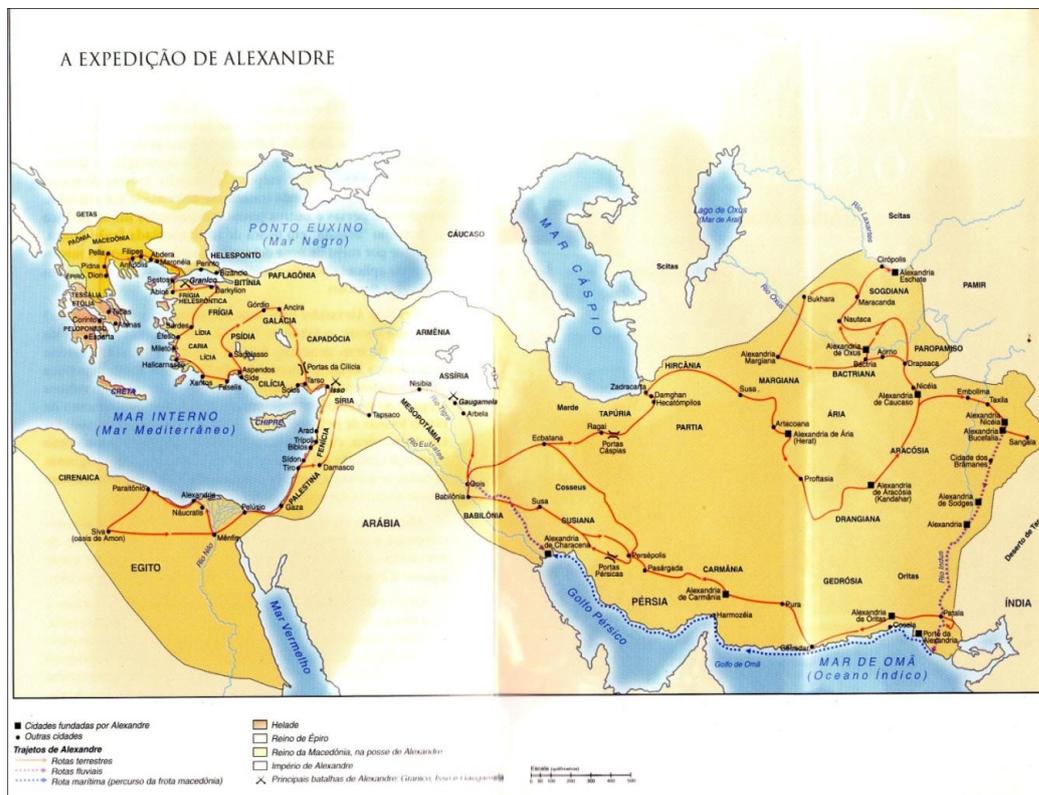
Introdução:

Alexandre Magno, nascido no ano de 356 a.C. e falecido no ano 323 a.C., descendia do lado paterno de Heracles, e do lado materno dos Eacides. Filho de Felipe II e Olimpia desde sua concepção teve auspícios que indicariam sua ascendência divina,

Algum tempo depois do casamento, [Filipe] sonhou que marcava com um sinete o ventre da esposa, e que no sinete estava gravado um leão... interpretação dos adivinhos... Aristandro de Tilmeso, afirmou que o sonho indicava a gravidez da rainha[...] 'um filho que terá a coragem de um leão'. (PLUTARCO, 2005, p.25).

Com a morte de seu pai assume o império aos 20 anos, e a partir daí inicia sua campanha expansionista em direção a Ásia, tomou as providencias que julgou necessárias para que a Macedônia não tivesse problemas com sua longa ausência.

Quando nos voltamos para a questão monetária na Macedônia percebe-se que já no governo de Felipe 'os depósitos minerais dentro do reino e no Império Balcânico eram posse pessoal do rei e, já no inicio do reinado de Felipe, as técnicas de mineração foram enormemente aperfeiçoadas' (HAMMOND, 2005, p.71).





Devido a grande posse de metais nobres, várias moedas foram cunhadas durante seu governo, o que nos permite estudar o império de Alexandre através das cunhagens que chegaram até os dias atuais. Sua representação sempre o mostrava como um deus na terra. Ele era muito ligado a suas ascendências divinas e sempre que podia as exaltava.

O rei fez cunhar moedas, destinadas especialmente a retribuir seus mercenários e pagar o provimento de seu exército. Houve assim, durante os anos que se seguiram à conquista, um considerável crescimento da massa monetária em circulação, cujo efeito teria sido o de diminuir o valor do ouro e da prata. Os reis persas cunhavam, sobretudo moedas de ouro, ocasionalmente de prata. Muito depressa, no entanto, o bimetalismo conservado por Alexandre cedeu ao monometalismo prata que era tradicional no mundo grego. O fato importante é que não somente o uso dessas moedas se espalhou as regiões que até então haviam praticamente o ignorado, mas que, além disso, seguindo o modelo de Alexandre, seus sucessores adotaram o padrão ático que se generalizou por quase toda parte, salvo em Rodes, fiel ao seu particularismo, e no Egito, onde os Lágidas escolheram depressa um padrão mais leve talvez em razão de maiores dificuldades de conseguir o metal bruto... (MOSSÉ 2001, p 152).

A cunhagem monetária associada ao retrato e à propaganda configurava dois aspectos intimamente ligados nas sociedades greco-romanas. As moedas, por sua vez, associavam-se a um e a outro, também em forma muito íntima. Elas não apenas são instrumentos importantes para estabelecer a datação de documentos e eventos que chegaram até nós sem seu contexto original, como são de grande valia na nossa compreensão das imagens que contêm.

Cada parte da moeda traz determinadas informações:

Anverso, vulgarmente conhecido como "cara", encontramos geralmente o busto do governante ou mandatário. **Reverso**, lado oposto (coroa), representação mais significativa. **Legenda**, inscrições encontradas no anverso / reverso. **Campo** corpo da moeda. **Eixo ou Alto Reverso**, seguindo o sentido do relógio para diferenciar as peças variantes cunhadas na mesma casa ou casas monetárias diferentes. **Exergo ou Linha de Terra**, sigla localizada no reverso da moeda (abaixo da representação), indica a casa monetária de origem. **Bordo** cantos da peça. (CARLAN, 2006: 4, grifos no original).

Assim, o tipo monetário de anverso, vulgarmente conhecido como cara, nos mostra a representação. Ainda que o seu significado, indicado pela legenda que a acompanha e pelo



tipo do averso, possa aparecer como uma interpretação original em relação ao modelo, muitas vezes tipos monetários e modelos tem o mesmo sentido.

A conexão óbvia entre os reis e suas moedas nos permite apreender novos fatos importantes sobre a personalidade do monarca, sua propaganda, postura, religião, arte, e particularidades em épocas de guerra e de paz. (HOLT, 1999, p. 67).

As moedas, assim sendo, carregam a mensagem precípua do emissor em seus reversos. Seus símbolos trazem as virtudes do monarca como estadista, político, conquistador, piedoso e representante legítimo do cargo que lhe é conferido. Também se pode ver, nos reversos, a prosperidade de uma era, visando a engrandecer seus feitos e apresentar seus soberanos como distintos e autênticos emissários divinos (CARLAN, 2008, p. 12).

A morte de Alexandre:

Como foi presente em toda a sua vida, os presságios também não faltaram na ocasião de sua morte.

Uma tarde, o rei, tomado subitamente pelo cansaço, levantou-se do trono, depositou nele o diadema e o manto púrpura e dirigiu-se para um tanque do jardim a fim de se banhar. Conforme o hábito, seus amigos o seguiram, enquanto os eunucos permaneceram imóveis. Entrementes, um desconhecido atravessou a passos lentos a fileira de eunucos, que segundo os costumes persas, não tinham o direito de intervir, subiu um a um os degraus do trono, colocou o diadema e a púrpura e sentou-se no lugar do rei, olhando fixamente para a frente. Os eunucos rasgaram suas vestes, bateram no rosto e no peito e deram gritos de horror ao verem esse presságio fatal. (DROYSEN, 2010, p. 499/500).

As tradições contam que a doença de Alexandre provocou uma extraordinária consternação no exército e na cidade. Alexandre morreu depois de doze anos de constante campanha militar, sem completar os trinta e três anos, como resultado de uma febre que não o permitiu recuperação.

Aristobulo relata simplesmente que acometido de febre e padecendo profunda alteração, bebeu mais vinho, que logo depois, caiu em delírio, morrendo aos trinta do mês de Desius... ninguém, então, suspeitou de envenenamento.[...] depois da morte de Alexandre, surgiu a cisão entre seus generais e, durando a discordia muitos dias... (PLUTARCO, 2005, p. 77)



Os Epígonos iriam gastar gerações seguidas em conflitos. Apenas Seleuco esteve prestes a reunificar o império (faltando o Egito) por um curto espaço de tempo. Os seus sucessores fizeram o que puderam para manter o helenismo vivo: gregos e macedônios foram encorajados a emigrar para as novas cidades. Alexandria no Egito teve um destino brilhante devido aos cuidados dos ptolomaicos: tornou-se um porto internacional, um centro financeiro e um foco de cultura graças à biblioteca; mas outras cidades como Antióquia, Selêucida do Tigre e Éfeso também brilharam. Reinos no oriente, como os greco-bactrianos (Afeganistão) e greco-indianos, expandiram o helenismo geograficamente mais do que Alexandre o fizera.

No Brasil, o estudo da numismática é ainda incipiente, não obstante possuímos gigantesco tesouro no Museu Histórico Nacional (CARLAN, FUNARI, 2012, p. 78). Uma boa descrição sobre o espaço é a seguinte:

Atualmente o MHN ocupa todo o conjunto arquitetônico da antiga ponta do Calabouço, local onde se encontrava instalado originalmente o Forte de Santiago, construído em 1603, ao qual se acrescentou a Prisão do Calabouço (1693) - destinada a escravos faltosos - a Casa do Trem (1762) - depósito do "trem de artilharia", responsável pelo deslocamento interno de armas e munições, o Arsenal de Guerra (1764) e o Quartel do Exército (1835). Foi no portão principal do Museu, durante uma recepção aos veteranos da Guerra dos Canudos (1896 – 1897), que o Marechal Carlos Machado Bittencourt (1840 – 1897), morreu a golpes de punhal, defendendo o presidente Prudente de Moraes (1841 – 1902) (CARLAN, 2010, p. 24)

Ademais, o Museu Histórico Nacional comporta o maior acervo numismático da América Latina, com cerca de 120 mil moedas e medalhas (CARLAN, 2010, p. 25). Esse acervo do Museu Histórico Nacional, contém 27 peças do período Alexandrino, sendo 7 cunhagens póstumas do imperador. Para tal estudo serão utilizados três exemplares, dois com datação postuma, e um com datação contemporânea ao imperador, para comparação.

Nro	País de Origem	Espécie	Governante/ Localização	Mat	Data	Peso (g)	Diâmetro- mm (Ø)
3	Macedônia	Tetradracma	REGES: CUNHAGEM POSTUMA - AMPHIPOLIS	AR	318- 308	16,94	25,2- 26,1



4	Macedônia	Stater	REGES: ALEXANDER III MAGNUS - AMPHIPOLIS	AR	331	8,18	18,7- 19,1
23	Macedônia	Tetradracma	REGES: CUNHAGEM POSTUMA – BIBLOS	AV	316- 315	17,1	26,3- 28,4

Tabela de dados gerais sobre as cunhagens.

Descrição Sumaria das Moedas Postumas:

Exemplar sob nº 3:

Anverso: Cabeça de Hercules, voltada a direita coberta com a típica pele de Leão

Reverso: Zeus sentado em um trono, virado à direita, segurando na mão esquerda um cetro e na mão direita uma águia. A direita vem a inscrição de titularidade Aleksandrou <de Alexandre>. No campo da moeda consegue se encherger uma coroa, em baixo do assento Γ°.



(modelo de anverso- Foto: Museu Historico Nacional)

Exemplar sob nº 23:

Anverso: Cabeça de Hércules, voltada a direita coberta com a típica pele de Leão.

Reverso: Zeus sentado em um trono à esquerda com um cetro na mão esquerda e na mão direita uma águia. A direita vem a inscrição de titularidade Aleksandrou <de Alexandre>. No campo da moeda abaixo do trono Θ.

Como podemos reparar não existem diferenças muito grande entre os dois exemplares analisados. No reverso do segundo exemplar Zeus está a esquerda e não a direita como no primeiro exemplar. Uma outra diferença a ser reparada é que os símbolos presentes no campo da moeda são diferentes nos dois casos (Γ° e Θ).



Descrição sumaria do exemplar contemporâneo:

Exemplar sob nº 4:

Anverso: Cabeça de Hercules, voltada a direita coberta com a típica pele de Leão

Reverso: Zeus sentado em um trono, virado à direita, segurando na mão esquerda um cetro e na mão direita uma águia. A direita vem a inscrição de titularidade Aleksandrou <de Alexandre>.

A datação dessa moeda é de 331 a.C e é do tipo Stater, diferentemente dos exemplares postumos que são Tetradracmas, nota-se que os mesmos elementos estão presentes nos três exemplares. Ou seja não há grandes diferenças presentes nos dois tipos de moedas.



(Modelo de reverso- Foto: Claudio Umpierre Carlan)

Significado dos Signos presentes:

Hércules (Héracles): É o herói mais popular e mais célebre de toda a mitologia clássica, as lendas em que aparecem estão presentes desde a época pré-helênica até o fim



da antiguidade clássica. Os mitógrafos antigos distinguem três grandes categorias das lendas de Heracles: 1) a dos doze trabalhos; 2) suas façanhas independentes; e 3) as aventuras secundárias decorrentes do comprimento dos 12 trabalhos. No pensamento místico os trabalhos de Hércules vieram prefigurar as provações da alma que se liberta progressivamente da servidão do corpo e das suas paixões até a deificação final.

Se considerarmos como de ordem psíquica e moral, por transposição dos obstáculos sob os quais triunfou ele seria o representante idealizado da força combativa, o símbolo da vitória (e da dificuldade da vitória) da alma humana sobre as suas fraquezas.

Leão: A forma do leão torna compreensível e a autoridade e a força invencível das inteligências santas, este esforço soberano veemente indomável para imitar a majestade divina, assim como o segredo perfeitamente divino concedido aos anjos, de envolver o mistério de deus em sua obscuridade majestosa (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2009, p. 538). O leão se liga a Hércules também pelo fato dos doze trabalhos empreendidos por ele, sendo o primeiro derrotar o leão da cidade de Nemeia.

Zeus: É o mais importante deus do panteão é essencialmente o deus da luz e do raio, no pensamento helênico os valores cósmicos foi perdido pelos deuses, por isso Zeus não será identificado com o céu. Homero em seus poemas cria a personalidade de Zeus: “rei dos homens e dos deuses, deus que reina nas alturas luminosas do céu” (GRIMAL, 1951 p. 468). Grande parte do Tempo Zeus permanece no Olimpo, mas ele também viaja, ele não preside apenas as manifestações celestes (como lançar o raio e a chuva), sobretudo ele mantém a ordem e a justiça no mundo. É o distribuidor do bem e dos males.

Deus da luz, é o soberano pai dos deuses e dos homens. A concepção de Zeus como divindade suprema e força universal desenvolveu-se a partir dos poemas Homéricos e chegou entre os filósofos helenísticos, a concepção de uma providência única.

Águia: Rainha das aves, encarnação, substituto ou mensageiro da mais alta divindade uraniana e do fogo celeste. Exprime a um só tempo sua ascensão e sua realeza. Símbolo de tamanha importância, que não existe nenhuma narrativa, ou imagem, histórica ou mítica, tanto em nossa civilização quanto em todas as outras, em que a águia não acompanhe, ou mesmo não os represente, os maiores deuses e os maiores heróis: é o atributo de Zeus (Júpiter). (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2009, p 22),



Cetro: O cetro prolonga o braço, é um sinal de força e de autoridade suprema. Ele simboliza, principalmente, a autoridade suprema: ...modelo reduzido de um grande bastão de comando: é uma vertical pura, o que o habilita a simbolizar, primeiramente, o homem enquanto tal; em seguida, a superioridade desse homem feito chefe; e, enfim o poder recebido de cima. (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2009, p. 226). No frontão do templo do Olimpo erguia-se um Zeus majestoso, ao centro do templo num trono ricamente decorado, uma estatua de ouro e marfim, segurando na mão esquerda um cetro com uma águia: o senhor do universo.

Podemos perceber que todos os elementos presentes nessas cunhagem exprimem aquilo que Alexandre sempre prezou em vida: sua divindade. Ele é comparado não apenas com Hércules, o maior de todos os heróis, mas também a Zeus, o deus de todos os deuses. Para fazer essas comparações, em vida ele utilizava da linhagem de sua família que remetiam a esses dois personagens. Os símbolos secundários presentes vem para complementar os elementos principais, nos mostrando que também exprimem autoridade e na maioria das vezes seus significados estão ligados aos símbolos principais.

Entretanto, ao olharmos para um conjunto maior de peças, considerando outras coleções externas ao Museu Histórico Nacional, pode-se perceber que após a morte de Alexandre os impérios que surgiram do esfacelamento daquele que ele construiu utilizaram da imagem do imperador morto para dar legitimidade aos novos impérios. Dahmen, faz um levantamento em moedas que contém representações de Alexandre, o grande em moedas da Grécia e Roma antigas, datando do período de 320 a.C. a 400 d.C. No período Alexandre é um símbolo de grande importância nos tempos de insegurança e do frágil equilíbrio do poder durante a genesis dos primeiros reinos helenísticos. Sua representação vestindo um escalpo de elefante se tornou um símbolo internacional da vitória, um sinal precioso da virtude militar do solo egípcio. (DAHMEN, 2007).

Conclusão:



Diante das análises feitas pode-se concluir que, ao menos quando se trata do acervo do Museu Histórico Nacional, as cunhagens que retratam Alexandre, o Grande após sua morte não apresentam grandes diferenças em relação as que foram cunhadas enquanto ele ainda estava vivo.

Os símbolos que ele utilizava enquanto vivo continuaram presentes nos exemplares póstumos, continuando associando-o com divindades como Zeus e o herói Hercules, que foram cultuados por ele durante toda sua vida.

Quando confrontamos com peças de outros acervos e de um período mais amplo vemos uma mudança ocorrer, Alexandre passa a ser a divindade que dá legitimidade aos impérios que surgem no seu pós-morte, surgindo mudanças como a presença da escalpe de elefante em detrimento da de leão como modo de representar sua estadia na Ásia e a adesão a alguns costumes persas. Essas representações serão utilizadas especialmente no início de Helenismo.

Referências

BOWDER, Diana. **Quem foi quem na Grécia Antiga**. Tradução de Maristela Ribeiro de Almeida Marcondes. São Paulo: Art Editora S.A. Phaidon Press Limited, 1982.

CARLAN, Claudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo A. **Moedas: a numismática e o estudo da história**. São Paulo: Annablume, 2012.

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. 23ª Ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melin, Lucia Melin. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 2009.

DROYSEN, Johann Gustav. **Alexandre o Grande**. Tradução: Trad. Regina Schöpke; Mauro Baladi. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

FARIA, Estela M. **Alexandre da Macedônia: cunhagens com aspectos de propaganda**. *Cadernos de Clio*, v. 2, p. 85-97, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. CARLAN, Cláudio Umpierre. **Arqueologia Clássica e Numismática**. Textos didáticos nº 62. Campinas: UNICAMP/ IFHC, 2007.

HAMMOND, N. G. L. **O Gênio de Alexandre, o Grande**. Tradução de Julia Vidili. São Paulo: Madras, 2005.

HOLT, Frank. **Thundering Zeus. The Making of Hellenistic Bactria**. University of California Press, London, England. 1999.

MAGALHÃES, Maricé Martins. **Sylloge Nummorum Graecorum**. Rio de Janeiro, 2011.

MOSSÉ, Claude. **Alexandre o Grande**. Tradução: Anamaria Skinner. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.



Plutarco. **Alexandre e Cesar vidas comparadas**. Tradução de Helio Vega. São Paulo: Editora Escala

SANT'ANNA, Henrique M. de. **Alexandre Magno: a paixão da guerra**. Coimbra: Imprensada Universidade de Coimbra, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. Kalina; Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. (org.) 2ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

TROXELL, Hyla A. **Studies in the Macedonian coinage of Alexander the Great**. The American Numismatic Society. Printed in Belgium at Cultura, Wetteren, 1997.



CIDADANIA NO MUNDO GLOBALIZADO: O PAPEL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Fernanda Camargo Penteado¹

Erivelto Luciano Alves²

Resumo:

O presente artigo aborda os efeitos da globalização na vida do cidadão. Busca esclarecer o que vem a ser a verdadeira cidadania, bem como analisar o atual contexto de globalização, seus principais efeitos, positivos e negativos, sobre a vida dos cidadãos globais. Em um contexto de crise das instituições político-estatais em razão da globalização hegemônica é preciso redimensionar o sentido da cidadania dentro da nova realidade planetária, tendo como principal referência a reconstrução do sujeito sem negar a importância das diferenças culturais num mundo cada vez mais plural. O estudo proposto foi realizado na forma de artigo científico com abordagem qualitativa, realizada através de levantamento bibliográfico de artigos científicos, doutrinas e revistas que interessaram ao tema. O método de abordagem foi o indutivo, pois parte de um fenômeno para chegar a uma conclusão geral por meio da observação e de experimentação, descobrindo-se a relação existente entre dois fenômenos para se generalizar.

Palavras-chaves: Cidadania. Globalização. Patrimônio Cultural.

Abstract:

This article discusses the effects of globalization on the lives of citizens. Search clarify what comes to be true citizenship, as well as analyze the current context of globalization, its main effects, positive and negative, about the lives of global citizens. In a context of crisis of political and state institutions based on hegemonic globalization is necessary to resize the meaning of citizenship within the new global reality, the main reference to reconstruction of the subject without denying the importance of cultural differences in an increasingly pluralistic world. The proposed study was conducted in the form of a scientific paper with a qualitative approach, conducted through literature review of scientific articles, doctrines and magazines that interested the subject. The method of approach was inductive, as part of a phenomenon to reach a general conclusion through observation and experimentation, discovering the relationship between two phenomena to generalize.

Keywords: Citizenship. Globalization. Cultural Heritage.

¹ Mestre em Desenvolvimento Sustentável, Qualidade de Vida e Políticas Públicas - UNIFAE, Professora do curso de Direito da Faculdade de Direito do Instituto Machadense de Ensino Superior (IMES) mantido pela da Fundação Machadense de Ensino Superior e Comunicação (FUMESC) – Machado/MG.

² Acadêmico do 9º período da Faculdade de Direito do Instituto Machadense de Ensino Superior (IMES) mantido pela da Fundação Machadense de Ensino Superior e Comunicação (FUMESC) – Machado/MG.



INTRODUÇÃO. 1 CIDADANIA. 1.1 Considerações iniciais sobre cidadania. 1.2 Evolução da cidadania no contexto mundial e no Brasil. 1.3 Considerações gerais da cidadania no Direito. 2 GLOBALIZAÇÃO. 3 PATRIMÔNIO CULTURAL. 4 CIDADANIA, GLOBALIZAÇÃO E O PAPEL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.

Introdução

A cidadania é um dos institutos mais importantes da sociedade que garante o exercício dos direitos do indivíduo/cidadão. Tem a ver com a identidade, corresponsabilidade e o pertencimento a uma coletividade, sendo elementos decisivos para a concretização de sujeitos cidadãos. (JACOBI, 2003). E constitui um dos fundamentos do Estado Democrático de direito, conforme prescreve inciso II do art. 1º, Constituição Federal (CF) de 1988, a cidadania.

Exercendo a cidadania a pessoa participa ativamente nas decisões da sociedade, seja por meio direto ou indireto. Por meio direto através do próprio cidadão e por meio indireto através de representantes eleitos pelo povo. É através da cidadania ativa que sujeitos cidadãos, portadores de direitos e deveres, conquistaram novos espaços de participação. (JACOBI, 2003).

Para concretizar a cidadania o cidadão tem a responsabilidade, o direito e o dever de participar dos processos decisórios políticos. Quando a pessoa se vê como parte integrante da sociedade ela, passa a ser possuidora de direitos e deveres e ao exercê-los, exerce a cidadania.

A globalização surgiu com a finalidade de se criar um cidadão universal, e conseqüentemente, interferiu na cidadania. A princípio o cidadão deve ser considerado no seu aspecto local, ou seja, em sua relação com o seu município, após com seu Estado e por último com a sua nação. Nesse contexto, podem ser citados os artigos constitucionais que versam a respeito da descentralização legislativa e administrativa que toca os entes federados. Traçando um paralelo entre as normas destes artigos com o aspecto “ser cidadão”, leva-se a entender que o indivíduo deve primeiramente estar preparado para enfrentar a análise das necessidades de seu município, o que o habilitará a buscar melhorias para o seu estado e nação. Um indivíduo que não se reconhece cidadão munícipe, não estará apto a ser cidadão no aspecto *lato*.

A globalização a contrário *sensu* busca criar um cidadão universal, sem levar em conta os aspectos culturais e históricos do local onde o indivíduo se insere. Por isso que é



difícil ser cidadão em um mundo globalizado, onde o individual não tem importância. Assim, a globalização interfere de forma negativa na cidadania, pois cria um indivíduo que seria cidadão do mundo e não só de sua nação. E, conseqüentemente, adquire uma cultura universal e não local.

A globalização une as mais diversas culturas em um único indivíduo e, ocasiona a perda da cidadania da pessoa, visto que ela produz uma mistura de culturas. Diante desse cenário criam-se indivíduos que deixam de exercer sua cidadania de forma eficiente.

A presente pesquisa tem por objetivo traçar a evolução histórica da cidadania no Brasil e no Mundo, apresentar linhas gerais de cidadania e da globalização, estabelecer a ligação entre cidadania e globalização, e demonstrar que a globalização interfere negativamente na cidadania.

A presente pesquisa qualifica-se como qualitativa através de levantamento bibliográfico de artigos científicos, doutrinas e revistas que interessaram ao tema. O método de abordagem foi o indutivo, pois partiu de um fenômeno para chegar a uma conclusão geral por meio da observação e de experimentação, descobrindo-se a relação existente entre dois fenômenos para se generalizar.

1 Cidadania

1.1 Considerações iniciais sobre cidadania

O termo cidadania resume-se na condição em que todos possuem de participar da vida política do Estado, sendo este um atributo a todos os que fazem parte do Estado, sendo caracterizado como um conjunto de direitos que cada indivíduo tem, os quais propiciam intervir nos negócios públicos do Estado.

A cidadania é a garantia do exercício dos direitos do indivíduo, onde o cidadão participa efetivamente das tomadas de decisões da sociedade, seja de forma direta ou indireta, colaborando assim, para a construção de uma sociedade democrática. Através dessa definição tem-se caracterizada a ideia de participação na construção de um destino próprio, vínculo do indivíduo com o Estado. (SANTOS, 1994).

O conceito de cidadania abrange várias dimensões: a cível, que engloba os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei; a política, destinada à participação do cidadão no governo e na sociedade; e, a social, que garante a



participação nas riquezas sociais. Neste contexto, são cidadãos plenos aqueles que gozam dos três direitos: civis, políticos e sociais. (CARVALHO, 2001).

O conceito é completado ainda com a capacidade dos indivíduos participarem das decisões políticas, contribuindo assim para a construção de uma sociedade democrática, onde seus membros estejam capacitados para participar das decisões, para opinar sobre os rumos da sociedade, para interferir, apresentar seus próprios pontos de vista e compará-los com pontos de vista diversos. (SANTOS, 1994).

Percebe-se que muitos acreditam que a única forma de exercer a cidadania é através da participação política. Estes desconhecem que o conteúdo da cidadania se ampliou e passou a englobar não somente os direitos políticos, mas os direitos civis e sociais. O conceito de cidadania variou, e muito ao longo do tempo. (REIS, 1999).

No Brasil, dentre os fundamentos no qual se baseiam o Estado democrático de Direito, destaca-se justamente a cidadania e a dignidade humana. O Estado brasileiro tem como objetivo, nos termos do art. 3º da CF, construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação. (MELO, 1998).

A cidadania, na sociedade, se revela principalmente em momentos de crise do Estado, por meio de revoluções e manifestações com vista à mudança política e social do Estado.

Traçando-se um paralelo entre cidadania e patrimônio cultural tem-se que o cidadão tem o direito-dever de auxiliar o poder público, principalmente na criação, manutenção e uso efetivo do patrimônio cultural. Por sua vez, o patrimônio cultural são os bens de uma sociedade que fazem a conexão desta com suas origens e identidade. Dessa maneira, o patrimônio cultural não revela apenas a história da sociedade, mas vai além, ele tem a capacidade de fazer o indivíduo se encontrar e se reconhecer por meio dele, firmando suas raízes na vida em conjunto. O patrimônio cultural reafirma a vida do indivíduo em conjunto e a cidadania entra para complementar essa identidade. Quando a pessoa se vê como parte integrante da sociedade, conseqüentemente, passa a ser possuidora de direitos e deveres, e, ao exercê-los, exerce parcela da cidadania.

1.2 Evolução da cidadania no contexto mundial e no Brasil



Para compreender a história da cidadania é importante destacar que há certa coincidência e consenso quanto ao fato de que o seu conceito tem suas raízes mais remotas nas antigas religiões, na civilização grega e no Império Romano. O cidadão era àquele escolhido pela cidade que lhe conferia direitos e obrigações.

A evolução da cidadania ocorreu de forma lenta e seus primeiros manifestos ocorreram nos povos hebreus, passando pela civilização grega e romana, pelo longo período medieval e chegando à idade moderna. (BRITO, 2011).

O conceito de cidadania sempre trouxe a ideia de liberdade e igualdade, mesmo sofrendo diversas influências em diversas épocas. No século VIII a.C., na civilização grega, ocorreu a politização da liberdade e igualdade, passando a incorporar à noção de cidadania, dando origem a cidade fortificada, a qual fazia frente ao inimigo, onde havia uma solidariedade entre as pessoas que confrontavam um inimigo em comum, e, constituíam assim, um único corpo político. (REIS, 1999).

Na Grécia antiga, mais especificamente em Atenas, a cidadania estava ligada a noção de cidade-estado, onde havia diversas regras de obtenção da cidadania. Ser um cidadão em Atenas era um privilégio de poucos, a princípio o homem tinha que ser livre, ter nascido em Atenas, ser filho de pai ou mãe ateniense, ser reconhecido pela *phatria* de seu pai, estar inscrito nos registros cívicos (dêmos) e cumprir com as obrigações militares. Segundo historiadores, entre os excluídos, destacam-se exemplos emblemáticos: os estrangeiros, os povos submetidos, os escravos e as mulheres. (THEML, 1988).

Na Roma antiga, por muito tempo, a cidadania era privilégio dos patrícios, descendentes dos povos fundadores da cidade de Roma. (MACIEL; AGUIAR, 2008).

Na idade moderna a igualdade e a liberdade tornaram-se princípios basilares, provocando um fortalecimento da cidadania.

O Renascimento permitiu a construção das bases para o nascimento da moderna cidadania, em pleno século XVIII, enquanto se deflagrava as Revoluções Estadunidense, de 1776, e Francesa, de 1789. A incompatibilidade entre a monarquia absoluta e a cidadania (de inspiração greco-romana e sua liberdade civil), obriga os pensadores modernos a redefinir o que seja sua própria cidadania. (BRITO, 2011).

No Brasil o processo de construção da cidadania se inicia no período colonial e nesse período teve como grande marco a luta pela independência política da nação, que propiciou a criação de uma identidade nacional, ou seja: um território, uma língua, uma religião. (GOHN, 2003).



Durante o período colonial é possível observar a negação da cidadania através da utilização de mão de obra escrava, onde os nativos (índios) e africanos perderam a liberdade, foram excluídos do novo modelo econômico, realizavam trabalhos forçados, não estudavam, eram vítimas de violências físicas e moral, e não eram considerados seres humanos com direitos. O preconceito marcou a história do Brasil desde o início.

No período colonial, devido à assistência social estar a cargo da igreja e de particulares, os direitos civis passaram a beneficiar poucos, os direitos políticos a pouquíssimos e os direitos sociais ainda não se falava. Durante o período colonial não havia um sentido de nacionalidade, posto que a grande maioria da população era excluída dos direitos civis e políticos. (CARVALHO, 2001).

A escravidão foi o fator mais negativo para a cidadania. A força da escravidão era tão grande que o Estado, os funcionários públicos, os padres e os próprios libertos, todos eram proprietários de escravos. E esse ambiente não era favorável à formação de futuros cidadãos. (CARVALHO, 2001).

Na fase imperial o campo da cidadania se ampliou, houve uma dispersão no campo das reivindicações e do número de ações desenvolvidas. A luta do “ser nacional” se acrescentou a outras lutas, como as lutas pelo trabalho livre. Esse período é marcado por grande agitação social, revoluções e reivindicações. (GOHN, 2003).

Foi na década de 20 que os movimentos operários tiveram significativo avanço, do ponto de vista da cidadania, onde lutaram por direitos básicos, como o de organizar-se, de manifestar-se, de escolher o trabalho, pela legislação trabalhista e de fazer greve, e, sobretudo no que se refere aos direitos civis. (CARVALHO, 2001).

O período de 1930 a 1945 foi marcado pela era dos direitos sociais, onde foi implantada a base da legislação trabalhista e previdenciária, além do aperfeiçoamento da organização sindical. Para a cidadania houve um avanço significativo, pois o governo inverteu a ordem do surgimento dos direitos descritas por Marshall, introduzindo o direito social antes da expansão dos direitos políticos. Em virtude das leis sociais, os trabalhadores passaram a compor à sociedade. (CARVALHO, 2001). Nesse período os movimentos políticos e sociais mostraram, finalmente, sinais de organização. É criada a Justiça Eleitoral e o voto passa a ser secreto. A cidadania brasileira começa a dar sinais de amadurecimento.

Por força popular Vargas volta ao comando da nação. Seu populismo era um fenômeno urbano e espelhava pelo o novo país, foi um avanço na cidadania, na medida em



que trouxe as massas para a política, porém colocava os cidadãos em posição de dependência diante dos líderes, os quais votavam lealdade pessoal e gratidão pelos benefícios lhes tinham distribuído. (CARVALHO, 2001).

No ano de 1964, a democracia e a cidadania sofreram um golpe com a tomada do Estado pelos militares. A ditadura formou um Estado despótico e autoritário, onde os militares governam com poder absoluto, interferindo e suprimindo os Poderes Legislativo e Judiciário através dos atos institucionais. Além de retirar de forma arbitrária os direitos dos cidadãos atingindo a liberdade individual. (FLORES, 1996 apud SILVA).

Foi após a ditadura militar, em 1985, com a reconstrução da democracia, que a palavra cidadania assume lugar de destaque, sendo adotada pelos políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações e simples cidadãos. A cidadania substitui o próprio povo na retórica política, onde não se dizia mais "o povo quer isto ou aquilo", e sim "a cidadania quer". "*Cidadania virou gente*". (CARVALHO, 2001).

Antes da Constituição de 1988, o país passou por um breve período de mutilação da cidadania, onde diversos direitos foram cerceados pelo regime ditatorial. Por muitos anos o país passou por um processo de redemocratização da sua sociedade, trazendo à tona a discussão do termo cidadania. (MONTEIRO SILVA, 2000).

A Constituição de 1988, também conhecida com "Constituição Cidadã", é considerada uma das constituições mais liberais e democráticas da história do Brasil, e trouxe importantes avanços sociais e trabalhistas.

A Constituição de 1988 teve seu nascimento no auge do entusiasmo cívico, onde se acreditava que o fato de ter se conquistado o direito de eleger prefeitos, governadores e Presidente da República, também seria garantido o direito de liberdade, de participação, de segurança, de emprego, de justiça social. Tinha se a crença de que a democratização traria a felicidade nacional. Porém não foi bem assim que ocorreu, pois nem todas as áreas caminharam tão bem. A manifestação de pensamento, a participação política e sindical é livre, o direito de voto é garantido, porém o brasileiro vive em uma sociedade violenta, desempregada, analfabeta, com serviços de saúde e saneamento inadequados, além de grandes desigualdades sociais e econômicas. O sistema democrático perdeu a confiança dos cidadãos. (CARVALHO, 2001).

O processo de construção da cidadania sempre foi cheios de avanços e recuos, de fluxos e refluxos, de perdas e retrocessos, e até mesmo o cerceamento de direitos básicos,



como nos golpes de Estado, nos estados de sítio, e nos períodos de ditadura militar. (GOHN, 2003)

1.3 Considerações gerais da cidadania no Direito

Atualmente, a concepção de cidadania sofreu uma ampliação no seu conteúdo, diante de uma sociedade cada vez mais complexa, passando a incorporar então os direitos políticos, econômicos, sociais, culturais, difusos e coletivos. (ANDRADE, 1998).

O parágrafo único, do art. 1º, da CF de 1998 narra que “todo o poder emana do povo, o qual o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Dessa forma, se faz necessário que o povo participe do governo de forma direta ou indiretamente, configurando assim, simultaneamente, a democracia direta ou da representativa. (BRANDÃO, 2006).

A democracia representativa ou democracia indireta nasceu no momento em que o povo deixou de exercer de maneira direta as funções de governo, delegando-as a seus representantes. (AFFONSO, 1996).

A democracia participativa, também chamada de democracia direta, foi marcada no Brasil com a Constituição brasileira de 1988, que, no seu art. 14, incisos I, II e III, adotou como mecanismo de participação direta o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

A Constituição de 1988 visualiza a cidadania, essencialmente, como o direito de interagir com o poder, manifestando-se tanto na participação no processo político, indicando o direito de votar e de ser votado, como na própria legitimidade para impugnar certos atos praticados pelo Poder Público, o que se dá com o manejo da ação popular, de uso restrito aos cidadãos (art. 5º, LXXIII). A nacionalidade brasileira é um pressuposto da cidadania, e esta pode ser nata ou naturalizada, além de influenciar na amplitude da cidadania, isto porque os estrangeiros naturalizados brasileiros são vedados o acesso a certos cargos (art. 12, §3º, I, CF/88). (GARCIA, 2011).

O termo cidadania resume-se na condição em que todos possuem de participar da vida política do Estado, sendo este um atributo a todos os que fazem parte do Estado. Sendo caracterizado como um conjunto de direitos que cada indivíduo tem, os quais propiciam intervir nos negócios públicos do Estado.

2 Globalização



O fenômeno da globalização é produto de um processo de expansão para a constituição de uma sociedade mundial. Para muitos representa uma ameaça real da uniformização e homogeneização das cidades, dos modos de existência, dos valores e costumes sociais.

Esse fenômeno faz com que acontecimentos locais tenham repercussões mundiais e acontecimentos mundiais tenham repercussões locais, dando a ideia de que o mundo está se transformando num espaço econômico e social comum.

É imprescindível esclarecer que o termo globalização surgiu no meio dos anos 80, mais precisamente, nas escolas de negócios norte-americanas e na imprensa anglo-saxã. Restringia-se unicamente no campo financeiro, servindo apenas para designar um movimento complexo de abertura de fronteiras econômicas e desregulamentação que permitia às atividades econômicas se estenderem para todo o planeta. (ECIO, 2003).

A definição de globalização não é uniforme podendo encontrar inúmeros significados distintos, mas semelhantes. Isto acontece, sobretudo, porque a globalização pode ser vista e analisada sobre diversos aspectos. (MAGALHÃES, 1997).

Na medida em que a globalização encurta distâncias e aumenta a velocidade da interação social em âmbito global, ela permite que crises e acontecimentos em partes distantes do mundo tenha um impacto mundial imediato. O surgimento de equipamentos de telecomunicação extremamente eficientes permitiu e viabilizou esses acontecimentos.

A globalização provocou e continua a provocar mudanças importantes nas relações entre Estado, sociedade e nação, que eram o centro da noção e da prática da cidadania ocidental. Consequentemente, ocasionando complicações ao exercício da cidadania. (CARVALHO, 2001).

Diante desse cenário que a busca pela preservação da própria identidade e obrigação de não esquecer-la são apontados como algumas das causas da crescente vontade de resguardar que tem atingido grande parte da sociedade. E é nesse sentido que é possível observar que a memória e patrimônio caminham juntos, sendo a preservação patrimonial o objetivo principal das políticas públicas e da vida cultural. (BACKX, 2011).

A compressão do tempo e das longas distancias, ocasionado pela globalização, tem proporcionado as diversas transformações que vêm ocorrendo nas identidades culturais. Uma vez que a troca de experiências e preferências tem, mesmo que inconscientemente, levado as pessoas a absorver elementos de diferentes culturas, que



lhes são expostos através da televisão, do rádio e da internet, dentre outros. (BACKX, 2011).

A globalização desencadeou a homogeneização cultural, influenciando o cidadão a adotar outras culturas do globo, e, conseqüentemente, ocasionando a perda de diversos aspectos de sua identidade cultural local. Criando, assim, o cidadão universal o qual perdeu seu referencial identitário.

3 Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural é fundamental para uma sociedade, pois, é através dele que serão conservadas vivas as origens e tradições de um determinado grupo, além de permitir um elo entre o passado e o presente.

O patrimônio cultural é um bem jurídico que comporta grande relevância para a sociedade, embora esta muitas vezes não o valorize como deveria. Sua importância decorre do fato de que o patrimônio cultural serve de nexo com a história e com a memória coletiva dos povos, concorrendo para que estes mantenham sua identidade, seus valores, sua cultura. (BORIN; ARMELIN, 2014).

O patrimônio cultural faz parte da construção histórica e cultural do ser humano em um determinado espaço físico. (CUNHA, 2004). A noção de patrimônio deriva do latim *patrimonium* e faz referência à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados” ou “aos monumentos herdados das gerações anteriores”. (FUNARI, 2005). Para os antigos romanos tudo que estava sob o domínio do *pater* ou *pater família* (pai de família), inclusive a mulher, os filhos, os escravos e os bens móveis e imóveis eram considerados como *patrimonium*. (FUNARI, PELEGRINI, 2009).

A memória e o patrimônio caminham juntos, e estabelecem um vínculo entre as gerações e os tempos históricos, um elo efetivo que possibilita aos cidadãos perceberem-se como sujeitos da história, plenos de direitos e deveres. (PELEGRINI, 2006).

No patrimônio cultural reside os aspectos próprios da população de uma determinada localidade. Sua preservação possibilita a cada cidadão refletir a sua história, cultura e passado. Compete a cada cidadão o dever de preservação da memória, a qual faz parte da composição da sua identidade.

A Carta Magna, em seu artigo 216, §1º, prescreve que compete ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro,



através do tombamento, dentre outras formas de acautelamento e preservação. A sociedade tem a obrigação de participar na preservação do patrimônio cultural.

O Decreto-Lei nº 25 de 1937 instituiu o tombamento como instrumento limitador do direito de propriedade e de preservação do patrimônio cultural matéria, visto que o bem tombado não poderá ser modificado, cabendo ao proprietário esse ônus. Existem duas formas de tombamento, voluntário e compulsório, conforme prescrevem os artigos 7º e 8º do citado Decreto-Lei:

Art. 7º - Proceder-se-à ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Caso o proprietário do bem tombado não disponha de recursos financeiros para proceder às obras de conservação e reparação, deverá comunicar o órgão competente que tombou o bem para que este custeie. O órgão notificação deverá no prazo de seis meses as obras sob pena de acontecer o cancelamento do tombamento.

O tombamento é uma forma legal e possível de proteção e preservação do patrimônio cultural, sendo a primeira ação a ser tomada para a preservação dos bens culturais, uma vez que impede a sua destruição.

4 Cidadania, globalização e o papel do patrimônio cultural

A globalização tem acarretado o surgimento de uma nova cidadania. Tal fenômeno provoca mudanças nas relações entre o Estado, sociedade e nação. (RAMALHO FILHO, 2002). Representa uma ameaça que vai desde amnésia à destruição do patrimônio cultural. Os modos de pensar, agir e viver têm sido adotados por diversas outras culturas do globo, que se apropriam desses elementos para modificar ou substituir diversos aspectos de sua cultura tradicional.

Personalidades culturais de vários países, cidades e grupos de indivíduos estão tendo dificuldades em identificar e proteger seu patrimônio, que é capaz de refletir a sua história, cultura e passado, e a ele foi designado o dever de preservação da memória.



A constituição de uma economia global e o conseqüente enfraquecimento dos Estados nacionais aponta para a constituição de um espaço social cada vez mais uniforme e indiferenciado. Com as instituições estatais debilitadas os direitos civis, políticos e sociais, e os valores de cidadania são ameaçados pelos imperativos da economia globalizada e sua ênfase na produtividade, na competitividade e na livre circulação de capitais.

À medida que a globalização avança, as decisões que antes eram tomadas no âmbito das nações passam a ser tomadas em instâncias internacionais. Conseqüentemente o cidadão perde o poder de pressionar seus representantes para defender seus interesses, visto que as decisões mais importantes são decididas em instâncias às quais não tem acesso, em um plano internacional. (SAMPAIO, 1998).

Um dos principais efeitos da globalização é aumentar as desigualdades sociais e a exclusão social, tanto no interior das nações quanto no plano internacional. E é neste plano que a globalização se colide frontalmente com cidadania, visto que tais efeitos estão levando à crise a cidadania. A eliminação de poderes e direitos das pessoas comuns são implicações causadas pelo impacto da globalização na cidadania. (SAMPAIO, 1998).

O patrimônio cultural é um instrumento de exercício da cidadania. Ele não só revela à história da sociedade, mas faz tem a capacidade de fazer o indivíduo se encontrar e se reconhecer por meio dele, fazendo uma conexão com suas origens e identidade.

Quando a pessoa se vê como parte integrante da sociedade, conseqüentemente, passa a ser possuidora de direitos e deveres, e, ao exercê-los, exerce parcela da cidadania.

Nesta conjuntura, cidadania e patrimônio cultural se entrelaçam na medida em que os cidadãos se identificam e se apropriam dos seus bens culturais. Assim, passam a defender e a preservar para as gerações presentes e futuras. Obedecendo o contido no *caput* do artigo 225 da CF, contribuindo para a continuidade cultural e sua ampliação ampliando a noção de cidadania. (PENTEADO; FABRIANI, 2013).

O ato de preservar é um instrumento de cidadania, pois proporciona ao cidadão a apropriação plena do bem pelo sujeito. O simples ato de preservar, com ausência de compromisso, isolado, descontextualizado, e sem objetivo de uso, significa um ato indiferente, um “peso morto”. (SANTOS, 1994).

A assimilação dos bens culturais pelos cidadãos fortalece os sentimentos de identidade e pertencimento da população, além de estimular a luta pelos seus direitos e o próprio exercício da cidadania. (FABRIANI; FRANCO; PENTEADO, 2013).



Portanto, vale ressaltar que não há cidadania sem o reconhecimento de um patrimônio cultural, pois é através dos bens culturais que o cidadão tem acesso às suas origens, criando um elo de identidade e pertencimento aos locais. O povo, enquanto sujeitos de direitos e obrigações para com o Estado, não sobrevive sem identidade. (FABRIANI; FRANCO; PENTEADO, 2013).

Em um mundo globalizado somente com o fortalecimento da cidadania, através da sua efetiva participação do cidadão na construção e preservação do patrimônio cultural é que se pode garantir que as diferenças culturais sejam respeitadas e a autênticas, além de tornar compatível, ao mesmo tempo, o tradicional como o moderno. (FABRIANI; FRANCO; PENTEADO, 2013).

5 Conclusão

A globalização tem interferido de forma negativa na cidadania, ocasionando o surgimento de uma nova cidadania, a cidadania “global”. Consequentemente tem causado a perda do elo de pertencimento do indivíduo com o seu território e criando um elo de pertencimento com o globo, surgindo assim, um cidadão universal, que não leva em conta os aspectos culturais e históricos do local onde está inserido.

Esse fenômeno une e mistura as mais diversas culturas em um único indivíduo, representando uma ameaça real à uniformização e homogeneização das cidades, dos modos de existência, dos valores e costumes sociais. Tem gerado ainda consequências que vão desde amnésia a destruição da identidade de cada cidadão.

Com a ocasião da globalização, somente com o fortalecimento da cidadania que será possível compatibilizar o tradicional com o moderno e garantir que as diferenças culturais sejam respeitadas. Na medida em que os cidadãos apropriam-se de seus bens culturais amplia-se a cidadania.

Os bens culturais que compõem o patrimônio cultural são portadores da identidade e memória de diferentes grupos formadores da sociedade, criando um elo de pertencimento com suas origens e histórias. Portanto, não há cidadania sem o reconhecimento do patrimônio cultural. Sem cidadania o povo perde sua identidade e não sobrevive enquanto sujeito de direitos e obrigações para com o Estado.

A efetiva participação do cidadão seria uma possível solução para reverter esse cenário, haja vista que é um direito-dever garantido na Carta Magna e que deve ser



praticado cotidianamente e ativamente por todos os cidadãos, respeitando e garantindo as diferenças culturais, e ao mesmo tempo, torná-las compatível o tradicional com o moderno.

Referências

AFFONSO, Almino. Democracia participativa: plebiscito, referendo e iniciativa popular. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: Senado Federal-Subsecretaria de Edições Técnicas, p. 11-27, 1996. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/10368_Cached.pdf. Acesso em: 15 dez. 2014.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Cidadania, direitos humanos e democracia: reconstruindo o conceito liberal de cidadania. In: SILVA, R.P. (Org.) **Direitos Humanos como educação para a justiça**. São Paulo: LTr, 1998. 123-134.

BACKX, Isabela Soraia. Globalização, memória e patrimônio: o patrimônio como memória das novas e velhas identidades. **Pré-Univesp: Revista digital de apoio ao estudante pré-universitário**, n. 13, 2011. Disponível em: <http://pre.univesp.br/veja-mais-edicoes#.VTQeFZMYftU>. Acesso em: 06 mar. 2014.

BORIN, Roseli; ARMELIN, Priscila Kutne. Patrimônio cultural e direitos da personalidade. In: XXIII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 3. 2014, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: UFSC, 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/ufsc/livro.php?gt=206>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRANDÃO, Assis. Bobbio na história das ideias democráticas. **Lua Nova**, n. 68, p. 123-145, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n68/a05n68.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1937.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRITO, Álvaro de Azevedo Alves. Breves reflexões sobre a história geral da cidadania. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 94, nov 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10686. Acesso em: 25 fev. 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasil, 2001.

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. **Patrimônio cultural: proteção legal e constitucional**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

ECIO, Perin Junior. **A globalização e o direito do consumidor: aspectos relevantes sobre a harmonização legislativa dentro dos mercados regionais**. 1. ed. Barueri: Manole, 2003, p. 51. In: FERRANDÉRRY, Jean Luc.; (Org.) **Le point sur la mondialisation**. Presses Universitaires de France PUF, Paris, 1996, p. 3. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=kDvVr-ie4B4C&pg=PA51&lpg=PA51&dq=Jean+Luc+Ferrand%C3%A9rry&source=bl&ots=4g_LTNaSGq&sig=vj1gx4Kpp7alnFsULclYmwdOYil&hl=pt-BR&sa=X&ei=V7ARVczpMOO1sATgm4LoCg&ved=0CCYQ6AEwAQ#v=onepage&q=Jean%20Luc%20Ferrand%C3%A9rry&f=false. Acesso em: 20 mar. 2015.



FABRIANI, Carmen Beatriz; FRANCO, Laura Ferreira de Rezende; PENTEADO, Fernanda Camargo. Patrimônio cultural, desenvolvimento sustentável e cidadania: o desafio das práticas preservacionistas. **Revista Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 8, n. 14, p. 37-49, 2013. Disponível em: <<http://srvapp2s.urisan.tche.br/seer/index.php/direitosculturais/article/view/800>>. Acesso em: 23 set. 2014.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. **O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares**. *Diálogos*, Maringá: Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da UEM, v. 9, n. 1, p. 33-47, 2005. Disponível em: [http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path\[\]=175&path\[\]=pdf_547](http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path[]=175&path[]=pdf_547). Acesso em: 24 mar. 2015.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GARCIA, Emerson. Cidadania e Estado de Direito: breves reflexões sobre o caso brasileiro. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 69-77, 2011.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, v. 118, n. 3, p. 189-205, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

MACIEL, José Fábio Rodrigues; AGUIAR, Renan. **História do Direito: Coleção Roteiros Jurídicos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. Globalização e exclusão. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 2, n. 14, set. 1997. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/68/globalizacao-e-exclusao>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MELO, Milena Petters. Cidadania: subsídios teóricos para uma nova práxis. In: SILVA, R.P.; (Org.) **Direitos Humanos como educação para a Justiça**. São Paulo: LTr, 1998. p. 77-87.

MONTEIRO SILVA, Aínda Maria. **Escola Pública e a Construção da cidadania: possibilidades e limites**. 2000. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2000.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 fev. 2015.

PENTEADO, Fernanda Camargo; FABRIANI, Carmen Beatriz. **Passado no presente e a possibilidade de futuro: patrimônio cultural imobiliário participativo**. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida) – UNIFAE, São João da Boa Vista.

RAMALHO FILHO, Rodrigo. Globalização, sustentabilidade e patrimônio: reflexos sobre a cidade periférica. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 1., 2002, Indaiatuba. **Anais eletrônicos...** Indaiatuba: ANPPAS, 2002. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sustentabilidade_cidades/Ramalho%20Filho.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014.

REIS, Elisa. Cidadania: história, teoria e utopia. In: PANDOLFI, D.C.; CARVALHO, J.M.; CARNEIRO, L.P.; GRYNSZPAN, M.; (Org.) **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 11-17.



SAMPAIO, Plínio Arruda. Globalização e cidadania. **Pensamento & Realidade**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração-FEA, v. 2, 1998, ISSN 2237-4418. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/viewFile/8520/6324>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 3, n. 3, 1994. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/307/216>>. Acesso em: 25 set. 2014.

SILVA, Luiz Etevaldo da. Uma breve história da cidadania no Brasil. **Revista Sociologia Ciência e Vida**. In: FLORES, Moacyr. Dicionário de História do Brasil. Porto Alegre: Edipucrs, 1996, (Coleção História), v. 8. Disponível em: <<http://sociologiacienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/22/artigo127811-3.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

THEML, Neyde. **Público e privado na Grécia do VIIIº ao IXº sec. A.C**: um modelo ateniense. Rio de Janeiro: Sette Letras. 1988.



EU? MUSEU?!

HOMEM: MUSEU E MUSEÓLOGO

Pedro Hermes de Oliveira¹

Resumo:

Ainda que pouco lembrado no meio acadêmico e, até mesmo, em nossa cultura, o Museu é um dos modos fundamentais para nossa relação com o passado, com nossas memórias, memórias essas que não podem ser colocadas de lado simplesmente, pois contém parte daquilo que somos e aponta para o que possamos vir a ser. Ao considerar a desvalorização crescente da juventude referente a tradição e a “cultura do descartável”, vimos a necessidade de apresentar essa relação afetiva entre o homem e o mundo, que se faz manifesta na vida cotidiana, especificamente em nossas casas. No trabalho: “Eu? Museu?!” , abordaremos o tema em questão sob as perspectivas: filosófica e antropológica. Visaremos a relação entre o indivíduo (eu) e parte de seus bens, sejam esses tangíveis ou intangíveis (ambos patrimônios), desvendando então que há intrinsicamente no homem características de um museólogo.

Palavras-chaves: Museu, Homem, Patrimônio, Museólogo.

Abstract:

Although little remembered in the academic world and even in our culture, the Museum is one of the fundamental ways for our relationship with the past, with our memories, memories which can't be set aside simply because it contains part of what we are and points to what we can become. When considering the increasing devaluation of the tradition concerning youth and the "the disposable culture", we saw the need to present that emotional relationship between man and the world, which is manifested in everyday life, specifically in our homes. In the work: "Eu? Museu ?! ", will discuss the subject in question from the perspectives: philosophical and anthropological. We aim to the relationship between the individual (myself) and all of its assets, be they tangible or intangible (both patrimonies), then revealing that there is in man intrinsically features of a museologist.

Keywords: Museum, Man, Heritage, Museologist.

¹ Graduado em Filosofia pela FAJE, mestrando em História Ibérica na UNIFAL.



1. Introdução

Nesse artigo, pretendemos trabalhar a relação entre o homem e o museu. Por isso, esse título que a primeiro momento se faz interessante e curioso, foi devidamente escolhido. No decorrer desse trabalho os argumentos apresentados, certamente, nos auxiliaram a compreender o título e nos incentivarão a querer mudá-lo, mas não apenas na teoria.

Para trabalharmos bem esse título em questão, não faremos tanto uso da perspectiva histórica, senão para ressaltarmos alguns pontos que são interessantes para nosso trabalho. Nosso foco se dará pelas perspectivas filosóficas e antropológicas, não apenas por uma escolha metodológica, mas sim, pelo desejo de abordar o tema em questão sob uma perspectiva distinta da que vemos geralmente e, também, para podermos aprofundar, desvelar a importância do museu em nossas vidas. Faremos essa abordagem com o auxílio de Scheiner e outros pensadores, que seja na área dos museus, da filosofia ou antropologia, enriqueceram o corpo desse artigo.

Por fim, ou melhor, antes de continuarmos, trabalhar sobre o tema do Museu é necessariamente um “sinônimo” de trabalhar com algo, aparentemente, ultrapassado em meio aos jovens, acadêmicos ou não. Fizemos então, uma pesquisa com 152 universitários, para apresentarmos não apenas nossa opinião. Fato é, que isso nos motivou ainda mais, pois percebemos que nossa geração, está cada vez mais se distanciando do estilo de vida de nossos antepassados, de suas heranças culturais, de sua tradição, tendendo a abandonar as belezas do passado, mas não nas palavras e sim, nas posturas.²

2. Museu

Museu. Quem nunca sonhou em conhecer o Museu Imperial (em Petrópolis), o Museu da Língua Portuguesa (em São Paulo), Museu Histórico Nacional (no Rio de Janeiro), o Museu de Arte Contemporânea Inhotim (em Brumadinho), o Instituto Ricardo Brennand (em Recife) - esses dois últimos que estão entre os 25 melhores do mundo.³ Poderíamos aqui citar uma imensidão de museus brasileiros, dentre eles até mesmo o

² Cientes da dinamicidade da cultura, não estamos fazendo nenhum tipo de juízo de valor sobre qual seria melhor, a nossa ou de nossos “pais”. Estamos apenas apontando o distanciamento do homem moderno com sua herança histórica.

³ Cf. REALOM, Monica. *25 museus*. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-dois-museus-entre-os-25-melhores-do-mundo-veja-ranking,1560750>>. Acesso em 23 de Abril de 2015.



Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas, que desde a década de 40 tem um prédio liberado para poder valorizar a importância da Universidade na Cidade, assim como a cidade em si, através de exposições.⁴

Como nosso intuito não é relatar museus e sim discutir a relação que temos com ele, vamos voltar ao início do parágrafo anterior, onde havia um “Quem nunca...”. Para podermos respondê-lo, utilizaremos os dados computados em nossa pesquisa. Pesquisa que foi realizada durante três dias de modo simples, pois utilizamos a página da “UNIFAL-MG” no *facebook* e fizemos uma enquete, abrangendo os alunos de todas as áreas, como está apresentado abaixo:

POR FAVOR, AJUDEM-ME A REALIZAR ESSA PESQUISA, APENAS RESPONDAM SIM OU NÃO.

- 1) Você quando criança tinha vontade de conhecer um Museu?
- 2) Você conhece o museu da UNIFAL?
- 3) Você acha importante investir em Museus?

Em todas as perguntas houve um “massacre”. Na primeira pergunta, 107 responderam que sim e 26, não. Na segunda e a terceira pergunta houve um dado curioso, já que na segunda apenas 28 pessoas de 140 que responderam essa pergunta conheciam o Museu da UNIFAL, enquanto na terceira por pouco não obtivemos apenas o sim, pois foram 7 votos de não. O dado curioso deixaremos para abordar mais a seguir. Para esclarecer, nem todas as pessoas deram seus votos em todas as questões. Por mais que seja interessante refletirmos no por que não, não o faremos em respeito por terem ao menos ajudado em uma das perguntas.

Depois de apresentado o resultado da pesquisa, cabe a nós aprofundarmos no que ela quer nos dizer. Temos que confidenciar que o resultado nos surpreendeu, principalmente da primeira questão, pois antes de idealizarmos a enquete no *facebook*, já havíamos feito com 30 pessoas pessoalmente, onde o resultado era diferente, mas mantendo as questões 2 e 3 do mesmo modo. Em nossa pesquisa anterior, por pouco não havia empate, mas venceu a quantidade de pessoas que não tinham interesse por museus em sua infância. Não cabe a nós, nesse artigo, refletirmos a postura das pessoas frente ao outro e frente ao virtual, por isso, continuemos.

Quando pensamos que a maioria das pessoas entrevistadas tinham o desejo de quando criança conhecer um museu, temos que refletir no por que. Para isso, que tal

⁴ Cf. *Museu M. P. UNIFAL*. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/museumpunifal/sobre>>. Acesso em 23 de Abril de 2015.



voltarmos a nossa infância e pensarmos um pouco. Muitos de nós quando pequenos, tínhamos o desejo de conhecer a praia, de poder viajar de avião, de conhecer um estádio de futebol, de conhecer uma cidade histórica e/ou turística, de ir no “Play Center”, etc. Isso se dava pela divulgação que víamos na TV, revistas e jornais dos mesmos, por uma conversa com um de nossos “amiguinhos” que havia conhecido um desses lugares, quando nossos professores em sala de aula comentavam sobre, quando nossos pais contavam histórias desses lugares e, para os mais novos, pela internet.

No marketing, costuma-se usar a frase: “O que não é visto não é lembrado!”. Nesse sentido, queremos dar os méritos pela influência, referente a cultura, para os meios de comunicação, pais e professores, do nosso tempo. Pois o meio em que vivemos influencia em nosso modo de ser e de ver o mundo.⁵ Obviamente a cultura é muito mais que o Museu, mas este, tem um papel importantíssimo na mesma. Usaremos a definição da UNESCO,⁶ que está no site no IPHAN,⁷ para melhor entendermos:

O museu é uma instituição permanente, aberta ao público, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que adquire, conserva, pesquisa, expõe e divulga as evidências materiais e os bens representativos do homem e da natureza, com a finalidade de promover o conhecimento, a educação e o lazer.⁸

Nessa definição, podemos perceber a importância do museu e desse para nossas vidas. Já que nele parte da história do homem, do povo, da região, da religião, do país, da cultura está armazenado e por ele, podemos conhecer nossa história. Mas popularmente a expressão museu é usada por muitos com uma conotação negativa, como: “quem vive no passado é museu!”. No Brasil, por mais que esteja crescendo o interesse por museus, nossa cultura ainda não o valoriza como deveria.⁹ Mas nem sempre o Museu foi assim como o concebemos. Ele teve sua origem com colecionadores na antiguidade. Sempre o homem teve o costume de guardar objetos, colecioná-los, seja pelo valor afetivo ou efetivo do mesmo, o que mais tarde explicitaremos. Os objetos eram guardados pelos seus respectivos donos e expostos para outros colecionadores e visitantes. Foi no séc. XVII que o Museu veio a tomar a forma que tem hoje, tendo sua origem na Universidade de Oxford, no

⁵ Cf. ORTEGA Y GASSET, José. *Meditaciones del Quijote*. Tradução de G. M. Kujawski. Madrid: Universidad de Puerto Rico: Revista de Occidente, 1957. p. 52.

⁶ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.

⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁸ *Museus e casas históricas*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12810&retorno=paginalphan>>. Acesso em 23 de Abril de 2015.

⁹ Cf. LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana Esmeralda. *Museu, educação e cultura: encontro de crianças e professores com a arte*. Campinas: Papirus, 2005. p. 28.



Reino Unido. Já no Brasil, o primeiro Museu é o do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano de 1862.¹⁰

A expressão museu, que se origina da palavra grega *mouseion*, significa “casa das musas”. As musas eram nove deusas irmãs, número que varia de acordo com a mitologia, que personificavam as artes e ciências: poesia épica, história, poesia lírica, música, tragédia, poesia amorosa, comédia, dança e astronomia. Sendo então suas respectivas protetoras. Por isso, o museu seria um lugar dedicado as musas, a todas elas.¹¹ Cada museu tem a sua especificidade, trabalhando artes e ciências distintas em tempos distintos, compondo então, praticamente todo o traço histórico da humanidade.

O museu não é tão antigo quanto o fato de colecionar objetos. Aqui se faz necessário incluirmos mais uma palavra chave para nosso artigo, o patrimônio, já que ele antecipa a realidade do museu. Essa expressão vem do latim *patrimoniu* (*patri* = pai + *monium* = recebido), ou seja, recebido do pai. O termo patrimônio pode ser também entendido, por isso, como herança.¹² O patrimônio são os bens de uma pessoa. Bens esses, que não se resumem a ser materiais (tangíveis), pois muitos são imateriais (intangíveis). No museu, tudo o que a ele pertence é chamado de patrimônio. Mas nem todo patrimônio está limitado ao museu, como por exemplo: o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar, o Morro do Pelourinho, a Igreja Matriz de Alfenas, etc. (patrimônios materiais), assim como a Capoeira, Carnaval, Festa Junina, etc. (patrimônios imateriais – detalhe é que nenhum patrimônio imaterial pertence ao museu, mas pode por ele ser lembrado por fotos, vídeos, etc.). Já a relação do homem e seus bens, trabalharemos no decorrer do artigo, nesse ponto, apenas se fazia necessária essa explicitação.

Aparentemente abandonamos o resultado da pesquisa e a definição de museu dada pela UNESCO, mas isso se fez necessário para entendermos melhor o que seguirá. Pois se o museu é uma instituição que está a serviço da sociedade, que visa seu desenvolvimento, promovendo o conhecimento, a educação e o lazer, porque ele é desconsiderado em nosso meio? Segundo nossa pesquisa, de 152 entrevistados, 145 são a favor do investimento nos museus, o que nos apresenta a preocupação e valorização dos jovens no meio acadêmico sobre a realidade dos museus. Será? Desses 140 que responderam essa pergunta de

¹⁰ Cf. *Notas sobre a história dos museus*. Disponível em: <<http://www.museus.art.br/historia.htm>>. Acesso em 23 de Abril de 2015.

¹¹ Cf. *Etimologia de Museo*. Disponível em: <<http://www.etimologias.dechile.net/?museo>>. Acesso em 23 de Abril de 2015.

¹² Cf. DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds.). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Armand Colin, 2013. p. 73.



nossa enquete, apenas 28 conhecem o museu da UNIFAL. Muitos nunca ouviram falar, mas muitos sabem que há um museu e não sabem onde é, já outros, sabem da existência do museu, onde ele é, mas nunca foram conhecer. E esses mesmos, pertencem ao grupo daqueles que votaram a favor do investimento na área de museus.

Na filosofia, chamaríamos isso de contradição performativa, que nada mais é quando a pessoa fala uma coisa, mas age de outro modo, contradizendo-se. Esse dado apresenta um sintoma da nossa realidade brasileira, que se manifesta de modo mais claro pelos meios de comunicação. No mundo virtual as pessoas apresentam uma postura distinta quando no mundo “real”, ainda que ambas sejam reais. O estudo sobre esse problema não cabe a esse artigo, mas o interesse real pelo museu, sim. Pois falamos que o passado é importante, o que aconteceu tem seu valor e não pode ser descartado, mas no dia-a-dia poderíamos resumir com: “deixe o passado no passado!”.

Talvez esteja nos passando despercebido que o museu por nós colocado em questão é o da UNIFAL e que nele não teria nada de tão interessante a ponto de ser válido o tempo gasto para conhecê-lo. Com isso, teríamos dois problemas. O primeiro do museu que é pouco divulgado e por isso, pouco conhecido até mesmo em sua existência. O segundo é que enquanto não se conhece algo, não se pode emitir um juízo de valor, ou seja, se o museu é interessante ou não, se vale ou não a pena. É importante considerar que muitos professores da Instituição não conhecem o museu, essa observação foi feita pelo aluno de História e bolsista do Museu da UNIFAL, Evandro Moraes que nos auxiliou na construção desse artigo. Pensando nisso qual incentivo que podemos esperar desses para que seus alunos conheçam o museu, conheçam suas atividades? Será que esses professores da Instituição também diriam que é importante investir em museus?

3. O homem

Pretendemos expor de modo simples, características intrínsecas do homem, cientes que falar do homem é mergulhar em universo maravilhosamente complexo, nos limitaremos na relação deste com o mundo ao seu redor. Buscando assim, apresentar alguns aspectos que nos conduzem a afirmar o que foi dito na introdução desse artigo, mas para isso, voltaremos alguns parágrafos e aprofundaremos dois pontos que havíamos mencionado que trabalharíamos depois, que é: o costume do homem de guardar objetos pelo seu valor afetivo ou efetivo; e a relação do homem com seus bens.



Primeiramente, o que é o homem? Dentre todas as definições, que não esgotam o que ele é em si, utilizaremos uma que é mais conhecida e famosa em nosso meio, “o homem é um animal racional”. Essa definição dada por Aristóteles ainda na antiguidade, abarca um aspecto dos que nos faz diferentes dos outros animais.¹³ Nela, está contida a capacidade do homem de fazer inúmeras coisas que tem como fundamento o ato de pensar, como: dançar, questionar, atuar, cantar, brincar, pintar, etc. É importante entendermos que o homem no uso da razão, não se limita ao pensar, mas em atitudes concretas ante ao pensado.

O homem é por sua vez, no uso da razão, um sujeito histórico, ou seja, ele tem ciência de sua historicidade e da importância da mesma. Por isso, ciente de sua finitude, reflete seus atos e os dos seus, para assim poder cada vez mais evoluir,¹⁴ para poder assim, alcançar, como diriam os gregos, seu *télos* (objetivo, finalidade) que tem sempre como plano de fundo a *eudaimonia* (felicidade).

Nesse caminho rumo a felicidade, o homem descobre a importância e o valor de sua subjetividade no reconhecimento da subjetividade do outro, pois ele só pode ser um “eu”, quando há um “tu”. A mediação desse relacionamento intersubjetivo é a linguagem. Mas qual seria a mediação entre o homem e o mundo? Segundo Scheiner, seria o simbolismo arquetípico, sendo eles tangíveis ou intangíveis.¹⁵ Isso quer dizer, que através de objetos e símbolos, materiais ou não, o homem se relaciona com mundo, isso chamamos de cultura. Para evitar que esse capítulo fique ainda mais híbrido, teremos que trabalhar os dois pontos pendentes que deixamos na seção anterior para depois podermos exemplificar o escrito acima, dando assim, maior clareza.

Os povos e culturas, tem seus costumes. A cultura forma o homem e esse a reforma com seu jeito de ser, de agir.¹⁶ No modo de ser do homem, desde os primórdios, ele começou a criar objetos para seu uso, usemos como exemplo o sapato mais antigo do mundo, de 5500 anos atrás.¹⁷ Seu objetivo ao ser criado era para proteção dos pés, mas quando seu dono morreu, o que aconteceu com ele? Provavelmente foi passado, como

¹³ Existem estudos que falam que o homem não é o único capaz de racionalidade, mas como isso está em discussão, vale a pena utilizarmos essa definição.

¹⁴ Cf. LURIA, A. R. *Curso de Psicologia Geral*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 73.

¹⁵ Cf. SCHEINER, T. C. M. *Insustentável Leveza: A Face Intangível do Patrimônio*. In: *Imagens do não-lugar: comunicação e os novos patrimônios*. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 2004. p. 107.

¹⁶ Cf. MENESES, Paulo. *A cultura no plural*. Belo Horizonte: Síntese, v. 20. n. 63 (1993). p. 449.

¹⁷ Cf. *Arqueólogos encontram 'sapato mais antigo do mundo' na Armênia*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2010/06/arqueologos-encontram-sapato-mais-antigo-do-mundo-na-armenia.html>>. Acesso em 23 de Abril de 2015.



herança, para seu filho que obviamente utilizou o sapato, considerando que naquele tempo ter sapato deveria ser uma preciosidade. Mas pensemos que o pai tinha um pé pequeno demais e o filho, por sua vez, tivesse um pé muito grande, qual seria o destino do sapato? Difícil dizer. Certo é que ou ficaria com o filho, na família, ou se tornaria um objeto de troca. Se ele ficasse na família sem mesmo ser utilizado, seu valor seria necessariamente afetivo. Já se fosse utilizado, seu valor seria efetivo, e talvez afetivo também.

O patrimônio, se pudermos defini-lo de modo sucinto, nada mais é que um bem, para uma pessoa ou um grupo social. Por isso, esse sapato, com a morte do pai, fazia parte dos patrimônios do filho, de sua família. O modo como este se relaciona com o objeto determinará se ele é apenas mais um “bem” ou se é um “Bem”. A valorização que é dada a ele entra em questão quando pensamos em patrimônio, mas não no sentido monetário. Por isso, não há uma regra para determinar se esse ou aquele objeto é um patrimônio para alguém, senão cada indivíduo.¹⁸ Cada um de nós, temos objetos, que transcendem o simples fato de ser do objeto, tendo um valor que para muitos pode ser completamente insignificante.

Imaginemos ainda, aquele pai arcaico com seu sapato. Diariamente, antes de calçá-lo, suponhamos, que ele fazia uma dança, o que para nós em pleno séc. XXI pode parecer ridículo. Seu filho cresceu vendo aquele ritual para calçar os sapatos. Quando o filho herda o sapato e decide ficar com ele, será que ele dançará? Será que o ritual permanecerá? Suponhamos que sim, ele estaria dando continuidade em um rito de seu pai, o que podemos chamar também de patrimônio, mas nesse caso, um patrimônio intangível, imaterial.

Por mais diferente que possa vir a parecer esse exemplo, ele nos serve para entender melhor a definição de Scheiner sobre o modo como o homem se relaciona com o mundo.¹⁹ Pois a cultura é formada por um conjunto de normas e costumes de um povo, sendo esse o modo de relacionamento do homem com a natureza.²⁰ O pai deixou para seu filho não apenas seus sapatos, mas também seu hábito. O filho ao receber os sapatos, recebe não apenas um objeto, mas história, a do seu pai e a sua que como filho, via seu pai diariamente fazendo o ritual antes de usá-lo. Seu modo de agir depois disso, definirá a

¹⁸ Cf. SCHEINER, T. C. M. *Insustentável Leveza: A Face Intangível do Patrimônio*. In: *Imagens do não-lugar: comunicação e os novos patrimônios*. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 2004. p. 108.

¹⁹ Cf. SCHEINER, T. C. M. *Insustentável Leveza: A Face Intangível do Patrimônio*. In: *Imagens do não-lugar: comunicação e os novos patrimônios*. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 2004. p. 107.

²⁰ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Antropologia Filosófica I*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998. p. 17



continuidade do hábito paterno, gerando assim um costume familiar ou o rompimento com a mesma.

Uma pequena observação se faz necessária. Pois nosso trabalho tem como foco a relação do homem com o museu e não da sociedade. Por isso, não entramos em questões como a relação do patrimônio que há no museu e as escolhas realizadas sobre qual deve estar ou não no museu. Como um objeto escolhido, a moeda por exemplo, carrega traços históricos profundíssimos e curiosos.²¹ A importância que uma cultura dá ao buscar valorizar-se, investindo em museus.²² E assim, uma infinidade de questões, cientes que seria interessante abordar esses aspectos, mas conscientes de que fugiríamos do foco do nosso trabalho.

4. Conclusão

O que é um museólogo? O museólogo é um profissional do museu responsável por gerenciá-lo. Ele planeja, organiza, administra, dirige e supervisiona os museus e exposições. Solicita tombamento de bens culturais, conserva, manipula e divulga o acervo museológico. Faz o intercâmbio de peças e acervos, assim como parcerias com outros museus. Além de pesquisar, identificar, organizar e conservar peças de valor histórico e cultural.²³ Por que definir o que é um museólogo na conclusão do nosso artigo? Fizemos metodologicamente essa escolha, para podermos ao defini-lo, afirmarmos que cada homem, se considerados válidos os pressupostos apresentados anteriormente, é um museólogo e ainda mais, um museu.

Para podermos esclarecer essa afirmação, temos que relembrar o percurso que fizemos juntos nesse artigo. Na introdução mencionamos que nosso intuito era trabalhar, obviamente, o título do artigo, ou seja, o homem (eu) e o museu. Também que para entender melhor como essa geração reage ante a existência dos museus, fizemos uma pesquisa.²⁴ Começamos o capítulo apresentando os resultados de nossas pesquisas e questionamos uma contradição entre aquilo que se fala e aquilo se faz, incentivados pelos

²¹ Cf. CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo A. *Moedas: a numismática e o estudo da História*. São Paulo: Annablume, 2012. p. 23.

²² Cf. ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 246.

²³ Cf. *Profissões*. Disponível em: <<http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=5492>>. Acesso em 05 de Maio de 2015.

²⁴ É importante ressaltar que não exploramos nesse artigo como as outras gerações se relacionavam com a Instituição Museu e que a pesquisa realizada foi para avaliar a nossa geração apenas.



resultados obtidos. Definimos e contamos a origem dos museus. Depois, apresentamos um pouco, apenas o que nos convinha nesse trabalho, sobre o modo de ser do homem e as possíveis relações do mesmo com seus bens, patrimônio.

A cultura de nosso tempo é conhecida como “cultura do descartável”,²⁵ mas nem tudo pode ser descartado, mesmo nessa cultura. Um ponto que não é descartável é você, ao menos para você mesmo. Nesse sentido, ainda que tudo possa perder o valor aos seus olhos, tendo apenas um valor momentâneo, você permanecerá tendo valor para você. E quando pensamos nisso, temos que entender melhor esse você, ou seja, esse outro, esse eu. Se o “eu” tem valor, do que esse “eu” é composto? Alguns afirmam que o homem é a sua história.²⁶ Podemos então dizer que eu sou minhas memórias, meu passado. O futuro é incerto e o presente é um contínuo vir a ser que passa, mergulhando na minha vida como passado.

Quando pensamos em nossa história, lembramos de fatos, lugares, coisas que nos marcaram. Alguns estão quilômetros de distância de nós, mas outros muito próximos. Nem todas as marcas que temos são para nós importantes ou boas de serem lembradas, mas muitas outras, sim. Aquilo que nos for possível guardar, no desejo de eternizar aquele fato tão caro para nossas vidas, o faremos. Para melhor entender isso, pense em sua casa, o que há nela que veio para você como herança e que você guarda com tanto carinho? Ou o que você fez questão de arrumar para te lembrar de algo que viveu? Que tal um álbum de fotos, roupas de seus pais, um quadro, etc.

Nós somos museus de nós próprios, pois em nós, em nossa casa, buscamos eternizar o que para muitos pode não ter valor algum, mas para nós é valioso. Que seja a noite de natal em família cantando *Noite Feliz* antes da ceia. Seja o bem material ou imaterial, agimos como museólogos que definem o que em nossas vidas deve ou não permanecer para as próximas gerações, que seja apenas a de nossos filhos, mas buscamos transmitir pela educação o valor de cada um de nossos patrimônios.

Como hoje vivemos a “cultura do descartável”, o melhor caminho para assegurar determinados valores é resgatar a história, a nossa história, a sua história. Lembranças do relacionamento do homem com o homem e do homem com o mundo. Para isso a educação

²⁵ Cf. CARVALHO, Luciana Menezes de; SCHEINER, Tereza. *Construindo o “discurso” do Patrimônio: das organizações internacionais e institutos nacionais a uma relação profunda entre o homem e o patrimônio – o caso do marolo, em Paraguaçu, Minas Gerais*. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10373.pdf>>. Acesso em 23 de Abril de 2015.

²⁶ Cf. ASSUMÇÃO, Jéferson. *Homem-massa – a filosofia de Ortega y Gasset e sua crítica à cultura massificada*. Porto Alegre: Ed. Bestiário, 2012. p. 59.



familiar e a educação escolar têm fundamental importância,²⁷ mas o maior ganhador de tudo isso, somos nós.

5. Referências

5.1. Livros

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 246.

ASSUMÇÃO, Jéferson. **Homem-massa – a filosofia de Ortega y Gasset e sua crítica à cultura massificada**. Porto Alegre: Ed. Bestiário, 2012. p. 59.

BEZERRA, Juliana; CLEROT, Pedro; FLORÊNCIO, Sônia Rampim; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo A. **Moedas: a numismática e o estudo da História**. São Paulo: Annablume, 2012. p. 23.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Armand Colin, 2013. p. 73.

LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Museu, educação e cultura: encontro de crianças e professores com a arte**. Campinas: Papirus, 2005.

SCHEINER, T. C. M. *Insustentável Leveza: A Face Intangível do Patrimônio*. In: **Imagens do não-lugar: comunicação e os novos patrimônios**. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 2004.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Antropologia Filosófica I**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

5.2. Internet

CARVALHO, Luciana Menezes de; SCHEINER, Tereza. **Construindo o “discurso” do Patrimônio: das organizações internacionais e institutos nacionais a uma relação profunda entre o homem e o patrimônio – o caso do marolo, em Paraguaçu, Minas Gerais**. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10373.pdf>>. Acesso em 23 de Abril de 2015.

Etimología de Museo. Disponível em: <<http://www.etimologias.dechile.net/?museo>>. Acesso em 23 de Abril de 2015.

Museu M. P. Unifal. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/museumpunifal/sobre>>. Acesso em 23 de Abril de 2015.

Museus e casas históricas. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12810&retorno=paginalphan>>. Acesso em 23 de Abril de 2015.

Notas sobre a história dos museus. Disponível em: <<http://www.museus.art.br/historia.htm>>. Acesso em 23 de Abril de 2015.

Profissões. Disponível em: <<http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=5492>>. Acesso em 05 de Maio de 2015.

²⁷ Cf. BEZERRA, Juliana; CLEROT, Pedro; FLORÊNCIO, Sônia Rampim; RAMASSOTE, Rodrigo. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. p. 6.



REALOM, Monica. 25 *museus*. Disponível em:
<<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-dois-museus-entre-os-25-melhores-do-mundo-veja-ranking,1560750.>>. Acesso em 23 de Abril de 2015.